



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES**

**ALANA CARLA LUCENA FARIAS**

**“SACERDÓCIO FEMININO”: UMA ANÁLISE DA  
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM TORNO DO PROCESSO  
DE ORDENAÇÃO PASTORAL DE MULHERES NA  
CONVENÇÃO BATISTA PARAIBANA**

**JOÃO PESSOA  
2021**

ALANA CARLA LUCENA FARIAS

**“SACERDÓCIO FEMININO”: UMA ANÁLISE DA  
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA EM TORNO DO PROCESSO  
DE ORDENAÇÃO PASTORAL DE MULHERES NA  
CONVENÇÃO BATISTA PARAIBANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da Universidade da Paraíba em cumprimento parcial às exigências para obtenção do grau de Mestre em Ciências das Religiões.

Orientadora: Prof<sup>o</sup> Dra. Fernanda Lemos

João Pessoa  
2021

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

F224s Farias, Alana Carla Lucena.

"Sacerdócio feminino" : uma análise da violência simbólica em torno do processo de ordenação pastoral de mulheres na Convenção Batista Paraibana / Alana Carla Lucena Farias. - João Pessoa, 2021.

104 f. : il.

Orientação: Fernanda Lemos.

Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Religião. 2. Pastorado feminino - Igreja Batista. 3. Mulheres pastoras. 4. Patriarcado. 5. Violência de gênero. 6. Convenção Batista Paraibana. I. Lemos, Fernanda. II. Título.

UFPB/BC

CDU 2(043)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DAS RELIGIÕES

“SACERDÓCIO FEMININO”: uma análise da violência simbólica em torno do processo de ordenação pastoral de mulheres na Convenção Batista Paraibana

Alana Carla Lucena Farias

Dissertação apresentada à banca examinadora formada pelos seguintes especialistas.



Fernanda Lemos  
(orientadora/PPGCR/UFPB)



Sandra Duarte de Souza  
(membro-externo/UMESP)



Maria Lucia Abaurre Gnerre  
(membro-interno/PPGCR/UFPB)

Aprovada em 29 de julho de 2021.

Dedico a todas as mulheres que lutam  
diariamente para conquistarem os seus espaços, em especial  
às pastoras que fazem parte da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, que me guiou em cada momento, me despertando e me conduzindo durante a escrita. Por ele escrevi cada palavra, pois tem aberto meus olhos para lutar por justiça em todos os âmbitos e ser luz em meio a escuridão do mundo. A ele toda a honra e glória para sempre.

À minha mãe, Ana Cláudia, meu maior exemplo de força, determinação e integridade, que me criou com todo amor e me ensinou a ser uma mulher guerreira. Ao meu pai, Alexandre Farias, meu herói, minha inspiração diária e maior exemplo de uma masculinidade saudável e pautada nos princípios de Deus. Aos meus irmãos, Alexandre e André, que são os meus companheiros de vida e eternos amigos, que arrancam boas risadas e dissipam toda a tensão.

Ao amor da minha vida, meu marido Sterfesson, que cruzou o meu caminho no início do mestrado e fez tudo mais fácil e leve, com o seu apoio constante e palavras de força. Sua presença fez toda a diferença nesse processo.

Às minhas amigas e companheiras fiéis, que estiveram sempre dispostas a ouvir meus desabaços e me animar nos momentos angustiantes.

À minha orientadora, Fernanda Lemos, que sempre me conduziu com amor e paciência, me mostrando um mundo antes desconhecido com excelentes materiais.

À cada pastora que se dispôs a compartilhar suas histórias e contribuir de uma forma linda com a pesquisa. Gratidão por cada conversa e experiência trocada.

“Tranque as suas bibliotecas, se quiser, mas não há portão, nem fechadura, nem trinco que você consiga colocar na liberdade da minha mente.”

Virginia Wolf  
*Um teto todo seu*

**“SACERDÓCIO FEMININO”**: uma análise da violência simbólica em torno do processo de ordenação pastoral de mulheres na Convenção Batista Paraibana

## **RESUMO**

As representações de gênero ao longo do tempo foram construídas de forma complexa e carregadas de preconceitos e estereótipos. As mulheres estiveram presentes nos relatos e textos históricos, mas não como sujeito ativo, ou seja, discutia-se sobre elas de maneira genérica e estereotipada. Apesar de toda a evolução e progresso, na contemporaneidade pode-se perceber que as mulheres ainda estão sendo debatidas e limitadas, inclusive no meio religioso. Ao olharmos para a igreja evangélica brasileira e suas nuances, vemos como tal tendência se repete, principalmente quando se trata do papel ativo enquanto líderes das instituições cristãs. Nesse contexto, na Convenção Batista Brasileira, assim como na Paraibana, muito se discutiu até que um consenso fosse estabelecido acerca da ordenação pastoral de mulheres. Discursos acalorados e votos divididos marcaram esse processo que só confirmou a polaridade quando o assunto envolve o sacerdócio feminino. Desse modo, a pergunta que guia a pesquisa é: como se deu o processo de aceitação de pastoras batistas na Paraíba? Partindo desse pressuposto, o trabalho objetiva analisar todo o caminho até a legitimação do ministério das vocacionadas, atentando para a experiência pessoal de cada pastora dentro da religião. Além disso, pretende-se verificar a presença de violência simbólica nas discussões sobre a temática, pois, sendo uma forma sutil e quase invisível de opressão, funciona como um aliado à dominação masculina. Para isso, será explorada a natureza qualitativa da pesquisa para formular a hipótese, recorrendo à análise documental e investigação de ambiente através de entrevistas feitas a quatro pastoras, escolhidas pelo seu papel fundamental no processo de aprovação da ordenação feminina.

**Palavras-chave:** pastoras; patriarcado; violência de gênero; batista.

**“FEMININE PRIESTHOOD”**: an analysis of the symbolic violence around the process of pastoral ordination of women in the Baptist Convention of Paraíba

## **ABSTRACT**

The representations of gender over time were built in a complex way and loaded with prejudices and stereotypes. Women were present in reports and historical texts, but not as active subjects, being discussed in a generic and stereotyped way. Despite all the evolution and progress, nowadays it can still be perceived women, even in the religious milieu, being debated and limited. When we look at the Brazilian evangelical church, we can see how this trend is repeated, especially when it comes to their active role as leaders of Christian institutions. In this context, in the Brazilian Baptist Convention, as well as in the one from Paraíba, much was discussed until a consensus was established about the pastoral ordination of women. Heated speeches and divided votes marked this process that only confirmed the polarity when the issue involves the female priesthood. Thus, the question that guides the research is: how was the process of accepting Baptist pastors in Paraíba? Based on this assumption, the work aims to analyze all the way to the legitimization of the vocations' ministry, paying attention to the personal experience of each pastor within the religion. In addition, it is intended to verify the presence of symbolic violence during this process, as being a subtle and almost invisible form of oppression, working as an ally to male domination. For this, the qualitative nature of the research will be explored to formulate the hypothesis, resorting to document analysis and environmental investigation through the interview of four pastors, chosen for their fundamental role in the process of approval of female ordination.

**Keywords:** pastors; patriarchy; gender violence; Baptist.

## LISTA DE FOTOGRAFIAS OU IMAGENS OU ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1:</b> Mary Bosanquet .....	39
<b>Figura 2:</b> Foto do início da Convenção Batista Brasileira .....	43
<b>Figura 3:</b> 92ª Convenção Batista Pioneira do Sul realizada online.....	44
<b>Figura 4:</b> Foto da primeira diretoria da UFMBB, em 1911, tendo como presidente Graça Entminger e vice Jane Soren.....	50
<b>Figura 5:</b> Pastora Silvia Nogueira .....	58

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

**ABNT** – Associação Brasileira de Normas Técnicas

**ITEBES** – Instituto Teológico Batista

**CBB** – Convenção Batista Brasileira

**CBPB** – Convenção Batista Paraibana

**UFMBB** – União Feminina Missionária Batista do Brasil

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Dados das pastoras entrevistadas .....	20
---	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1. “O ANIMAL MAIS DISCUTIDO DO UNIVERSO” .....</b>	<b>22</b>
1.1 O “animal” mais discutido da história do cristianismo .....	23
1.2 O “animal” mais discutido quanto à liderança eclesiástica .....	30
1.3 Por uma hermenêutica bíblica decolonial.....	39
<b>2. A CONVENÇÃO BATISTA PARAIBANA E A QUESTÃO DA MULHER VOCACIONADA .....</b>	<b>43</b>
2.1 A força do chamado divino e a certeza da vocação.....	45
2.2 A luta pela aprovação do título de pastora no Brasil.....	53
2.3 Paraíba, um estado pioneiro na luta das vocacionadas.....	57
2.4 Enfim ordenadas, porém ainda resistindo .....	61
<b>3. A HUMILDADE E A HUMILHAÇÃO: A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A DOMINAÇÃO RELIGIOSA .....</b>	<b>67</b>
3.1 A violência simbólica no imaginário das vocacionadas .....	70
3.2 A violência simbólica no cotidiano das pastoras.....	74
3.3 Sussurros de esperança em meio ao silenciamento .....	78
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>83</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>89</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>98</b>

## INTRODUÇÃO

Falar acerca do tema da minha dissertação é fazer um resgate a memórias de uma vida inteira. Aos 15 anos comecei a frequentar uma igreja evangélica batista de João Pessoa e algo sempre me deixou curiosa: a ausência de pastoras ou mulheres pregando. Ao procurar saber melhor o motivo dessa falta, descobri que o pastor era contra a ordenação pastoral feminina e não admitia que mulheres ensinassem aos homens de forma alguma. Fiquei muito triste com essa notícia, mas continuei a frequentar os cultos lá.

Pouco tempo depois, minha mãe, que sempre foi uma pessoa muito comunicativa e uma professora nata, começou a desenvolver o desejo de ensinar e pregar na igreja. A vocação dela ao sacerdócio logo se confirmou de várias formas. Ocorre que, como estávamos em um ambiente que repudiava isso ela demorou a desenvolver o seu dom. Um dia, quando a liderança da igreja descobriu tal ambição por parte dela, a “castigou” impedindo de participar de qualquer atividade promovida por eles. Após este episódio, todos nós decidimos sair dessa comunidade e procurar outra que tivesse mais abertura à participação feminina. O processo foi árduo, mas encontramos uma igreja batista, integrante da Convenção Batista Brasileira, que possui pastoras em funções ativas, além de professoras e líderes em seu quadro ministerial.

A convenção foi criada em 1907, sendo o órgão máximo de representação batista no Brasil, contando hoje com 9.070 igrejas, 4.667 Congregações e 1.800.626 fiéis ligados a ela, de acordo com o Jornal Batista publicado em Abril de 2021 (JÚLIO, 2021, p. 8). Como toda denominação cristã, a CBB possui pressupostos próprios, tendo a sua base doutrinária unificada pela instituição. Para melhor organização e planejamento, cada estado possui sua convenção, atribuindo certa autonomia às suas decisões. A Convenção Batista Paraibana, de acordo com o seu estatuto (CBPB), é uma organização religiosa com sede e foro na Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, fundada em 1924, constituída das igrejas batistas estabelecidas no território do Estado da Paraíba e a ela filiadas.

Para que uma instituição possa se afiliar à convenção, deve se reconhecer como fiel a “Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira”, aceitando os termos deste Estatuto e do Regimento Interno da Convenção. Tal declaração, em seu artigo XI, trata acerca do Ministério da Palavra, ou seja, das pessoas aptas à pregar em suas comunidades e exercerem a ordenação pastoral. De acordo com o texto:

4 - A obra do porta-voz de Deus tem finalidade dupla: a de proclamar as Boas Novas aos perdidos e a de apascentar os salvos;

5 - Quando um homem convertido dá evidências de ter sido chamado e separado por Deus para esse ministério, e de possuir as qualificações estipuladas nas Escrituras para o seu exercício, cabe à Igreja local a responsabilidade de separá-lo, formal e publicamente, em reconhecimento da vocação divina já existente e verificada em sua experiência cristã;

6 - Esse ato solene de consagração é consumado quando os membros de um presbitério ou concílio de pastores, convocados pela Igreja, impõe as mãos sobre o vocacionado; (Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira).

No trecho da declaração acima mencionado, pode-se observar que, ao tratar do sacerdócio, apenas expressões masculinas são utilizadas, como “um homem convertido”, não havendo menção da presença de mulheres nesta função.

Apesar da ausência da menção de mulheres enquanto ministras da palavra na declaração e da, até então, proibição, as mulheres sempre foram atuantes dentro de suas congregações em outros cargos, como missionárias ou diaconisas. A despeito disso, muitas delas se viram vocacionadas ao ministério pastoral. Assim, a luta pela implantação do sacerdócio feminino dentro da convenção ganhou força na década de 90. Silvia Nogueira, primeira pastora ordenada pela convenção, teve o seu concílio realizado no dia 26 de junho de 1999 e no dia 10 de julho a sua consagração e posse como pastora titular da Primeira Igreja Batista em Campo Limpo, em São Paulo (PETERSEN, 2017). Ainda assim, tal posição como líder da congregação é, até hoje, muito difícil de ver sendo exercido por uma mulher.

Após toda o conhecimento recém adquirido e mesmo com todos os obstáculos que as mulheres vocacionadas ainda enfrentam, ao reiniciar a nossa jornada de fé na nova igreja, o chamado da minha mãe foi reconhecido e apoiado. Eu, particularmente, descobri muitos dons nessa denominação, inclusive o de mestre, e tem sido um período de crescimento ímpar. Além disso, pouco tempo depois soubemos da informação de que o nosso pastor foi um dos pioneiros na luta pela admissão de pastoras dentro da convenção. Tal informação me despertou a curiosidade e comecei a me aprofundar na pesquisa sobre a temática. Percebi, por meio das descobertas feitas, que tal decisão não foi unânime e que muitos líderes eclesiais resistiram e até mesmo chegaram a se desvincular da CBB após a aprovação do pastoreio feminino.

Atualmente, mesmo com a presença de mulheres pastoras dentro das igrejas batistas, é questionável se houve realmente um avanço no tocante ao seu efetivo exercício. Na divisão social de papéis as mulheres foram ligadas fortemente ao ambiente familiar, sendo sempre

atribuídas a elas as funções de mãe e esposa, longe da esfera pública. Dentro das congregações não foi diferente e suas áreas de atuação foram moldadas nas mesmas prerrogativas.

Neste sentido, esta pesquisa tem por base destrinchar os discursos sociorreligiosos utilizados nos debates acerca da ordenação pastoral feminina, nas reuniões promovidas pela Convenção Batista Paraibana à época do reconhecimento de pastoras, e, com isso, busca identificar as possíveis formas de violência simbólica presentes. Para isso, foi realizado um estudo de caso, com pesquisa de campo e levantamentos de dados, analisando os arquivos e documentos a fim de saber como foi o processo de aceitação, atentando para os posicionamentos e as interpretações bíblicas utilizadas, para que, de alguma forma, exponha a situação e gere uma reflexão.

Enquanto tudo isso acontecia na minha vida espiritual e nos meus pensamentos eu cursei e me graduei no curso de direito na Universidade Federal da Paraíba. Passei o curso inteiro sem saber exatamente o que eu iria fazer e após a colação de grau esse sentimento continuou. Ainda tentei me manter na advocacia, estudar para concurso ou me envolver de algum modo com a área que havia escolhido, mas o desejo dentro de mim de estudar aquela realidade que eu e minha mãe vivenciamos foi crescendo cada vez mais. Inscrevi-me no mestrado em direito e tentei me encaixar nele, porém sem sucesso. Foi então que descobri a área das Ciências das Religiões.

Em diversas comunidades cristãs, as mulheres possuem uma participação maior no meio eclesiástico, preenchendo um grande espaço na lista de membros das igrejas. De acordo com o Datafolha (2020), o público feminino corresponde a 58% dos frequentadores de igrejas evangélicas. Assim, a grande presença feminina no meio cristão desde o princípio ocasionou uma atuação das mulheres em diversas áreas e momentos históricos. Ao longo da expansão da religião, inúmeras mulheres foram relevantes como teólogas, mantenedoras, tradutoras das escrituras e servas. Esse fenômeno se deu principalmente no contexto da reforma protestante, cujos nomes como Renata de Ferrara, Margarida de Navarra e Marie Dentièrre se destacaram pelo intelecto, pelas atuações estratégicas, pelo acolhimento de reformadores e pelo apoio fundamental ao movimento. Ocorre que, apesar dos fatos, os historiadores e teólogos raramente mencionam a atuação das mulheres na construção do cristianismo. Apesar de suas capacidades e forte atuação, as normas religiosas e culturais as mantinham anônimas:

Sujeita à vontade alheia, a identidade da mulher desaparecia no anonimato do vínculo matrimonial. Ela, além de se submeter ao marido, ficava

encerrada nos limites estreitos estabelecidos por teólogos e peritos do outro sexo (ALMEIDA, p. 58, 2010).

A historiadora Gerda Lerner (2019, p.28), em sua obra ‘A criação do patriarcado’, afirma que até o passado recente grande parte dos historiadores eram homens e afirmaram que o que estavam fazendo e registrando era universal, porém o que as mulheres fizeram ficaram muitas vezes sem registro. Ao mesmo tempo nenhum homem foi excluído do registro histórico por causa de seu sexo, embora todas as mulheres tenham sido. Ela afirma que

Assim como os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história. Uma vez que as mulheres são metade e às vezes mais da metade da humanidade. As mulheres são e foram peças centrais, e não marginais, para a criação da sociedade e a construção da civilização. Também dividiram com os homens a preservação da memória coletiva, que dá forma ao passado, tornando-o tradição cultural, fornece o elo entre gerações e conecta passado e futuro. Essa tradição oral foi mantida viva em forma de poemas e mitos, que tanto homens quanto mulheres criaram e preservaram em folclore, arte e ritos. (LERNER, 2019, p.28).

Lerner (2019, p. 31) expõe seu argumento afirmando que tal estrutura patriarcal tem início na história, por isso a importância de resgatar a contribuição e a luta das mulheres por se tornarem vistas e agentes ativos. Ainda assim, expor essa realidade tendo como base acontecimentos do passado não nos priva de encontrar nos dias de hoje o mesmo anonimato feminino nas pautas das igrejas cristãs, apesar das mulheres ainda serem maioria. Da mesma forma que a história de grandes mulheres é esquecida, atualmente, em um contexto diferente, o comportamento se perpetua:

No que se refere aos estudos teológicos, os homens são sempre os mestres, muito embora a partir do último século, em muitos seminários, sobretudo protestantes, as mulheres tenham tido a possibilidade de ensinar teologia. Entretanto, como a estrutura de poder é masculina, ainda permanece no inconsciente e no consciente coletivo a ideia da superioridade masculina em relação ao conhecimento da teologia e aos poderes considerados sagrados. [...] O poder da religião continua masculino, enquanto os usuários a religião continuam sendo majoritariamente femininos (GEBARA, 2017, p. 118-119).

Da mesma forma que a história não relata a presença ativa de mulheres e as próprias instituições cristãs não trazem à tona tais fatos, atualmente a questão envolvendo a liderança feminina nas igrejas trás inúmeras discussões e controvérsias, principalmente em relação ao sacerdócio. Maria das Dores Campos Machado afirma que é indiscutível o papel das religiões na construção e reprodução do patriarcalismo (1996, p.37), assim, tal problemática se reflete

como uma forma de manter as mulheres silenciadas também na história de sua tradição religiosa. Dessa forma,

(...) as mulheres, como todos os seres na ordem patriarcal, devem obedecer a um padrão social pré-estabelecido, no qual as pessoas entram na dinâmica da cultura da obediência quase sem perceber que obedecem, sem ter outra opção, participando assim, de uma igualdade idealizada, jamais efetivada na vida real nem nas relações cotidianas, mas que “Deus” confirma esta ordem vigente (GEBARA, 2000, p. 121).

Essa tendência patriarcal nas denominações cristãs, com o dever de obedecer a um padrão divino sem sequer questionar tal dominação masculina, demonstra igualmente os efeitos de uma violência simbólica, sendo esta doce e quase sempre invisível, tendo a Igreja como um de seus contribuintes (BOURDIEU, 2012, p. 46). Assim, o estudo da luta pela aprovação do sacerdócio feminino na Convenção Batista Paraibana, levando em consideração seus processos e discursos utilizados, pode trazer a tona traços dessa violência tão presente nesse meio, em que os dominados veem como naturais as categorias impostas pelos dominantes.

Sendo assim, o estudo dessas temáticas em conexão com gênero produz resultados importantes, tanto academicamente quanto pessoalmente para cada mulher que se vê ativa na luta pela emancipação feminina no contexto religioso. Gênero, segundo Scott (1990, p. 86) possui uma definição que conecta duas proposições: enquanto elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primária de dar significado às relações de poder. Segundo a autora, o gênero é uma categoria de análise importante para a ressignificação da epistemologia. Assim, pode-se compreender que

(...) o cerne dessa definição está embasado numa ligação integral entre o ser constitutivo de relações sociais além de uma maneira de significar relações de poder, assim sendo, gênero nada mais é do que uma elaboração histórico sócio cultural, não somente teórica também prática, cuja hegemonia da dominação masculina em detrimento da feminina se mostra clara e evidente nas mínimas facetas do cotidiano sobre os corpos e sobre a mente; tanto de homens quanto de mulheres. (LIMA, p. 11, 2001)

Nesse contexto, as relações de gênero construídas ao longo da história se tornam pano de fundo para a ocorrência da violência de gênero, pautada justamente nessa dominação masculina que se traduz em situações que oprimem mulheres.

A religião, enquanto objeto da fé e objeto de estudo dos cientistas das religiões, é uma manifestação antropológica e histórica que pode e deve, como qualquer outro fenômeno humano, se sujeitar aos métodos de pesquisa crítica (FILORAMO; PRANDI, 1999, p.9). Estudar a religião no recorte de gênero nos faz ter acesso a uma análise mais profunda e multifacetada da questão, além de colocar lentes sensíveis aos problemas enfrentados pelas mulheres no meio evangélico.

O tema da presente pesquisa é a produção de uma análise quanto ao processo de aprovação do sacerdócio feminino na Paraíba, observando as facetas, os discursos e argumentos utilizados durante tal conquista. Com o intuito de conhecer as discussões existentes acerca do tema, foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando instrumentos de busca em repositórios acadêmicos. Dos resultados obtidos pode-se verificar que alguns pesquisadores já abordaram a temática, embora com outro viés.

O primeiro trabalho a ser analisado tem como título “Gênero e poder: o pastorado feminino na Igreja Batista” (2011), do autor Wamberto Queiroz de Lima enquanto mestrando do PPGCR na UFPB. Apesar de tratar da situação das vocacionadas, a abordagem é feita levando em consideração todo o território brasileiro, tendo como base os acontecimentos a nível nacional. Apenas brevemente a situação da Paraíba é mencionada, ao contrário do objetivo desta pesquisa, que tem enfoque no estudo da Convenção Batista Paraibana.

O segundo estudo, desenvolvido por Sandra Ramos Carmo Nascimento, com o título “Discurso e memória: o pastorado feminino nas convenções Batista Brasileira e Batista Nacional”, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia em 2017, apresenta um estudo relacionando a trajetória das pastoras batistas na CBB e na CBN, focando também no âmbito nacional através das duas instituições.

Já a pesquisa intitulada “A (r)existência das vocacionadas ao ministério pastoral batista: descortinando a relação entre as pastoras batistas e a não filiação a Ordem dos Pastores Batistas do Brasil em São Paulo (SP)”, escrita por Valéria Vieira de Souza pela Universidade Metodista de São Paulo em 2016, e “Ordenação ao Ministério Feminino: Estudo de Caso na Convenção Batista Paranaense na Perspectiva da Teologia Prática”, por Eduardo Getão, na Universidade Metodista de São Paulo em 2003, trazem perspectivas de outros estados acerca do tema, especificando a situação das pastoras batistas naqueles locais.

Dos trabalhos examinados, cada um deles fez uma panorama geral acerca da condição pastoral feminina em seus contextos. Deles, apenas dois destacaram o aspecto particular da situação das vocacionadas de um estado, tendo o resto realizado um panorama nacional.

Nenhum deles faz uma análise do processo de votação e decisão acerca da ordenação pastoral, observando os argumentos a favor ou contrários, observando a violência simbólica presente nos discursos polarizados.

Quanto a pesquisa, a pergunta que a norteou foi a seguinte: quais as implicações de gênero e, conseqüentemente, as violências simbólicas observadas diante dos discursos e argumentos apresentados nas votações rumo ao processo de ordenamento pastoral feminino na Convenção Batista Paraibana?

Como objetivo geral da pesquisa foi colocada a necessidade de apontar como se deu o processo de aprovação do ordenamento pastoral feminino na Convenção Batista Paraibana, de acordo com os discursos e argumentos apresentados nas votações, verificando se foi permeado por violência simbólica. A busca pelo estudo dos posicionamentos polarizados que envolvem a discussão do tema traz à tona uma realidade envolvendo as mulheres cristãs que não deve ser esquecida.

Além disso, o primeiro objetivo específico elencado foi analisar os arquivos e documentos a fim de saber como foi o processo de aprovação do ordenamento pastoral feminino, atentando para os posicionamentos e as interpretações bíblicas utilizadas. Já o segundo objetivo específico foi identificar nos discursos apresentados a presença de violência simbólica, com base no conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, uma vez que ele aponta a Igreja como um dos contribuintes para a perpetuação da mesma (BOURDIEU, 2012, p. 46).

De acordo com os objetivos da pesquisa apresentados, precisei recorrer à análise de documentos e a investigação do ambiente no qual situarei o desenvolvimento do trabalho. Dessa forma, de acordo com as circunstâncias, utilizei a natureza qualitativa da pesquisa para formular a minha hipótese.

De acordo com Sampiere (2013, p. 376), o enfoque qualitativo é utilizado quando buscamos compreender a perspectiva dos participantes acerca dos fenômenos que os rodeiam, a forma como eles percebem subjetivamente a realidade. Tal abordagem se aplica à necessidade da pesquisa, uma vez que a experiência vivida pelas pastoras entrevistadas será fundamental para a construção do pensamento. Além disso, o posicionamento das instituições religiosas evangélicas será objeto de análise minuciosa. Assim, o autor (2013 p.34) ainda explica que a pesquisa qualitativa se fundamenta em uma perspectiva interpretativa centrada no entendimento do significado das ações dos seres vivos, principalmente dos humanos e suas instituições. Esta escolha metodológica irá auxiliar na demonstração de várias perspectivas

sobre o objeto, partindo de significados sociais e subjetivos a ele relacionados (FLICK, 2009, p.24).

Tal abordagem é ideal para o pesquisador que deseja ir a campo com a finalidade de entender e interpretar a realidade, tendo em vista que abre espaço para várias opções de métodos a serem utilizados, sempre levando em consideração o caráter emocional, intelectual e social, observando a vivência, tal como foram sentidas e experimentadas. Segundo Sampiere (2013, p.34), o pesquisador qualitativo utiliza técnicas para coletar dados, como a observação não estruturada, entrevistas abertas, revisão de documentos, discussão em grupo, avaliação de experiências pessoais, registro de histórias de vida, e interação e introspecção com grupos ou comunidades. Como possui um enfoque em comportamentos, a coleta de dados não é padronizada e nem totalmente pré-determinada, pois consiste em obter os pontos de vistas dos participantes. Sendo assim, diante desse apanhado, pode-se perceber que tal modalidade é a que melhor se encaixa no desenvolvimento deste estudo.

Como a experiência vivenciada no contexto estudado foi essencial, a abordagem fenomenológica foi essencial para análise do campo estudado. De acordo com Terra (2006, p. 674), existem quatro aspectos da experiência vivida que são de interesse aos fenomenologistas. Eles são o espaço vivido, ou a espacialidade; o corpo vivido, ou a corporalidade; o tempo vivido, ou a temporalidade e a relação humana vivida, ou o relacionamento. Além disso, tal método constitui-se numa abordagem descritiva, deixando o fenômeno falar por si, com o objetivo de alcançar o sentido da experiência nas pessoas envolvidas (HOLANDA, 2006, p. 371). Desse modo, levando em consideração a gama de fenômenos que essa abordagem possui, a fenomenologia escolhida para conduzir o trabalho.

Seguindo a linha fenomenológica, a pesquisa de campo foi feita no formato de entrevistas semiestruturadas, guiadas por um roteiro elaborado previamente composto por vinte e quatro perguntas direcionadas às pastoras filiadas às CBP. Na composição de tal roteiro foi considerada a experiência de cada mulher ouvida, atentando para aspectos relevantes da sua trajetória no sacerdócio.

A pesquisa de campo foi previamente apreciada e aceita pelo Comitê de Ética (ANEXO 4), se atentando para todas as normas e recomendações propostas. Cada entrevistada aceitou formalmente contribuir com o presente trabalho, tendo assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguindo o modelo proposto. Para que o campo seja entendido da forma mais completa possível, tanto no aspecto geracional quanto educacional das pastoras, segue uma tabela com as especificações das entrevistadas.

<b>Entrevistadas</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação</b>	<b>Profissão</b>	<b>Estado Civil</b>
<b>Pastora A</b>	58 anos	Pedagogia/Teologia	Pastora	Casada
<b>Pastora B</b>	50 anos	Letras	Professora	Casada
<b>Pastora C</b>	47 anos	Teologia	Técnica em enfermagem	Casada
<b>Pastora D</b>	44 anos	Teologia/Pedagogia /Neuropsicopedagoga	Psicopedagoga	Casada

Tabela 1: Dados das pastoras entrevistadas

A escolha de cada uma das entrevistadas foi estratégica e essencial na obtenção das informações para a construção da pesquisa. A *Pastora A* foi selecionada devido ao seu pioneirismo no estado da Paraíba, tendo presenciado todo o processo de aprovação e sendo a primeira pastora ordenada oficialmente pela CBP. A *Pastora B* já vivencia outra realidade crucial para o entendimento do tema, pois ela ocupa o cargo de presidente da sua igreja, ou seja, é a liderança máxima da congregação. Sua posição ainda desafia o padrão normalmente encontrado e a experiência do seu cotidiano foi preciosa. Já a *Pastora C* foi escolhida devido a sua forte participação nas assembleias, debates, discussões e votações que objetivavam regularizar a ordenação feminina. Ela viveu de perto todo o processo e foi uma das vozes que, desde nova, defendeu esse direito das vocacionadas. Por fim, a *Pastora D* entra na lista com outro perfil, tendo sido despertada ao pastoreio já após a aprovação da ordenação de mulheres pela convenção. Essas particularidades foram buscadas intencionalmente em cada uma delas, de modo a contribuir para a riqueza de detalhes e perspectivas do fenômeno estudado.

Também é fundamental salientar o perfil étnico racial de cada pastora, tendo em vista as implicações sociais que acarretam na vivência individual das mulheres. Entre as entrevistadas, a pastora B é uma mulher negra e a pastora D parda; já as demais são mulheres brancas.

A identidade das pastoras foi mantida em sigilo para a segurança pessoal de cada uma e para a fluidez da pesquisa. Além disso, as idades foram documentadas tendo por base o ano em que as entrevistas foram realizadas, ou seja, 2020. O instrumento utilizado para o recolhimento das informações buscou o máximo de pessoalidade e de fidelidade para com cada realidade capturada através dos relatos.

A concretização da parte etnográfica da pesquisa encontrou complicações devido as circunstância do quadro pandêmico ocasionado pelo vírus da Covid-19. As instituições envolvidas não estavam abertas para o acesso direto à documentação necessária e para buscas mais aprofundadas. A Convenção Batista Paraibana, ao ser contatada através do seu atual pastor presidente, informou que as atividades presenciais estavam suspensas e que o

responsável pela parte documental estava de licença por questões de saúde. Somente após quase três meses da primeira solicitação, o contato a alguns documentos previamente selecionados pela convenção foi autorizado de forma online, o que prejudicou a realização de uma pesquisa mais ampla e detalhada. Sendo assim, pode-se concluir que a grande fonte de informações foram as próprias entrevistas feitas com as pastoras, que aceitaram participar, falaram abertamente e transmitiram histórias vivas dos acontecimentos estudados.

Com o título: “O animal mais discutido do universo”, o primeiro capítulo visa analisar os vários posicionamentos e opiniões acerca da mulher e sua atuação no ambiente eclesiástico ao longo dos anos. Assim, através de uma análise histórica, foi abordada a jornada das doutrinas envolvendo as mulheres no cristianismo até chegar à discussão mais atual sobre essa temática: o debate entre os complementaristas e os igualitaristas acerca da função feminina exercida na igreja. Tal discussão reflete até hoje a situação das mulheres religiosas, que encontram inúmeros obstáculos devido a reverberação de tais doutrinas.

Já o segundo capítulo, “A convenção batista paraibana e a questão da mulher vocacionada”, visa descrever o processo de aprovação do pastoreio de mulheres, iniciando pela Convenção Batista Brasileira e depois especificando na questão estadual pela Convenção Batista Paraibana. Os relatos são apresentados de maneira técnica, de acordo com as normas e documentos do órgão, mas também pessoal, através das entrevistas recolhidas com as pastoras filiadas.

O terceiro capítulo inicia a discussão diferenciando a humildade pregada pelo cristianismo da humilhação muitas vezes sofrida e internalizada pelas mulheres. Intitulado “Humildade de humilhação: a violência simbólica e a dominação religiosa”, ele descreverá como a violência simbólica atua de modo sutil nas esferas religiosas e, de maneira específica, na Convenção Batista Paraibana e em todo o processo de aprovação do ministério pastoral feminino. A forma de abordagem do capítulo foi inspirada na fala de algumas pastoras entrevistadas, que citaram a importância da humildade diversas vezes em seus relatos, apesar de muitas vezes, a humildade estar travestida de humilhação e misoginia.

Assim, foi priorizado no presente trabalho o relato pessoal de cada pastora entrevistada, buscando descrever as lutas e as conquistas de cada uma, de modo a fazê-las protagonistas na história do pastoreio batista. Os acontecimentos relevantes, ao longo dos anos, foram contados através de uma perspectiva androcêntrica, mas está na hora de resgatar a perspectiva feminina dos fatos, inclusive no âmbito religioso.

## 1. “O ANIMAL MAIS DISCUTIDO DO UNIVERSO”

Virginia Wolf, descrita como a personagem Mary Benton em sua obra *Um teto todo seu* (2019), relata que, ao visitar o Museu Britânico em busca de conteúdo para a sua pesquisa sobre mulheres e ficção, se deparou com inúmeras obras sobre as mulheres, porém, escritas por homens. Ela percebeu que ali acontecia um fenômeno e fez um questionamento interessante:

Vocês têm alguma noção de quantos livros são escritos sobre as mulheres em um ano? Têm alguma noção de quantos são escritos por homens? Estão cientes de serem, talvez, o animal mais discutido do universo? (WOLF, 2019, p. 30)

De acordo com a percepção da autora, os homens gostam muito de discutir exaustivamente acerca das mulheres. Michelle Perrot faz a mesma colocação, afirmando que “das mulheres muito se fala. Sem parar, de maneira obsessiva. Para dizer o que elas são ou o que elas deveriam fazer” (PERROT, 2019, p. 22).

Ocorre que, apesar desse interesse em escrever e discutir acerca das mulheres, elas foram deixadas fora dos relatos históricos, colocadas por trás de um véu de invisibilidade, jamais sendo sujeitos ativos nos acontecimentos. Pode-se observar que

Até o passado recente, esses historiadores eram homens, e o que registravam era o que os homens haviam feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de história e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada. O conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos. (LERNER, 2019, p. 28)

Essa versão androcêntrica da história se apresentou como absoluta por muito tempo, e acabou contribuindo para a aceitação do patriarcado e enfraquecendo a noção do valor próprio da mulher. Perrot atribui essa obscuridade à dissimetria sexual das fontes, variável e desigual segundo as épocas (PERROT, 2019, p. 17). Segundo a autora

É claro que falam das mulheres, mas generalizando. “As mulheres são...”, “A mulher é...”. A prolixidade do discurso sobre as mulheres contrasta com a ausência de informações precisas e circunstanciadas. O mesmo ocorre com

as imagens. Produzidas pelos homens, elas nos dizem mais sobre os sonhos os medos dos artistas do que sobre as mulheres reais. As mulheres são imaginadas, representadas, em vez de serem descritas ou contadas. (PERROT, 2019, p. 17)

Assim, é interessante destacar essa contradição ao olhar para os relatos acerca das mulheres: apesar de terem sido esquecidas quando a história é contada ativamente, existe uma grande quantidade de discursos sobre elas, sem levar em consideração sua real perspectiva do mundo.

Seguindo o mesmo padrão apresentado, ao estudar a história do cristianismo a regra se repete e as mulheres são colocadas enquanto sujeito passivo. As religiões cristãs têm sido base e cumprido a função social de formar o conceito de gênero masculino e feminino nas culturas ocidentais. Segundo Bicalho (2002, p. 95), as construções simbólicas de gênero e da religião se fundam nas representações sociais que afetam diretamente a realidade vivenciada. Assim,

As representações sociais de mulheres cristãs, enquanto uma forma de conhecer e conceber a realidade social, constroem significados comuns em uma sociedade. As representações sociais falam de uma cultura, de uma concepção de mundo. São o sentido pessoal que o indivíduo elabora sobre a sua realidade a partir da vida social em que está inserido. (BICALHO, 2002, p. 95)

Assim, para iniciar um estudo sobre tal realidade, é necessário passear pelas fases da fé cristã e a sua percepção acerca das mulheres. A religião, com seus símbolos e discursos, influencia diretamente a visão de mundo ao construir um imaginário baseado em suas crenças. Ao ditar o que significa ser mulher de uma maneira estereotipada e misógina, o cristianismo muitas vezes abriu espaço para que violências sutis ocorressem ao longo dos anos e refletissem na atualidade. Desse modo, o presente capítulo busca percorrer a história e apresentar os vários discursos e percepções acerca do feminino.

### **1.1 O animal mais discutido da história do cristianismo**

Ao buscar as origens e a construção do imaginário que envolveu a figura feminina no cristianismo ao longo dos anos, percebe-se que, em cada época, atributos e considerações diferentes eram imputados às mulheres por parte de teólogos ou estudiosos. Esse conjunto de

teorias, formando uma verdadeira cadeia de pensamentos, foi responsável pela manutenção da dominação nos vários períodos. Segundo Foucault,

Em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; ela se torna responsável pelas dívidas. Universo de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário a satisfazer a violência. (FOUCAULT, p. 25)

Segundo o autor, o grande jogo da história é baseado em quem se apodera das regras, pois elas, em si mesmas, são vazias, violentas e não finalizadas (FOUCAULT, p. 25). Assim, é preciso utilizá-las de modo a tomar o lugar de poder e permanecer nele. Visualizar a história do cristianismo é perceber que as regras foram tomadas pelos homens, ou seja, vemos o estabelecimento da dominação masculina.

Porém, é importante mencionar que o “medo da mulher” não foi uma invenção dos ascetas cristãos, desde antes as civilizações demonstravam pensamentos similares em relação às mulheres. Aristóteles, por exemplo, via a mulher como um macho mutilado e, ao argumentar a inferioridade biológica, também afirmava que sua capacidade de argumentar e tomar decisões também era inferior (LERNER, 2019, p. 254). É verdade, porém, que o cristianismo muito cedo integrou esse “medo” e em seguida agitou o espantinho até o limiar do século XX (DELUMEAU, 2009, p. 314).

A sociedade em que Cristo, inspiração e ponto de partida para a construção da fé cristã, viveu, era marcada pela forte presença do judaísmo e pela influência de suas leis religiosas na dinâmica social. Nesse contexto, as mulheres judias eram igualmente atingidas por esse “medo”, sendo consideradas cidadãs de segunda classe, comparadas a escravos e consideradas propriedade dos homens (VALLOTTON, 2013). Elas tinham pouca ou nenhuma educação formal, eram proibidas de falar com homens em público não podiam votar ou ter influência política. Quanto às normas religiosas, eram impedidas de frequentar a parte interna da sinagoga e geralmente nem podiam ler os textos sagrados, ou seja, a Torá.

Segundo o discurso cristão, Jesus foi nascido e criado em uma família pobre e em uma sociedade cujos preceitos judaicos eram bastante influentes, subverteu as normas sociais e tratou as mulheres como iguais, libertando-as da opressão cultural dominante. Em sua trajetória, ele ensinou mulheres e teve o seu ministério sustentado por elas, conforme explicitado em Lucas 8.2-3. Jesus falava com mulheres publicamente e inclusive chegou a convidar uma mulher para o centro da sinagoga para curá-la diante de uma multidão de

religiosos, conforme Lucas 13. 10-13. Além disso, segundo o relato da ressurreição em Mateus 28. 1-8, as primeiras testemunhas de um dos acontecimentos fundamentais para a doutrina cristã foram mulheres. Assim, pode-se concluir que

A atitude de Jesus em relação às mulheres foi a tal ponto inovadora que chocou até seus discípulos. Enquanto as mulheres judias não tinham nenhuma participação na atividade dos rabinos, e eram excluídas do culto no templo, Jesus de bom grado cerca-se de mulheres, conversa com elas, considera-as pessoas inteiras, sobretudo quando são desprezadas (a samaritana, a pecadora pública). (...) Enquanto todos os discípulos, exceto João, abandonam o Senhor no dia da sua morte, mulheres permaneceram fiéis, ao pé da cruz. Serão as primeiras testemunhas da ressurreição: ponto sobre o qual concordam os quatro evangelhos. Mas desde o início e especialmente com São Paulo, a Igreja teve dificuldade em passar da teoria à prática. (DELUMEAU, 2009, p. 314)

Os sermões proferidos e o comportamento inclusivo de Jesus incentivaram as mulheres da época a se converterem ao cristianismo. Na Roma Antiga o cristianismo era considerado uma religião predominantemente composta por mulheres. Isso se deve também pelo fato de que, em comparação com a realidade das pagãs do mundo greco-romano, as comunidades cristãs pregavam a igualdade perante Deus e as fiéis acabavam tendo uma condição de vida melhor que as demais (BARBOSA, 2017).

Ocorre que, apesar da igualdade propagada por Jesus e das mulheres que participaram ativamente nos primeiros anos da religião emergente, as doutrinas e costumes desenvolvidos na igreja primitiva, ou seja, nos primeiros séculos do cristianismo, apagaram os nomes das fiéis e limitaram a sua atuação. Alguns motivos são apontados por Hinson e Siepierski

Os estudiosos afirmam unanimemente que o cristianismo, no período entre 80-325 d.C., abandonou o feminismo de Jesus e reafirmou o patriarcalismo do Velho Testamento. As reações da ortodoxia diante do gnosticismo e montanhismo prejudicaram severamente o papel das mulheres na igreja. A deficiente perspectiva sobre sexualidade humana, presentes em algumas formas de ascetismo, também contribuíram para a minimização da importância dos ministérios das mulheres. Na época de Niceia, as mulheres tinham nas igrejas cristãs, mais a função de assistentes sociais do que de líderes nas atividades litúrgicas. (HINSON; SIEPIERSKI, p. 123)

A partir daí, os líderes e sacerdotes passaram a discutir acerca das mulheres. Elas sempre eram pauta de debates, mas sempre enquanto sujeito passivo. Passaram a ser vinculadas não ao modo como Cristo às tratou, mas sim à figura da tentadora, contribuindo para a ideia de que elas eram mais carnais e pecaminosas do que o homem. Tertuliano caracterizou a mulher

como porta do diabo, sugerindo que todas se vestissem com roupas de luto como castigo pelo pecado original. Enquanto os homens eram relacionados ao lado espiritual, o mais puro e ligado à divindade, as mulheres eram ligadas ao carnal e pecador, devendo o espírito governar a carne (SALVIANO, 2017, p. 150), ou seja, utilizando um relato bíblico de maneira equivocada para justificar a dominação masculina.

Mesmo em meio a essa estrutura social, alguns líderes ainda ousavam escrever sobre mulheres que se destacavam, elogiando seus feitos e sua dedicação aos ritos e tradições religiosas. Ocorre que, temendo ser alvo de críticas, disfarçavam ao descrever a obra ou ministério de alguma companheira de fé. Assim,

(...) aqueles líderes que escreveram sobre os feitos femininos, temendo ser criticados ou zombados, justificavam-se afirmando que as mulheres sobre as quais escreviam nem podiam ser chamadas de mulheres, pois se igualavam aos homens em coragem, determinação e disciplina. (SALVIANO, 2017, p. 148)

Ou seja, as características positivas de um cristão eram logo atribuídas ao conceito de masculinidade e as fiéis mais espirituais e ligadas ao serviço eclesiástico não eram sequer vistas como mulher, pois para ser espiritual e atingir outros níveis deveriam deixar de ser mulher e se assemelhar cada vez mais ao masculino.

Levando em consideração esse contexto e os ensinamentos que eram propagados, a interpretação acerca do papel da mulher nas comunidades religiosas não era mais benéfica. Epifânio de Salamina, ao dizer que as mulheres não podiam atuar enquanto presbíteras nem sacerdotisas, afirmou

Como é que a raça das mulheres, vacilante, versátil, de inteligência medíocre, de quem o demônio fez o seu instrumento, de Eva às profetizas montanisas, podem pretender aceder a uma função sacerdotal? (SALAMINA apud ALEXANDRE, 1990, p. 546)

A opinião dos homens da Idade Média também é pouco favorável às mulheres. Apesar dos poetas cortesões exaltarem o amor, influenciados pelos trovadores, tal literatura se opõe a obras de inspiração burguesa que atacavam as mulheres com maldade, sendo os clérigos os seus maiores inimigos (BEAUVOIR, 2016, p. 147). Nesse contexto, vemos Santo Agostinho fazendo uma distinção que diz que todo ser humano possui uma alma espiritual assexuada e um corpo sexuado. Assim,

No indivíduo masculino, o corpo reflete a alma, o que não é o caso da mulher. O homem é portanto plenamente a imagem de Deus, mas não a mulher, que só o é por sua alma e cujo corpo constitui um obstáculo permanente ao exercício da sua razão (DELUMEAU, 2009, p. 317).

Nesse contexto, a teologia escolástica baseou-se no estudo aristotélico em biologia e na teologia agostiniana para referendar a inferioridade da natureza da mulher, fato que não lhe permitia refletir a imagem de Deus (BERGESH, 2015, p. 118). Da mesma forma, Tomás de Aquino pregava que a mulher foi criada mais imperfeita que o homem e, por conta da fraqueza da sua natureza, deve ser subordinada e tal sujeição está de acordo com a lei da natureza (DURANT, 1957, p. 11). Gil de Roma argumentava que as mulheres se rendem às paixões mais facilmente que os homens por conta da ausência de racionalidade. Ele diz que

Não permito que as mulheres ensinem por quatro razões: a primeira é a sua falta de inteligência, que têm em menor medida que os homens; a segunda é a submissão a que estão sujeitas; a terceira é o fato de que, se elas pregassem, sua aparência provocaria luxúria; e a quarta é por causa da lembrança da primeira mulher, que ensinou só uma vez e isso bastou para colocar o mundo de cabeça para baixo (ROMA apud REHERMANN).<sup>1</sup>

Assim pode-se perceber que a mentalidade medieval foi bastante influenciada pelo texto bíblico de Gênesis e por outros. Em uma medida ampla, tal período somou, racionalizou e aumentou as queixas misóginas recebidas das tradições de que era herdeira, considerando a mulher como um “mal magnífico, prazer funesto, venenosa e enganadora” (DELUMEAU, 2009, 314-318). Ainda nesse sentido, no século XI referente à Baixa Idade Média, Geoffroy de Vendôme escrevia o seguinte, referindo-se à mulher:

Esse sexo envenenou o nosso primeiro pai, que era também o seu marido e o seu pai, decapitou João Baptista, entregou o corajoso Sansão à morte. De certa maneira, também matou o Salvador, porque, se a sua falta não o tivesse exigido, o nosso Salvador não precisava de ter morrido. Maldito seja esse sexo no qual não existe nem temor, nem bondade, nem amizade e que deve ser mais temido quando é amado do que quando é odiado. (apud Dalarun, 1991, p. 35)

No século XVI, liderada por Martinho Lutero, ocorreu a Reforma Protestante, movimento reformista cristão que trouxe diversas mudanças, inclusive quando se trata da visão acerca da

---

<sup>1</sup> “No permito que las mujeres enseñen por cuatro razones: la primera es su falta de inteligencia, que tienen en menor medida que los varones; la segunda es la sujeción a que están sometidas; la tercera es el hecho de que, si ellas predicaran, su apariencia provocaría lujuria; y la cuarta es a causa del recuerdo de la primera mujer, quien... enseñó sólo una vez, y eso bastó para poner el mundo del revés”

mulher e da sua atuação no meio eclesiástico. Segundo entendimento de Lutero, a partir daquele momento as mulheres poderiam orar, cantar, ler em casa, exortar outras mulheres e interpretar as escrituras e, em casos extraordinários, até mesmo pregar (SALVIANO, 2009, p. 59).

Já em meados do século XV ao XIX, a feminilidade era considerada uma espécie de infância contínua que resulta em uma fraqueza intelectual, não podendo entrar em concorrência com o homem nem receber educação devida (BEAUVOIR, 2016, p. 161). Os filósofos iluministas e os estudiosos da época contribuíram para que preconceitos fossem perpetuados, como Adam Smith que dizia que a tarefa feminina se reduzia a fornecer ao homem momentos de relaxamento e distração e Voltaire que considerava que as condições físicas femininas tornariam as mulheres mais fracas e incapacitadas para certas profissões (SALVIANO, 2020, p. 50).

Entre o século XVIII e XIX, no período dos grandes avivamentos da história do protestantismo, estereótipos ainda eram propagados na sociedade e no ambiente religioso. Muitos líderes diziam que as mulheres só poderiam participar, enquanto cristãs, de atividades relativas à vida privada, sendo reconhecidas como esposas de pastores e hospedeiras.

A situação feminina no protestantismo sempre foi marcada por certa ambivalência. Se, por um lado, a valorização dos leigos trouxe uma atenção à instrução feminina, fazendo com que um relativo avanço nesse domínio fosse bastante perceptível; por outro lado, a concepção social dominante na divisão de papéis masculino e feminino foi também amplamente partilhada pelos protestantes e bloqueou o acesso das mulheres a certas funções, como a função pastoral. (SALVIANO, 2020, p. 227)

Apesar disso, nos relatos históricos percebe-se que os avivalistas foram mais sensíveis quanto ao papel das mulheres. Com as muitas conversões que acompanharam os movimentos de renovação da fé, mais líderes e pregadores eram necessários. Assim, grandes líderes como John Wesley em Londres, Shubal Stearns, Daniel Marshall e Charles Finney nos Estados Unidos, apoiaram ministérios femininos, porém com algumas ressalvas.

Esse exercício do dom espiritual feminino, porém, era feito com dificuldades e suscitava controvérsias. Era uma transgressão de um papel social e não se transgredia sem correr riscos. Às mulheres, cabiam melhor os papéis de hospedeiras e esposas de pastores do que o papel de pregadoras. (...) E, nessa época, os evangélicos que participavam os avivamentos celebravam a liberdade, o individualismo e até mesmo “permitiam” que as mulheres pregassem. Porém fixavam limites para a autoridade religiosa delas, porque, como estabelecido, aos homens pertenciam o espaço público, o comando e o

poder, e às mulheres, o espaço privado e a família. (SALVIANO, 2020, p. 231)

Definitivamente, uma forte marca do período dos avivamentos foi a “permissão” de mulheres pregando e ocupando lugar no púlpito das igrejas. Porém, quanto ao recebimento do título de pastora, existia um impasse, pois acima de tudo elas deviam submissão aos seus maridos e não poderiam pastoreá-los. Tal compreensão até hoje é comum no meio evangélico e é um argumento utilizado contra a ordenação de mulheres.

A violência, seja ela qual for, acontece dentro de um contexto maior, onde vários fatores contribuem levando a um respaldo sociocultural. Assim, ao observar o breve panorama histórico, pode-se perceber que

o cristianismo constitui-se como uma religião de violência contra a mulher ao longo da história, seja pela discriminação biológica, pela caça às bruxas ou pelo abandono daquelas mulheres que se encontravam em situação de violência em seus lares. A história de violência contra a mulher na igreja, através de vários séculos, colaborou para que a discriminação e a violência contra a mulher permanecessem presentes até hoje na sociedade. (BERGESH, 2015, p. 119)

Ao contrário do que foi construído ao longo dos anos, as mulheres não querem fazer parte dos registros históricos apenas enquanto objeto de discussão, elas querem ser “artesãs das suas vidas e responsáveis junto com os homens da vida em sociedade” (GEBARA, 2017, p. 52). Assim, ao falar do que é ser mulher, a lógica de Ivone Gebara deve ressoar

Quem é a mulher? Não é uma definição, mas um sujeito de direitos. Quem é a mulher? Não é uma essência idealizada, mas uma cidadã afirmando o seu valor e dignidade nos diferentes âmbitos da vida social. E se isso é assim, estamos nos dando o direito a pensar não só sobre nós mesmas em relação com os outros, mas o direito de pensar as formas de poder, a organização das nossas cidades, da economia e dos diferentes intercâmbios entre os seres humanos e seu mundo. Estamos construindo relações de justiça para hoje, crendo nas boas sementes plantadas hoje. (GEBARA, 2017, p. 52)

A reprodução dos discursos enquanto verdade absoluta disseminada pela fé se traduz como uma forma de manutenção de poder, da ordem masculina que por vezes dispensa justificação.

Diante de tantos questionamentos dúvidas, Virginia Wolf também promove o questionamento acerca do que é uma mulher. Ela diz que não sabe responder a essa pergunta, duvida que seus leitores também saibam e afirma que ninguém pode saber enquanto as

mulheres não se expressarem em todas as artes e profissões abertas às capacidades humanas (WOLF, 2020, p. 14). De fato, apenas a própria mulher deve se definir enquanto pessoa com suas capacidades e, enquanto essa liberdade de espaços não existir plenamente, inclusive no meio religioso, sempre haverá motivos de lutar.

## **1.2 O animal mais discutido quanto à liderança eclesiástica**

A história do cristianismo mostra o quanto a mulher foi debatida e questionada em sua essência e capacidade ao longo do tempo e, por conta disso, a mulher emergente encara um desafio à própria definição de si mesma (LERNER, 2019, p. 277). Devido aos inúmeros avanços e direitos conquistados, se poderia supor que atualmente o quadro está diferente, porém a mulher ainda é um animal bastante discutido, principalmente no meio religioso.

O texto bíblico é repleto de versículos que falam acerca do papel social da mulher, incluindo a sua atuação dentro do ambiente religioso. Monique Alexandre (1990, p. 512) afirma que há um conflito profundo entre dois modelos de participação de mulheres nos cristianismos originários. Segundo a autora, um deles rompe com paradigmas socioculturais e religiosos de dependência, subordinação e desqualificação de mulheres, enquanto o outro adapta, reformula e talvez até aprofunde esses paradigmas. Tal conflito apontaria tanto para a institucionalização da igreja como para a exclusão da mulher do exercício das funções eclesiásticas.

Assim, ao interpretar e aplicar tais escritos na atualidade, muitas são as opiniões e as visões hermenêuticas sobre eles. Muitos teólogos e estudiosos se debruçam a estudar exaustivamente o que a Bíblia afirma sobre a conduta feminina. Dentre essa gama de estudos e considerações sobre a temática, dois grupos se destacam por sua argumentação forte e contrária uma a outra: os complementaristas e os igualitaristas<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Apesar de ser um debate antigo, relata-se que a origem oficial desses grupos se deu através de debates ferrenhos entre teólogos americanos. Desde 1975, o *Christianity Today*, um dos principais periódicos evangélicos dos Estados Unidos, tem fornecido a sua plataforma para ser palco das disputas dos dois posicionamentos. Nesse meio, teólogos aderiram à discussão, publicando artigos e livros sobre a temática. Porém, após o encontro da *Evangelical Theological Society* em 1986, que teve como tema a discussão sobre a perspectiva bíblica do feminino e do masculino, a polarização tomou forma organizacional através da fundação de duas colisões concorrentes, sendo eles *Cristãos pela Igualdade Bíblica e Conselho sobre Masculinidade e Feminilidade Bíblica*. Os que aderiram a esta acreditavam que a Bíblia impõe restrições ao ministério de mulheres; já os que se juntaram àquela estavam convencidos de que Deus chama a todos, independente do gênero. Ou seja, o centro da controvérsia foi, justamente, a questão da liderança masculina contra um conceito de liderança compartilhada (GRENZ; KJESBO, 1995).

Tais linhas de pensamento utilizam vários versículos chave para fundamentar seus argumentos. O primeiro e mais comum entre os debates é o que se encontra em Gálatas 3:28, que diz: “Nisto não há judeu nem grego; não há servo nem livre; não há macho nem fêmea; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (BIBLIA, 2018). Na visão complementarista, Deus estabeleceu uma ordem em sua criação através de uma hierarquia que posiciona homens acima das mulheres no quesito de autoridade e liderança. Assim, eles argumentam que o apóstolo Paulo não estava se referindo necessariamente a posições sociais, mas estava falando em um sentido soteriológico, ou seja, da salvação espiritual de cada um. Já os igualitaristas apontam que o central interesse de Paulo era a reconciliação das divisões e desigualdades entre os seres humanos por meio da reconciliação com Deus<sup>3</sup> (GRENZ; KJESBO, 1995). O antigo modo pelo qual homens e mulheres se relacionavam deveria dar lugar a união e igualdade entre os crentes.

Galatians 3:28 entails powerful implications for social relations. Paul’s declaration meant that a female no longer needed to be attached to a male to have a place in the community. Women’s roles need not be limited to wife and mother. As in Jesus’ own teaching, the apostle’s declaration opened the door to the ministry as women, including the ministry of single woman<sup>4</sup>. (GRENZ; KJESBO, 1995)

Outros textos bastante debatidos estão lá nas cartas de Paulo aos cristãos localizados na cidade de Corinto. O primeiro deles se localiza na primeira carta enviada aos coríntios, nos primeiros versículos do capítulo 11, especialmente do 2 ao 12, que afirma

Mas quero que saibais que Cristo é a cabeça de todo o homem, e o homem a cabeça da mulher; e Deus a cabeça de Cristo. Todo o homem que ora ou profetiza, tendo a cabeça coberta, desonra a sua própria cabeça. Mas toda a mulher que ora ou profetiza com a cabeça descoberta, desonra a sua própria cabeça, porque é como se estivesse rapada. Portanto, se a mulher não se cobre com véu, tosquie-se também. Mas, se para a mulher é coisa indecente tosquiar-se ou rapar-se, que ponha o véu. O homem, pois, não deve cobrir a cabeça, porque é a imagem e glória de Deus, mas a mulher é a glória do homem. Porque o homem não provém da mulher, mas a mulher do homem. Porque também o homem não foi criado por causa da mulher, mas a mulher por causa do homem. Portanto, a mulher deve ter sobre a cabeça sinal de

---

<sup>3</sup> “Rather, they argue that we must read the text in the light of Paul’s central interest, namely, the reconciliation of divisions among humans by means of our participation in a common reconciliation with God” (GRENZ; KJESBO, 1995).

<sup>4</sup> “Gálatas 3:28 traz implicações poderosas para as relações sociais. A declaração de Paulo significava que uma mulher não precisava mais estar ligada a um homem para ter um lugar na comunidade. Os papéis da mulher não precisam se limitar à esposa e mãe. Como no próprio ensino de Jesus, a declaração do apóstolo abriu as portas para o ministério como mulheres, incluindo o ministério de mulher solteira” (GRENZ; KJESBO, 1995).

poderio, por causa dos anjos. Todavia, nem o homem é sem a mulher, nem a mulher sem o homem, no Senhor. Porque, como a mulher provém do homem, assim também o homem provém da mulher, mas tudo vem de Deus. (BIBLIA, 2018)

Quanto a esse trecho, os complementaristas argumentam que o apóstolo instrui as mulheres a serem caracterizadas por uma atitude específica em público, refletindo uma ordem transcultural do homem sobre a mulher que elimina as mulheres do papel de liderança na igreja <sup>5</sup>(GRENZ; KJESBO, 1995). Além disso, as cabeças cobertas seriam um sinal de submissão à chefia masculina.

Já para os igualitaristas, o texto não estabelece uma base para a eliminação das mulheres em posição de liderança não impondo restrições à amplitude do uso de seus dons na adoração pública. Ele trata apenas de um conselho comportamental nos cultos, para que elas estejam atentas às sensibilidades culturais nas relações entre os dois sexos<sup>6</sup> (GRENZ; KJESBO, 1995). Seria uma espécie de advertência às normas culturais, para que a religião que emergia não fosse mal vista pelos demais coríntios. Tais conselhos tinham duas fortes razões: a cidade de Corinto era lar da deusa Afrodite e, em seus cultos, era comum as muitas prostitutas culturais rasparem suas cabeças como sinal de devoção à divindade e de poder para seduzir os homens; as mulheres pegas em adultério eram obrigadas a terem as suas cabeças raspadas para serem facilmente identificadas como imorais (VALLOTTON, 2013). Além disso, em outros povos, como os assírios, o véu era o símbolo das mulheres casadas e usá-lo era um privilégio e significava respeito (LERNER, 2019 p. 176).

Outro trecho das Escrituras bastante polêmico e controverso quando o assunto é mulheres atuando nas igrejas se encontra 1 Coríntios 14: 34-35, que diz:

As vossas mulheres estejam caladas nas igrejas; porque não lhes é permitido falar; mas estejam sujeitas, como também ordena a lei. E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos; porque é vergonhoso que as mulheres falem na igreja. (BIBLIA, 2018)

---

<sup>5</sup> “Complementarians conclude that the apostle also instructs women to be characterized by a specific attitude in public gatherings. They argue that the text reflects a transcultural ordering of male which eliminates women from leadership roles in the church” (GRENZ; KJESBO, 1995).

<sup>6</sup> “The text therefore does not lay a foundation for eliminating women from leadership in the church. Paul places no restrictions on the breadth of women’s use of their gifts in public worship. He speaks only to the demeanor in which women are to serve, as those mindful of cultural sensitivities concerning male-female relations” (GRENZ; KJESBO, 1995).

Esses versículos são campeões nos argumentos acerca da proibição de mulheres líderes ou pastoras, bastante utilizados por complementaristas para legitimar seu ponto de vista.

Some complementarians draw from the text a prohibition against women's engaging in any form of speaking in the context of church worship. This interpretation has been influential throughout church history. From Tertullian to Thomas Aquinas, commentators concluded that women could not even sing or pray audibly among men. Although the Reformers relaxed some of these restrictions, as late as the 1890s certain Presbyterians still forbade women's singing in worship. And well into the twentieth century many Protestants remained convinced that the injunction prohibited women from voting in church meetings.<sup>7</sup> (GRENZ; KJESBO, 1995)

Na cidade de Corinto, antes da chegada do cristianismo, era predominante a adoração às deusas, como por exemplo, Artemis e Afrodite, a deusa do amor. Nesses cultos as mulheres desempenhavam um papel dominante e o contexto ritualístico era divergente. Além disso, também é documentada a adoração feminina ao deus Baco, caracterizada à época por gritos frenéticos e êxtases selvagens (KROEGER, 1978). Dessa forma, igualitaristas argumentam que o conselho de Paulo busca retomar a ordem nos cultos, uma vez que provavelmente as mulheres estavam trazendo costumes pagãos aos cultos cristãos e isso não era bem visto naquela religião emergente (VALLOTTON, 2013). Não seria uma ordem absoluta, visto que anteriormente ele fala de mulheres orando e profetizando. Vale salientar que, ao contrário do que ocorria no judaísmo predominante na época, esse texto mostra que mulheres eram permitidas de participarem das reuniões públicas.

O apóstolo Paulo também enviou cartas ao jovem Timóteo, que estava liderando a igreja na cidade de Éfeso, com conselhos e bases doutrinárias para a solidificação do cristianismo. Na epístola de 1 Timóteo 2:11-15 há outra passagem bastante utilizada no contexto analisado:

A mulher aprenda em silêncio, com toda a sujeição. Não permito, porém, que a mulher ensine, nem use de autoridade sobre o marido, mas que esteja em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Salvar-se-á,

---

<sup>7</sup> “Alguns complementaristas extraem do texto uma proibição contra o envolvimento das mulheres em qualquer forma de falar no contexto do culto na igreja. Essa interpretação teve influência ao longo da história da igreja. De Tertuliano a Tomás de Aquino, os comentaristas concluíram que as mulheres não podiam nem mesmo cantar ou orar em voz alta entre os homens. Embora os reformadores tenham relaxado algumas dessas restrições, ainda na década de 1890 alguns presbiterianos ainda proibiam o canto feminino na adoração. E bem no século XX, muitos protestantes permaneceram convencidos de que a injunção proibia as mulheres de votar nas reuniões da igreja.” (GRENZ; KJESBO, 1995).

porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, no amor e na santificação. (BIBLIA, 2018)

De acordo com o estudo de diversos trechos das duas cartas do apóstolo à Timóteo, a cidade de Éfeso foi muito atingida pela influência dos chamados falsos profetas, ou seja, pessoas que pregavam um cristianismo com pressupostos diferentes da doutrina original. Em diversos momentos de seus escritos, Paulo mostra o quanto as mulheres daquela região foram afetadas por essas doutrinas (GRENZ; KJESBO, 1995), como por exemplo, as viúvas estavam tendo problemas quanto à sua sexualidade (1 Timóteo 5: 6) e, de maneira geral, provavelmente na sua maneira de vestir (1 Timóteo 2: 9-10).

Os falsos profetas pregavam, dentre outras coisas, muitos mitos que se diferenciavam do ensino cristão, como citado em 1 Timóteo 6: 3-5. Além disso, Éfeso era uma cidade conhecida pela adoração à deusa Artemis, sendo ela associada à fertilidade e à gestação, acreditando-se que ela protegia a mulher nessa fase da vida (GRENZ; KJESBO, 1995). Nesse contexto, o apóstolo Paulo aqui cita o relato da Criação, fazendo uma referência ao livro de Gênesis. Os três primeiros capítulos da Bíblia são frequentemente utilizados para embasar o argumento de que as mulheres são mais vulneráveis ao engano, tendo em vista que Eva foi enganada pela serpente e trouxe o pecado à humanidade. Porém, na visão igualitarista Paulo aqui está respondendo questionamentos dos efésios quanto aos princípios cristãos da fundação do mundo, de modo a desconstruir a visão que tinham anteriormente com base nas crenças pagãs.

Os igualitaristas questionam o fato de Paulo empoderar mulheres em alguns de seus escritos e fazer restrições apenas em alguns documentos específicos destinados a localidades específicas. Cada epístola de autoria paulina foi direcionada à igreja de cidades separadas em seus contextos próprios. Assim, sob esse ponto de vista, Paulo não escreveu uma carta e ordenou que fosse enviada a todas as igrejas do mundo, mas elas foram escritas para abordar situações pontuais que estavam ocorrendo nas cidades destinatárias, de modo a sanar suas próprias dificuldades. Eram conselhos situacionais e não universais.

Além desses famosos versículos quanto à liderança feminina, podemos citar ainda o descrito no texto de Atos 1: 15-26, que narra o processo de escolha do substituto de Judas, encabeçado por Pedro, para a recomposição do grupo de doze apóstolos. Os critérios estabelecidos para a escolha eram: ser homem, ter acompanhado Jesus desde o início de seu ministério e ser testemunha da ressurreição. Apesar do grande número de mulheres que

acompanharam Cristo desde o início da sua vida pública e até mesmo do grupo de mulheres que foram as primeiras testemunhas da ressurreição (Lucas 24), o primeiro critério as exclui.

Fica evidente que, para mulheres, o critério androcêntrico (= ser homem/anér) anula os outros dois (discipulado e testemunho de ressurreição) que permitiriam a participação delas, agora na concorrência pelo apostolado em Jerusalém! O novo começo parece não ser tão novo... Pelo registro dessa memória, elas, apóstolas dos apóstolos, são agora excluídas desse ministério e, portanto, das esferas de poder já na igreja incipiente pelo fato de serem mulheres! Esse critério androcêntrico canonizado, que é misógino e silencia a profunda e privilegiada experiência religiosa das mulheres, é que se impôs na História da Igreja e da maioria das mulheres. (REIMER, 2014, p. 43)

O argumento da escolha do próprio Cristo por um grupo de apóstolos composto exclusivamente por homens é um dos fortes argumentos utilizados pelos complementaristas na defesa da sua hermenêutica. Apesar disso, o relato da hierofania vivenciada pelas mulheres ao ver o Jesus ressurreto é essencial na valorização da experiência religiosa das cristãs. Ocorre que, como vemos no acontecido em Atos, a autoridade legítima das mulheres foi sendo subtraída pelo fato de serem mulheres. Essa característica das relações assimétricas de poder na história da igreja resultou, por exemplo, em um processo de exclusão político-hierárquica de mulheres de ministérios eclesiásticos ordenados, por um lado, e de persistentes e duradouras resistências, reivindicações e organizações de mulheres para ocupar espaços de lideranças nessa mesma Igreja (REIMER, 2014, p. 54).

Além dos motivos já apresentados que objetivam impedir a presença das mulheres no pastoreio, muitos também argumentam baseando-se nas diferenças físicas e psíquicas entre os dois sexos, sendo o homem mais forte e racional e a mulher mais frágil e emotiva. Até mesmo o fato de Deus ter encarnado como homem na figura de Jesus e a aparente ausência de textos bíblicos em que mulheres atuam como superiores ou líderes, são apresentados como evidências contrárias à ordenação feminina.

São inúmeros os livros cristãos publicados seguindo o pensamento complementarista. Um deles, do autor e teólogo Wayne Grudem (2009), além de rebater cada argumento igualitarista em seus capítulos, ele apresenta três listas que enumeram o que as mulheres podem ou não fazer no meio eclesiástico. A primeira (GRUDEM, 2009, p. 48) trata de áreas de autoridade e de governo, afirmando, dentre outras coisas, que apenas homens podem ser pastores, presidentes de uma denominação, e presidir batismos ou cultos de comunhão. Já a segunda (GRUDEM, 2009, p. 50) lista aborda áreas de ensino bíblico e, sem dúvidas, é a mais curiosa e discriminatória em seus tópicos. De acordo com o autor, apenas homens podem

ensinar Bíblia ou Teologia em seminários teológicos ou faculdades cristãs; já as mulheres só poderiam exercer tal função em universidades seculares, ou seja, não confessionais. Além disso, expõe que homens podem lecionar em uma classe de Escola Dominical de adultos e para alunos universitários; as mulheres apenas poderiam em uma classe composta só por mulheres ou por alunos do ensino fundamental ou médio. A terceira (GRUDEM, 2009, p. 53) é sobre reconhecimento ou visibilidade pública, apontando que a ordenação como pastor de uma denominação é algo que deveria estar restrito aos homens.

Ao longo da história, um grupo religioso que se destacou bastante pelo seu viés igualitarista foram os quakers, movimento protestante britânico criado no ano de 1652, pelo inglês George Fox. Sua esposa Margaret Fell, inclusive, foi peça fundamental para a sistematização teológica das propostas igualitárias (FIORENZA, 1979, p. 36), além de ter escrito um panfleto intitulado “Defesa da expressão feminina”. Eles transmitiam igualdade de gênero original e restaurada em uma participação das mulheres no trabalho missionário, pregando e liderando reuniões. Assim,

Destacaram-se como pacifistas, abolicionistas e igualitaristas de gênero. Lideraram e se envolveram em movimentos contra o tráfico de escravos e a escravidão, pela reforma educacional e das prisões, pela abolição da pena de morte e contra as guerras entre nações. Seu ativismo não era fruto de alguma ideologia ou sentimento revolucionário, mas uma consequência direta de sua teologia. Para os Quakers, a dominação masculina era uma manifestação do pecado. (MEIRA, 2019, p.14)

Muitas mulheres quakers, inspiradas pela doutrina que aprendiam e seguiam foram figuras importantes na Primeira Onda do Feminismo, lutando pelos direitos das mulheres e participando ativamente do movimento sufragista. Além disso, o legado das quakers é marcado por duros momentos de resistência. Em 1653, Mary Fisher e Elizabeth Williams foram despidas até a cintura e açoitadas, pois estavam conversando sobre teologia com homens na porta de uma faculdade; em 1654 Elizabeth Fletcher e Elizabeth Leavens também sofreram simplesmente por testemunhar a jovens teólogos; em 1656, Ann Austin e Mary Fisher foram detidas, açoitadas, tiveram os seus livros queimados e foram despidas em busca de sinais de bruxaria; em 1657 outra quaker foi presa e chicoteada por seu crime, que segundo o pastor que a acusou, foi pregar na igreja (MALCOLM, 2003, p. 109 – 112). A coragem para resistir até mesmo a maus tratos físicos em nome da vocação era baseada em uma doutrina forte que impulsionava as mulheres à pregação.

Por outro lado, John Wesley, precursor do movimento de avivamento espiritual metodista, teve um posicionamento diferente no início do seu ministério. Em carta aberta publicada em 1748 ele tratou acerca da pregação feminina e ele buscava distinguir o cristianismo dos quakers, se referindo a estes como seita justamente por aceitar a pregação de mulheres.

“Julgamos que de maneira alguma é ilegal que uma mulher pregue nas assembleias do povo de Deus”. Nisto há uma diferença manifesta, pois o apóstolo Paulo expressou expressamente: “Que as vossas mulheres se calem nas igrejas; Porque não lhe é permitido falar... e se aprenderem alguma coisa, perguntem a seus maridos em casa; pois é uma vergonha para as mulheres falarem na igreja”. (1 Cor XIV, v 34-35). Robert Barclay, de fato, diz: “Paulo aqui só repreende as mulheres desconsideradas e falantes”. Mas o texto não diz tal coisa. Evidentemente fala de mulheres em geral. Novamente o apóstolo Paulo diz a Timóteo: “Aprenda a mulher em silêncio com toda sujeição. Pois não permito que uma mulher ensine, nem usure a autoridade sobre o homem” (o que o ensino público implica necessariamente, “mas que esteja em silêncio” (1 Tim II, v 11-12). A isso Robert Barclay faz apenas aquela resposta inofensiva: “Pensamos que isto não é de qualquer maneira repugnante a esta doutrina”. Não é repugnante a isso: “eu não permito que uma mulher ensine”! Então eu não sei o que é. “Mas uma mulher trabalhou com Paulo na obra do evangelho”. Sim, mas não da maneira que ele próprio proibiu. “Mas Joel predisse: ‘Seus filhos e suas filhas profetizarão’. E ‘Felipe teve quatro filhas que profetizaram’.” E o próprio apóstolo ensina as mulheres a profetizar; apenas com a cabeça coberta. Muito bom. Mas como você prova que profetizar em qualquer uma dessas citações tem o significado de pregar? (WESLEY, 1748) (tradução livre)

Pode-se perceber que os versículos frequentemente utilizados nesse debate são os mesmos reproduzidos até hoje. A refutação à teologia defendida por Robert Barclay, um dos escritores mais respeitados dos Quakers, mostra o quanto essa divisão é antiga e recorrente no meio cristão. Porém as mulheres vocacionadas sempre estiveram presentes resistindo ativamente. A pregadora Mary Bosanquet, diante da carta de Wesley, não se calou e escreveu uma carta refutando cada uma das objeções apresentadas. Wesley, após refletir na carta enviada por Mary, concordou com a pregação daquelas que possuísem um chamado extraordinário (SALVIANO, 2020, p. 163). Além disso, com a grande participação das mulheres no movimento avivalista Wesley mudou de opinião em pouco tempo.

Como evangelistas, as mulheres estavam cumprindo um dever cristão de levar os pecadores ao arrependimento. Além da pregação, elas destacaram-se no serviço cristão, e algumas se tornaram excelentes auxiliares de Wesley, que paulatinamente foi mudando de opinião, após sua conversão e o avivamento. (SALVIANO, 2020, p. 160)

Através desse exemplo pode-se perceber que as discussões entre os complementaristas e igualitaristas estão presentes em várias denominações e em diversos contextos históricos. Teólogos e líderes têm debatido sobre as mulheres e o seu papel na igreja exaustivamente e hoje a realidade é a mesma.



Figura 1: Mary Bosanquet. Fonte: <https://difficultwomenconference.wordpress.com/2014/11/26/i-would-be-given-up-both-soul-and-body-mary-bosanquet-fletcher-and-her-call-to-public-ministry/>

“Por que são as mulheres, a julgar por esse catálogo, tão mais interessantes para os homens que os homens para as mulheres?”, questiona Wolf (2019, p. 31). Uma pergunta bastante pertinente no contexto estudado. Talvez a resposta esteja em consonância com a suposição feita pela autora:

Em todos esses séculos, as mulheres têm servido de espelhos dotados do mágico e delicioso poder de refletir a figura do homem com o dobro de ser tamanho natural. (...) Eis porque tanto Napoleão quanto Mussolini insistem tão enfaticamente na inferioridade das mulheres, pois, não fossem elas inferiores, eles deixariam de engrandecer-se. (WOLF, 2019, p. 38)

O grande problema é que, de acordo com Bicalho (2002, p. 95) as injunções sociais são introjectadas na subjetividade feminina, naturalizando sua condição inferior. Dessa forma, as representações sociais expressam a realidade de gênero e o discurso religioso, tornando as várias formas de violência de gênero normais, contribuindo para a culpa e a submissão da mulher. Assim,

O papel feminino na sociedade tem de ser re-descoberto, porque se a sociedade define os papéis sociais, também existe uma própria automarginalização da mulher, por acomodar-se aos ‘clichês’ que a sociedade lhe impõe. Os mitos sociais não só atuam nos homens, mas são interiorizados pela própria mulher influenciando na sua conduta para se acomodar às expectativas. A libertação plena da humanidade exige a revisão profunda e crítica de todos estes preconceitos. (BUCKER, 1995, p. 164)

Há milênios as mulheres participaram do processo da própria subordinação por serem moldadas a internalizar a própria inferioridade (LERNER, 2019, p. 268). Assim, para que as mulheres sejam incluídas ativamente na história, o que chamamos de “história das mulheres” precisa, de acordo com Bourdieu (2012, p. 101), não apenas se contentar com registrar, por exemplo, a exclusão das mulheres no papel ativo na religião cristã, ela também precisa assinalar e levar em conta a reprodução e as hierarquias, bem como as predisposições hierárquicas que elas favorecem e que levam as mulheres a contribuir com a sua própria exclusão dos lugares de que elas são sistematicamente excluídas.

### **1.3 Por uma hermenêutica bíblica decolonial**

O poder religioso, ao longo dos anos, sempre funcionou como um modo de dominação para com os fiéis. No caso evangélico, ele consegue se perpetuar porque se legitima pelas relações de fé dos membros ao exercerem pouca resistência por causa da contribuição da teologia, já que a liderança é sempre encarada como vocacionada e escolhida por Deus (TAVARES, 2003, p. 137).

Aliado ao poder religioso, a utilização da tradição patriarcal na interpretação das escrituras, tão antiga quanto à própria formação do Canôn, é constante até os dias de hoje. A Bíblia é um dos livros que mais afetam mulheres, principalmente no Ocidente, e seu conteúdo foi usado muitas vezes para ressaltar a subalternização das mesmas. A tradição cristã mostra o quanto à visão androcêntrica das Escrituras legitimou um discurso violento e misógino que tinha como alvo, dentre outros, as mulheres. De “porta do inferno” até a atribuição de fraqueza intelectual e ausência de racionalidade, não faltaram adjetivos fruto da utilização equivocada da Bíblia para a perpetuação de sistemas patriarcais predominantes.

Seria longa a lista de textos bíblicos que descrevem actos de violência sobre mulheres. Mas tão ou mais relevantes do que os textos bíblicos que

descrevem actos violentos sobre mulheres são os textos que foram utilizados ao longo dos séculos (e continuam a ser) para legitimar o silenciamento (frequentemente violento) das mulheres, invocando a sua pretensa inferioridade em relação ao homem, inferioridade essa estabelecida pela própria criação, portanto “natural”, já que não pode ser “o corpo” – a mulher – a comandar “a cabeça” – o homem. (TOLDY, 2010, p. 173)

Quanto a isso, Fiorenza (1992, p. 114) atenta para aquilo que ela considera ser a produção de uma ideologia religiosa baseada numa dominação masculina estrutural, isto é, um fenómeno político, de raça e de classe, que se traduz numa opressão global, numa pirâmide de múltiplas opressões. Assim, pode-se dizer que o patriarcado não é compreendido nos termos de um sistema sexual binário, mas de uma complexa estrutura piramidal de domínio político e de subordinação, estratificada segundo taxonomias de sexo, raça, classe, religião e cultura (TOLDY, 2010, p. 172).

Apesar disso, ao mesmo tempo em que a Bíblia foi utilizada para legitimar uma dominação, também foi através dela que muitas mulheres reagiram à subordinação. Desse modo, é necessário primeiramente identificar raízes patriarcais na interpretação bíblica (BARROS, 2019, p. 25) e, posteriormente, fugir do pensamento patriarcal para a construção de uma história mais igualitária.

Para isso, a historiadora Gerda Lerner aponta alguns pontos interessantes para desconstruir o pensamento patriarcal: desenvolver o ceticismo quanto a cada sistema conhecido de pensamento, além de criticar os pressupostos, valores de ordem e definição; valorizar a experiência feminina, uma vez que tal experiência costuma ser banalizada ou ignorada; sermos críticas quanto ao próprio pensamento, que é, afinal, um pensamento moldado na tradição patriarcal; e desenvolver coragem intelectual, a coragem de se levantar sozinha, a coragem de buscar o inalcançável, a coragem de correr o risco do fracasso (LERNER, 2019, p. 279).

Nessa luta contra os padrões disseminados pela estrutura patriarcal, as mulheres de fé muitas vezes acabam não participando ativamente do movimento em si. Apesar disso, o componente religioso pode, se utilizado por uma perspectiva decolonial e inovadora, contribuir para uma real conscientização da mulher no sentido da sua libertação enquanto pessoa, levantando questionamentos e criando um espaço onde elas possam se realizar, sem estereótipos, lado a lado com o homem (TEPEDINO, 1985, p. 378).

Ao propor uma hermenêutica bíblica decolonial esse aspecto da mudança de perspectiva é evidenciado para atingir resultados concretos no cotidiano das mulheres nas igrejas. É apresentada a necessidade de uma teologia construída levando em consideração a perspectiva

feminina da fé, proporcionando uma releitura dos textos sagrados com lentes sensíveis à condição da mulher, considerando como os principais pilares do cristianismo afetam o cotidiano delas e impacta o modo como cada uma se localiza na sociedade. Além disso, partindo dessas mudanças de paradigmas, promover o incentivo à produção de conteúdo teológico produzido por mulheres, para que elas possam ser participantes da construção doutrinária da sua própria fé.

Partindo de uma nova leitura da Bíblia, é necessária uma revisão das estruturas simbólicas que perpetuam relações assimétricas de poder. Assim, June O'Connor propõe pelo menos 5 passos para elaborar práticas alternativas ao saber teológico.

1) Suspeita; 2) Recuperação de memórias e tradições esquecidas ou colocadas à margem; 3) Crítica, correção e transformação de conceitos; 4) Repensar o modo como o mundo acadêmico opera; 5) Auto-avaliação crítica. (O'CONNOR, 1995, p. 46)

Estes cinco passos são desdobramentos do processo contínuo de desconstrução e reconstrução do saber teológico. A suspeita remove literalismos e desconstrói a hegemonia acadêmica. A recuperação de memórias entabula reconstruções de saber; a crítica e correção retomam a desconstrução e questionam universalismos; repensar como o mundo acadêmico opera implica reconstruir paradigmas, epistemologias e superar a cisão entre teoria e prática; já a auto avaliação crítica coloca todo labor teológico à disposição da comunidade para que suas pretensões de verdade sejam verificadas (DEIFELT, 2008, p. 15).

O filósofo François Poullain de la Barre (1647-1725), considerado um feminista pouco conhecido, é citado por Beauvoir com a seguinte frase: “Tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte” (2016, p. 18). Assim, diante dos escritos e tradições perpetuadas ao longo dos anos, a hermenêutica da suspeição funciona como um mecanismo de desconstrução do saber tradicional, colocando que o seu conteúdo e seu método é pelo menos incompleto, se não sempre estruturalmente deficiente pelo fato de sua forma e transmissão se darem em instituições de dominância masculina. (LACELLE, 2002, p. 14). Assim, quanto a hermenêutica da suspeita,

O seu objectivo é retomar os fios perdidos do tecido da vida das mulheres, que os textos não retratam, antes, ocultam. Mas, esta revisão da história não é um processo tanto histórico-crítico, teológico ou filosófico, quanto um processo poético – o seu objectivo não é tanto a reconstituição quanto a reformulação retórica do lugar das mulheres nos textos, resultante da sua leitura e interpretação pelas próprias mulheres. (TOLDY, 2010, p. 172)

Assim, essa reformulação do lugar da mulher é essencial para a mudança das estruturas. A modificação de estruturas dominantes deve ocorrer teoricamente, através de uma revisão teológica e interpretativa, trazendo visões libertadoras de áreas de conhecimento uma vez comandadas por homens. Porém, além disso, toda essa teoria deve ser transformadora na realidade prática, através da reformulação intencional de espaços antes ocupados apenas por homens.

O reconhecimento das marcas do patriarcado deve acontecer em todas as instâncias, inclusive na religiosa, para que as mulheres devotas à fé sejam contempladas enquanto agentes e participantes da sua fé. Nesse contexto, as mulheres vocacionadas ao exercício da função pastoral nas igrejas evangélicas vêm enfrentando barreiras históricas, com a finalidade de conquistarem o seu espaço nas instituições religiosas. Assim, será analisado, através da perspectiva feminina, o processo de ordenação de pastoras pelas igrejas batistas vinculadas à Convenção Batista Brasileira e Paraibana.

## 2. A CONVENÇÃO BATISTA PARAIBANA E A QUESTÃO DA MULHER VOCACIONADA

Da mesma forma que se podem observar todos os discursos e opiniões ao longo da história que visavam de alguma forma diminuir a mulher ou limitar a sua liberdade, hoje tais posicionamentos ainda estão presentes em algumas pautas. Armstrong (1994, p. 133) afirma que o cristianismo ocidental nunca se recuperou inteiramente da misoginia neurótica, que ainda se pode ver na reação desequilibrada à simples ideia de ordenação de mulheres.

A atuação feminina sempre foi presente no meio batista brasileiro, seja como diaconisas, missionárias ou colaboradoras. Porém, apesar dessa aparente abertura ao trabalho de mulheres, o título de pastora sempre carregou um estigma e uma relação imediata e exclusiva ao masculino.

Nesse contexto religioso, ao tratar da história e atuação das igrejas evangélicas batistas no Brasil, a Convenção Batista Brasileira foi fundada em 1907 através da sua primeira assembleia realizada em Salvador (BA). Ela ganha destaque por seu pioneirismo e organização interna, sendo a maior convenção batista da América Latina, definindo o padrão doutrinário de suas filiadas. A imagem abaixo documenta o início da jornada batista no Brasil, além de mostrar a pouca presença de mulheres em tal momento.



Figura 2: Foto do início da Convenção Batista Brasileira. Fonte: <https://pleno.news/fe/convencao-batista-brasileira-completa-113-anos-e-faz-live.html>.

A nível nacional, a CBB unifica os princípios a serem seguidos nos respectivos estados pelas igrejas afiliadas, priorizando a unidade de pensamento entre todos os integrantes. Cada estado possui a sua seccional com autonomia de decisão, apesar da vinculação aos preceitos

estabelecidos nacionalmente. A Convenção Batista Paraibana, seguindo os regulamentos nacionais, foi fundada no ano de 1924.

As igrejas afiliadas na CBB precisam seguir a Declaração Doutrinária da Convenção Batista do Brasil, que estabelece as diretrizes básicas da sua crença e hermenêutica bíblica. É através desse órgão que novas igrejas podem ser formadas, organizadas e estruturadas de acordo com as normas prévias.

Sua administração é feita por um Conselho Geral, cuja diretoria tem o mandato de 2 anos, sendo regida por estritos padrões democráticos, com ênfase na descentralização decisória e na alternância do poder (CBB). Tal conselho é responsável por planejar e coordenar os programas da CBB e de suas organizações.

Desde a sua fundação, a CBB se reúne anualmente em assembleias, normalmente realizadas nos vários estados brasileiros. Nelas são debatidos os assuntos que precisam ser tratados e a organização interna da denominação. Além disso, quando é preciso tomar alguma decisão ou realizar uma mudança, os pastores do Brasil inteiro se reúnem para as votações.

Em 2020, por conta da pandemia decorrente do vírus COVID-19 e das restrições de saúde que impediam eventos com aglomeração de pessoas, a Convenção Batista Pioneira do Sul realizou a sua 92ª assembleia totalmente online nos dias 26 e 27 de setembro (CBB, 2020). De acordo com foto registrada do evento, pode-se perceber que, mesmo após 113 anos de fundação e dos avanços conquistados pelas mulheres, a hegemonia masculina ainda é uma marca registrada na CBB e em suas filiadas.



Figura 3: 92ª Convenção Batista Pioneira do Sul realizada online. Fonte: [http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?NOT\\_ID=576](http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?NOT_ID=576).

Em meio a uma estrutura organizacional repleta de diretrizes a serem seguidas, qualquer mudança deve passar por muito estudo, pesquisa e votação. Assim aconteceu com o processo de aprovação para que mulheres pudessem ser ordenadas como pastoras, repleto de desafios e impedimentos, de pequenas e grandes vitórias, mas principalmente do desejo que vinha de uma vocação divina.

Dessa forma, o presente capítulo tem o objetivo de tornar as vozes das pastoras da CBB audíveis, para que suas histórias sejam honradas e suas lutas reconhecidas. Através dos relatos das entrevistadas, dos documentos e das notícias veiculadas da instituição, pretende-se apresentar uma visão geral e pessoal de todo o processo de aprovação do pastoreio feminino, com um olhar sensível aos diversos fenômenos que tal vocação pressupõe.

## **2.1 A força do chamado divino e a certeza da vocação**

De acordo com a Declaração Doutrinária da Convenção Batista do Brasil, há nas Igrejas, segundo as Escrituras, duas espécies de oficiais: pastores e diáconos<sup>8</sup> (CBB). Diante da multidão de fiéis que integram as igrejas batistas brasileiras, poucas são as pessoas que se identificam e que desejam seguir o ministério pastoral. O cargo de pastor é a posição de maior hierarquia e a única posição passível de remuneração, sendo aquele indivíduo que irá guiar a congregação e ensinar os princípios da fé.

No contexto batista o corpo pastoral das igrejas geralmente é formado por um pastor presidente e os auxiliares. O primeiro é o principal líder da congregação, enquanto os demais são submissos à sua autoridade e o auxiliam no bom andamento da igreja. Normalmente os pastores auxiliares cuidam de departamentos ou grupos específicos, como adolescentes, juventude, homens, mulheres, missões, entre outros. Assim,

Todos os crentes foram chamados por Deus para a salvação, para o serviço cristão, para testemunhar de Jesus Cristo e promover o Seu reino, na medida dos talentos e dos dons concedidos pelo Espírito Santo.

1 - Entretanto, Deus escolhe, chama e separa certos homens, de maneira especial para o serviço distinto, definido e singular do ministério da Sua Palavra; (Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira)

---

<sup>8</sup> Assim como os pastores, os diáconos também precisam ser convertidos, dar evidências de terem sido chamados e separados por Deus para esse ministério, e possuir as qualificações estipuladas nas Escrituras para o seu exercício. A igreja local o reconhece e o capacita formalmente para servir em suas atividades. É um cargo de confiança, pois desempenha o papel de auxiliar o pastor no exercício do ministério pastoral.

De acordo com a doutrina cristã, o desejo de se tornar pastor vem através de um chamado divino, uma vocação especial para algumas pessoas escolhidas por Deus. Essa separação especial deve ser confirmada através da igreja local, que reconhece e prepara a pessoa para assumir a posição de pastor. Apesar disso, ao contrário do que está escrito na própria Declaração Doutrinária, não apenas “certos homens” se sentem inclinados a assumir o pastoreio, mas algumas mulheres também possuem tal convicção.

Durante as entrevistas realizadas com pastoras batistas vinculadas à CBPB, questionamos como cada uma descobriu a sua vocação e como foi esse processo de abraçar verdadeiramente o chamado divino. A *Pastora A* (58 anos, casada) contou que o seu desejo começou a surgir quando ela era aluna do curso de Educação Religiosa, mas que, logo depois, ela sentiu Deus direcionando-a a se matricular efetivamente no seminário para estudar Teologia.

“Durante as aulas eu comecei a me sentir na pessoa de um pastor. Só que diante da questão da igreja batista não aceitar a mulher, inclusive não tínhamos nem mulheres no púlpito... as mulheres eram para a educação de crianças, diaconisas que já tinha sido aprovado na igreja batista, no máximo escola bíblica. Então eu já estava como professora de escola bíblica e entendia que era o bastante pra mim, era o que Deus tinha para mim. Só que durante as aulas começou essa projeção. Eu me projetava em uma vida pastoral, mas ao mesmo tempo eu rejeitava essa ideia, não comentava com ninguém, porque eu achava que era impossível.”<sup>9</sup>

Em uma época em que a CBB apenas permitia a ordenação de homens ao ministério pastoral, ela sentiu a sua vocação, mas deixava de lado o seu desejo por achar impossível, naquele contexto, uma mulher se tornar pastora. Ela relata que no meio da sua dúvida pediu confirmação a Deus e recebeu todas as respostas que precisava.

Eu disse: “olhe Senhor, três coisas eu preciso para o senhor confirmar isso em meu coração”. Primeiro que o meu marido aceite, porque não cabe uma pastora, seja ela pastora ou pastor, sem um casamento, sem um esposo no caso, sendo casada. Segundo, que o meu pastor aceitasse, porque desde que eu vim morar em Joao Pessoa, que eu procurei uma igreja, eu já vim de Maceió convertida quando eu procurei uma igreja, a pessoa do pastor foi muito clara, Deus falou muito claro ao meu coração que ele era o meu pastor, então eu precisaria ter o apoio dele. E terceiro a denominação, porque eu me via Batista né, dentro do seminário eu não me via em outra denominação. Eu não queria sair da minha igreja nem da minha denominação para poder ser ordenada. E aí Deus então foi fazendo o caminho.

---

<sup>9</sup> A transcrição de parte da entrevista respeitou as questões fonéticas e gramaticais expressas pelo sujeito religioso.

A *Pastora A* tinha três obstáculos à sua frente para que o seu desejo de assumir o ministério pastoral fosse concretizado: a aceitação do seu marido, do seu pastor e da sua denominação batista (que até então não havia legitimado o pastoreio feminino). Entre ela e o seu objetivo havia a “permissão” de inúmeros homens para ela simplesmente exercer a sua vocação no ambiente religioso. Além disso, percebe-se que os cargos reservados às mulheres no âmbito batistas eram reduzidos a cuidadoras de crianças, diaconisas e no máximo professora da escola bíblica, uma clara reprodução dos padrões patriarcais.

De forma semelhante, a *Pastora C* (47 anos, casada) também vivenciou a experiência de começar a ser despertada para assumir o ministério pastoral, mesmo diante de uma realidade repleta de obstáculos e da predominância de discursos contrários.

Com 15 anos eu entrei para o seminário. Eu fui a seminarista mais jovem de todo o nordeste. Eu entrei no seminário pensando em aprender mais para fazer mais para Deus. Lá, convivendo com outros seminaristas vocacionados ao pastorado masculino, eu via que não tinha diferença entre o que eles faziam e o que eu fazia... não havia diferença nenhuma. Então eu comecei a me chamar de pastora brincando, em uma brincadeira com eles, mas eu tinha convicção que não havia diferença. Que se Deus chamava um homem para tal função, ele não ia descartar uma mulher, por ser mulher, para desempenhar a mesma função. Comecei a estudar a bíblia, comecei a ver o que as mulheres faziam na Bíblia para ajudar ao Senhor, para a expansão do Reino de Deus e eu vi claramente na Bíblia o pastoreio, mesmo que não tivesse o nome, não fosse literal. Ele era explícito na Bíblia. Não era um olhar feminista, era um olhar feminino.

Ao ser questionada acerca dos obstáculos enfrentados após o despertar da sua vocação, a *Pastora C* conta que foi deixada de lado em eventos da igreja e da denominação. Sua presença não era mais desejada e ela sentiu a diferença no tratamento.

Então ninguém nunca desfiou da minha feminilidade, eu nunca fui tida como algo diferente, mas eu era estranha, então alguns se afastavam de mim, outros deixavam de chamar para participar de eventos nas igrejas, de eventos da denominação. Isso no começo deixou o coração apertado porque nunca tive no meu coração o desejo de inovar ou de causar, porque eu sempre tive muito medo de fazer aquilo que fosse contra a vontade de Deus. A gente fala tanto de sonhos e planos, mas se eles não forem condizentes, não tiverem em uma linha reta com o pensamento de Senhor só acaba em desilusão. Eu nem queria uma desilusão para mim e nem queria ser motivo para a minha denominação cair em descrédito, sabe? Para dizer que eu estava querendo causar uma divisão ou um racha na denominação, e esses obstáculos iniciais me oprimiam o coração, ao mesmo tempo que a chama ascendia e dizia que eu estava certa. Faça o que é certo mesmo que o certo seja difícil.

Percebe-se, através da fala da entrevistada, que houve certo conflito interno, pois, ao mesmo tempo em que o desejo de ser pastora crescia exponencialmente, o medo de estar fazendo algo errado e desapontar a si mesma e aos seus colegas de denominação era grande. Ela temia estar arriscando a credibilidade dos batistas simplesmente por querer lutar pelo que sonhava.

Em seu relato, a *Pastora C* afirma que desempenhava a mesma função dos demais colegas que estavam se preparando para serem pastores, mas a ela era empregado o termo “missionária”. Vê-se, portanto, que a questão principal não era necessariamente a execução das atividades, visto que o ensino, o cuidado, o discipulado e a gestão eram feitos por ela. A assimetria de gênero é percebida quando o obstáculo era apenas o poder e a autoridade inerente à titulação de pastora, que não poderia ser atribuída a uma mulher, cabendo o título de “missionária”.

A presença da missionária sempre foi forte no cristianismo e hoje não é diferente. Várias mulheres se deslocam até outras cidades e lideram comunidades menores onde os homens normalmente não querem ir. Na prática, muitas vezes, elas exercem até mesmo a função do pastor, mas não são reconhecidas como tal.

Pelos relatos históricos, observa-se que as missionárias sempre atenderam as pessoas nas mais diversas circunstâncias, sendo na área espiritual e também física. No entanto, neste movimento missionário, seja na Igreja Católica seja na protestante, não se encontra o ministério feminino ordenado. A missionária realiza o ministério mas não pode ser reconhecida como o homem. (GETÃO, 2003, p. 66)

Nesse sentido, a *Pastora C* contou que, antes de ser ordenada efetivamente foi enviada como missionária para liderar uma igreja localizada no interior da Paraíba. Ela realizaria o trabalho de um pastor, mas sem o reconhecimento.

Então para mim na época foi tranquilo e coincidiu surgir uma oportunidade de auxiliar uma igreja no interior que também não tinha pastor, a escassez de pastor é grande. Ele queria que eu fosse para lá por 6 meses como missionária, não como pastora. Eu disse “bem, é uma chance de mostrar trabalho, de ser a pastora sem ser, mas quem sabe né”. Eu passei 10 anos e foi a igreja que pediu a minha ordenação. Como a igreja que pediu, o pastor da minha igreja mãe não tinha como dizer não, porque na batista é assim, a igreja quem pede a ordenação. Então depois de 6 meses eles pediram a ordenação, que não foi fácil sair, foi questionada, foi uma comissão lá saber se era real, o que a igreja estava pensando... e foi a igreja que pediu a minha ordenação e o pastor da mãe não teve como ser contrário.

Por conta da escassez de pastores ela foi enviada para pastorear uma igreja pequena no interior do estado, porém, sem o título de pastora. Nesse contexto, é comum as mulheres, enquanto missionárias, desempenharem funções teoricamente masculinas pela ausência de uma figura masculina para assumir o ministério. Tal prática expõe a secundarização do papel feminino nas lideranças evangélicas, uma vez que a liderança apenas é atribuída quando não há um homem disponível. Assim, a entrevistada viu ali uma oportunidade de exercer a sua vocação, ainda que sem o título. Com pouco tempo lá, sua atuação foi, então, reconhecida pelos próprios fiéis que solicitaram a sua ordenação, vindo esta através do carisma pessoal dela, não da instituição em si.

No Brasil, as mulheres sempre estiveram presentes orando e trabalhando por missões. Desde 1908 elas se organizam através da 2ª reunião da CBB, primeiramente através do nome União Missionária das Senhoras Batistas do Brasil. Hoje, após mudanças estruturais, a organização foi intitulada União Feminina Missionária Batista do Brasil (UFMBB)<sup>10</sup>, sendo dividida internamente em Amigos de Missões (crianças), Mensageiras do Rei (meninas e adolescentes) e Mulheres Cristãs em Missão (a partir dos 17 anos). Essa organização de mulheres é bastante atuante e, inclusive, permaneceu cumprindo o seu propósito e missão durante o período de isolamento social em decorrência do COVID-19. De acordo com relatório apresentado em Abril de 2021, apesar das circunstâncias desfavoráveis, a UFMBB realizou cursos online, programações para líderes, parcerias, trabalhos em capelania, dentre outras ações encabeçadas pelas mulheres batistas (JÚLIO, 2021, p. 8).



Figura 4: Foto da primeira diretoria da UFMBB, em 1911, tendo como presidente Graça Entminger e vice Jane Soren. Fonte: <https://www.ufmbb.org.br/quem-somos>

---

<sup>10</sup> Firmadas nos pilares da oração e do serviço, as mulheres batistas têm se unido para orar e trabalhar por missões através da UFMBB, cuja sede fica localizada no Rio de Janeiro. A visão da união é alcançar as mulheres do Brasil e ser um referencial na produção de conteúdo de educação cristã missionária.

Vale a pena mencionar que não existe formalmente o título de missionária pela CBB, apenas de pastores e diáconos. Sendo assim, não existe uma ordenação específica ou um concílio formado para que uma missionária seja consagrada. Além disso, há o entendimento teológico que todo cristão possui uma missão a cumprir no mundo, sendo então um missionário, seja homem ou mulher. Sobre isso, o pregador batista Charles Spurgeon possui uma famosa frase que diz que “Todo cristão é, ou um missionário, ou um impostor”, ou seja, ser missionário e contribuir para a expansão do evangelho, independente do sexo, já é algo que deve fazer parte da vida de todo indivíduo que se intitula seguidor de Cristo.

O relato da *Pastora B* (50 anos, casada) foi diferente, tendo em vista que ela sentiu o chamado à sua vocação após a aprovação do pastoreio feminino pela CBB. Ela relata que começou a se sentir vocacionada nos cultos dedicados às missões que ocorriam em sua igreja, onde era retratado o trabalho dos missionários e missionárias em outros países. Em meio a tantas dúvidas, a esposa do seu pastor chegou até ela e confirmou o seu chamado, incentivando-a a abraçar esse desejo que nascia. Vale observar que a confirmação veio através de uma mulher, não de um homem, ressaltando ainda mais a estrutura que geralmente não conta com o apoio masculino. Houve um pouco de resistência no início, mas logo ela decidiu se matricular no seminário e começar a sua preparação, tendo apoio do seu pastor.

Eu tinha que deixar meu filho pequenininho em casa, mas eu tive um apoio muito grande por parte do pastor e da missionária, eles diziam “se você precisar ir eu fico com as crianças”. Mas assim, eu nunca tive medo da forma como as pessoas iam olhar, da forma que as pessoas iam falar, porque o chamado era meu, então eu sempre tive convicção. Também nunca entrei em conflito com nenhum pastor até hoje eu nunca discuti, pelo contrário, no ITEBES tinha um pastor que era direto e a tese dele foi baseada exatamente em cima do pastoreio feminino, ele era totalmente contra. Mas assim, sempre houve aquele amor, sempre houve aquele respeito (...). Eu nunca me senti assim... menor por isso, porque eu sempre tive convicção do meu chamado. Eu sou bem resolvida nisso.

Uma questão de gênero está atrelada à fala da pastora no momento em que, para ela existe a dificuldade de, para conseguir estudar e se capacitar, precisar antes cuidar da família e ter alguém para cuidar dos filhos. As funções atreladas ao destino biológico da mulher se apresentam, por si só, como uma barreira para as vocacionadas, tendo em vista que os serviços domésticos são automaticamente postos como responsabilidade exclusivamente feminina. As vocacionadas e pastoras devem, além de se capacitarem e exercerem as suas funções religiosas, dar conta de outra jornada de trabalho repleta de cobranças.

Ao ser questionada se a condição de mulher já seria por si só uma dificuldade para o ministério pastoral, a *Pastora C* confirma o que anteriormente foi observado quando responde firmemente.

Minha filha, ai é que complica mesmo o fato de ser mulher. Porque olha só, quando eu ia para o seminário os meninos tinham as mães que passavam as roupas deles, que faziam a comida deles, eles tinham mais tempo para estudar. Mesmo os que trabalhavam tinham o apoio das esposas, das tias e das avós. Uma mulher não, ela vai para o seminário, mas volta para casa para cozinhar. Se a gente sai para um culto de domingo, você sai bem bonitinha, mas antes você arrumou os seus filhos e o seu marido. Então ser mulher é muito difícil para tudo. Nós envelhecemos mais rápido, nós temos menos força, então em si já é complicado. Ser mulher é complicado. Isso não quer dizer que nós sejamos incapazes.

Ela fala sobre as facilidades em ser um homem vocacionado, em comparação com a realidade das mulheres na mesma situação. Eles possuíam mais tempo para estudar, se capacitar e ganhar espaço nos seminários e nas igrejas, pois existiam figuras femininas encarregadas de realizar os trabalhos domésticos, sejam elas mães, avós, tias ou esposas. Já as seminaristas e as pastoras normalmente não gozam desse privilégio e, muitas vezes, além de lidar com o trabalho religioso e doméstico, ainda precisam administrar um trabalho secular para complementar o orçamento familiar. O tempo gasto com as variadas funções acaba privando as vocacionadas de se especializarem o suficiente e até mesmo produzirem conteúdos teológicos. Em meio a tudo isso ainda há o julgamento constante, pois elas, na visão de muitos, além de estarem usurpando uma função primordialmente masculina, ainda estariam negligenciando a sua casa e a sua família.

A *Pastora D* (44 anos, casada) relatou que a sua experiência de sentir o chamado divino começou desde a adolescência, mas à época ela não soube discernir que sua vocação seria realmente pastoral. Depois de vivenciar um momento de epifania, ela prosseguiu em sua vida, estudando, trabalhando, até que entrou no seminário para se preparar em 2010. Quando ela iniciou, de fato, a sua preparação para assumir o ministério e, apesar de já ter sido aprovado o pastoreio feminino pela convenção, a pastora pôde perceber algumas dificuldades, mas a força do seu chamado era tão forte que ela, com a ajuda de pessoas próximas, conseguiu permanecer firme.

Assim que eu soube, que eu tive convicção, eu sempre conversava com pessoas da minha família e ela sempre me motivou e sempre viu em mim o chamado, a palavra. Eu sempre dei palestras, então era natural na minha vida

profissional falar de Deus, falar de princípios de amor ao próximo. Então com quem eu conversava diziam que eu tinha um chamado para a área e sempre ouvia para esperar o tempo de Deus. (...) Então sempre ouvi minha família que está ao meu lado, meus pais, meu marido e o meu pastor. Então essas vozes me traziam paz. Eu não sou de parar quando eu escuto vozes contrárias, a não ser que sejam pessoas que estejam ao meu redor e que eu costume ouvir, porque é bíblico que na aptidão de conselhos nós encontramos sabedoria.

Diante de todos os depoimentos apresentados, pode-se perceber o quanto o sentimento inerente ao chamado divino é determinante na vida de uma vocacionada. Ao serem convictas de que possuem a vocação ao pastoreio, as mulheres conseguem força para lutar contra todas as barreiras, superando dúvidas e questionamentos provenientes dos padrões patriarcais enraizados na religião.

Após a convicção do chamado divino é necessário buscar o reconhecimento dessa vocação por parte da igreja local, que deve auxiliar na preparação, no envio e no sustento da pessoa.

Quando um homem convertido dá evidências de ter sido chamado e separado por Deus para esse ministério, e de possuir as qualificações estipuladas nas Escrituras para o seu exercício, cabe à Igreja local a responsabilidade de separá-lo, formal e publicamente, em reconhecimento da vocação divina já existente e verificada em sua experiência cristã; (Declaração Doutrinária da Convenção Batista Brasileira)

Percebe-se novamente que, ao se referir à confirmação do chamado divino é enfatizado que tal experiência sobrenatural é dada a um homem e que, além disso, deve mostrar evidência disso através das suas habilidades na comunidade. A partir daí nasce outro obstáculo para as vocacionadas, pois além de buscarem a aprovação da convenção e apoio do seu pastor, precisam também ter o reconhecimento da sua igreja local.

A *Pastora A*, uma das primeiras mulheres ordenadas na Paraíba, conta como foi a sua aceitação por parte da igreja, repleta de preconceitos a serem superados e indignação por parte de alguns membros.

Agora eu sei, por pessoas que me disseram na época, que tinham uns diáconos, pessoas mais antigas na igreja, na sua maioria homens, mas isso não algo só dos homens, mas também por uma questão feminina, as mulheres também. Mas eu acho que nesse momento não tinha só um misto de preconceito, era a questão de ser novo, porque tudo o que é novo trás um transtorno, trás uma indignação, trás um desconforto, até você não conhecer, não saber que existe, é um fato que também acarreta às pessoas uma certa desconforto de tudo o que você tem já de padrão na cabeça. Então foi uma

desconstrução você imaginar uma mulher pastora, isso era uma realidade até inimaginável no universo batista. Então para algumas pessoas antigas no evangelho, foi para algumas um choque.

A CBB até então, havia produzido uma “verdade absoluta” quando à presença de mulheres pastoras no púlpito, negando a legitimidade e doutrinando os batistas nesse sentido. As mulheres, nesse contexto, demoravam a reconhecer completamente a sua vocação por achar impossível e até mesmo errado a ocupação de tal cargo. Além de desconstruir o seu próprio pensamento alicerçado em ensinamentos considerados bíblicos, era preciso igualmente transformar cada mente e ganhar a confiança da igreja para que seu sonho fosse concretizado.

## **2.2 A luta pela aprovação do título de pastora no Brasil**

Apesar da certeza que as mulheres tinham acerca da sua vocação ao pastoreio, por muitos anos lhes foi negado o exercício de tal função. Elas sempre puderam exercer ministérios públicos, tendo em vista as necessidades que as congregações tinham, porém a titulação não era permitida.

Sobre o ministério público feminino nas Igrejas Batistas, sempre existiu desde os primórdios da organização, uma vez que no início do trabalho missionário, muitos pastores se deslocavam para determinadas regiões com suas esposas, as quais assumiam ministérios auxiliares, outrora chamados de departamentos, ou então era enviada uma missionária para onde os homens não se sentiam vocacionados a ir. As mulheres nunca foram proibidas, de trabalhar e exercer cargos nas igrejas e organizações, porém lhes eram oferecidos os cargos que as colocavam na condição de leigas e sob a supervisão masculina. (LIMA, 2011, p. 51)

As mulheres batistas sempre tiveram uma aparente liberdade, tendo em vista que a sua atuação era regulamentada pelos homens e elas apenas podiam ocupar determinados espaços. Tais cargos geralmente eram associados aos cuidados domésticos, como atividades com crianças, o serviço e o aconselhamento de outras mulheres. A pregação era uma atividade masculina, assim como o ensino e o pastoreio.

A pregação seria uma função eventual, mas não a principal, porque se referia a uma atividade caracteristicamente masculina, pertencente à função pastoral. Os homens sempre foram os detentores do poder sagrado de mediação entre indivíduos e a divindade, através do exercício do ministério

sacerdotal. “Pregar” era, portanto, função “sagrada” do homem. (YAMABUCHI, 2009, p. 132)

Nesse contexto, os procedimentos de exclusão em uma sociedade do discurso alcançam aqueles que não são considerados qualificados para um pronunciamento público (YAMABUCHI, 2009, p. 279). Assim, tal função pertencia ao domínio masculino e a divisão de tarefas no ambiente eclesial era perceptível. Mas apesar disso, sempre existiram mulheres vocacionadas nas igrejas batistas e a resistência na tentativa de legitimação do título de pastora é antiga, começando com pequenas manifestações e tentativas de debate, sendo a maioria deles frustrados ou impedidos.

No âmbito nacional, em 1975 há o caso da candidata ao cargo de pastora auxiliar da igreja em que o seu marido era titular, no Rio de Janeiro. Edelzita Sales Figueiredo, antes de ser submetida ao concílio, procurou seu ex-professor do seminário, para orientá-la na tomada dessa tão importante decisão (LIMA, 2011, p. 53). Este, sendo também diretor e redator de O Jornal Batista, posteriormente expôs o caso dela no órgão representativo.

Poucos dias antes de viajarmos aos Estados Unidos, em Junho último, fomos procurados por uma brilhante ex-aluna do Seminário que nos vinha consultar sobre assunto sério e novo para os batistas brasileiros. A Igreja de que seu marido é pastor, no Rio Grande do Sul, havia deliberado consagrá-la ao ministério pastoral e ela desejava saber a opinião de seu antigo professor, visto que nunca antes fora consagrada alguma mulher ao ministério, nas Igrejas Batistas brasileiras. [...] Aliás, uma das coisas que ponderamos à prezada ex-aluna foi à inconveniência de sua pretensão justamente agora que esse movimento de origens bastante impuras [feminismo] vem propalando idéias que não se apóiam na Palavra de Deus e criando, em muitas áreas, problemas e mal-estar. [...] à consagração de uma mulher ao ministério pastoral por uma igreja batista brasileira é algo de absolutamente novo e insólito em nossa vida denominacional (PEREIRA, 1976, p. 3).

Através da fala misógina do pastor na publicação, ele associa o desejo da candidata à influência do feminismo e não ao chamado divino, como normalmente é tratado tal anseio, considerando o movimento como de origem impura e com ideias que contrariam a Bíblia. A ex-aluna, apesar da reprovação no posicionamento do seu antigo professor e levada pela sua convicção pessoal, conseguiu marcar um concílio, porém este não foi efetivado. As justificativas para a não ocorrência foram baseadas em irregularidades, contudo estas jamais foram discriminadas.

Ainda é interessante destacar a associação, feita pelo pastor, do anseio pela ordenação de mulheres com a propagação do movimento feminista. Na década de 70, a segunda onda do

feminismo crescia no Brasil, com pautas que envolviam, principalmente, a luta pela redemocratização, por direitos de cidadania e por igualdade de condições, se espalhando através de expressões diversas por todo o país (MELO; SCHUMAHER, p. 3). A crise de identidade, relatada pela própria Betty Friedan (1963), na qual as mulheres se percebiam insatisfeitas com o papel social designado para elas, também contribuiu para a reivindicação por espaços que anteriormente lhes eram negados. Assim, o pastor não estava totalmente errado em sua colocação, pois a influência cultural da época influenciou diversas esferas da sociedade, inclusive a mudança de paradigmas nas igrejas.

No ano seguinte, em 1976, foram publicados inúmeros artigos em O Jornal Batista contrários à ordenação pastoral de mulheres. As justificativas eram muitas, como a afirmação que os movimentos seculares estavam influenciando a teologia e que esse desejo das mulheres era pura vaidade. O pastor João Gomes Ferreira, em Outubro, fez a seguinte declaração:

Vejamos o seguinte raciocínio: “o homem é o cabeça da mulher”. Até agora eu sou a cabeça da minha mulher; se sou pastor, no dia que ela for consagrada, estaremos em pé de igualdade; se não sou pastor, por força do cargo, ela se tornará a minha cabeça. Pura inversão de valores! (FERREIRA, 1976, p. 4)

Em 1977 uma comissão da Ordem dos Ministros Batistas em Curitiba/PR se pronunciou através de posições firmes sobre o assunto, expondo vários tópicos e argumentos para deslegitimar a luta das vocacionadas.

Depois de apreciar o trabalho apresentado pelo seu Presidente, sobre “Consagração de Mulheres ao Ministério – Balanço de um Debate”, aprovou as seguintes proposições, com o fito de orientar as Igrejas e o Ministério em geral:

1. Não há na Bíblia a menor referência que favoreça a consagração de mulheres ao Ministério pastoral. Na Bíblia esse ofício é sempre exercido por homens.
2. A mulher foi criada, especificamente, para ser a ajudadora do homem. Se é ajudadora presume-se que há uma hierarquia na sociedade conjugal. A mulher deve ser submissa ao homem. Uma mulher pastora teria que ser submissa a seu marido e nessas condições como poderia exercer a liderança implícita ao Ministério Pastoral?
3. Há outros ministérios que podem ser perfeitamente exercidos pelas mulheres como o de pregar, de cantar, de visitar, de socorrer aos necessitados, mas acima de tudo há o seu grande ministério que é o de ser esposa e mãe, cuja importância na sociedade nunca será demais ressaltar.
4. O movimento atual em favor da Consagração de Mulheres ao Ministério Pastoral encontra sua origem em movimentos estranhos aos princípios e normas bíblicas e em algumas Igrejas evangélicas decadentes que se acham carentes de vocações ministeriais. Nós nos norteamos pela Bíblia, nossa

única regra de fé e prática e não devemos nos impressionar com o que vem do mundo, ou com o que ocorre em outras denominações que se vão divorciando do ensino da Palavra de Deus (YAMABUCHI, 2009, p. 132).

Através das proposições acima elencadas pode-se observar a tendência a limitar a mulher à função de cuidar, como se fosse um destino único e irremediável. Associar a figura feminina apenas à visitação de doentes, auxílio aos necessitados, além dos seus “maiores ministérios” como mãe e esposa é contribuir para uma cultura patriarcal, estreitando o campo de atuação e impedindo o exercício de outras funções.

O pioneirismo de Edelzita ao buscar a sua legitimação certamente acendeu uma chama que não cessou e outras vocacionadas se viram desafiadas a lutar por justiça e igualdade de condições. Em 1980, foi eleita a primeira mulher a ocupar o cargo de vice-presidente na convenção. Tais mudanças ocorridas no âmbito religioso coincidiram com as mudanças sociais que ocorriam através dos movimentos de libertação da mulher.

O debate acerca da ordenação de mulheres se tornou uma preocupação na CBB, culminando na 75ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira, ocorrida na cidade de Aracaju - SE em 1994 (GETÃO, 2003, p. 131). Lá, um grupo de trabalho foi selecionado para realizar uma pesquisa bibliográfica e de campo sobre o tema para ser apresentada na próxima assembleia anual, formulando um parecer mais concreto. O ano de 1994 dedicado a pesquisar a causa, sendo elaborados dez mil questionários, os quais foram distribuídos em vários eventos e igrejas.

O resultado foi apresentado na 76ª Assembleia, ocorrida no Maranhão, e dentre os dados apresentados pode-se destacar que 58,3% das pessoas consultadas afirmaram que não concordavam com a ordenação de mulheres; 57,2% acreditavam ser um empecilho a existência de pastoras; e 46,6% não seriam membros de uma igreja com pastoras (GETÃO, 2003, p. 131). Diante dos dados obtidos, eles chegaram à conclusão de que as mulheres deveriam ser estimuladas a desenvolverem outros ministérios, porém não acharam oportuno definir algo acerca da ordenação de mulheres.

Nas assembleias subsequentes o assunto voltou a ser debatido, porém sem muitos avanços. Enquanto isso, algumas igrejas batistas, levando em consideração as suas necessidades, resolveram tomar decisões e iniciar o processo da ordenação de suas pastoras. Assim ocorreu com a paulista vocacionada Silvia Nogueira, primeira pastora ordenada pela convenção. Ela teve o seu concílio realizado no dia 26 de junho de 1999 e no dia 10 de julho a sua consagração e posse como pastora titular da Primeira Igreja Batista em Campo Limpo no exercício de sua autonomia, em São Paulo (PETERSEN, 2017).



Figura 5: Pastora Silvia Nogueira. Fonte: <http://pastorasilvianogueira.blogspot.com/>

A conquista da primeira mulher batista oficialmente ordenada gerou ainda mais debates e a esperança de que uma mudança definitiva se aproximava. Apesar disso, era comum tal anseio ser associado a modismo, a influência de padrões “mundanos” e até mesmo do movimento feminista, que é visto negativamente até hoje pela comunidade cristã em geral.

A onda de mudanças que se aproximava não apenas atingiu os fiéis em suas determinadas igrejas, mas o meio teológico e acadêmico também mergulhou na temática em busca de definir conceitos e base bíblica para tentar rever o lugar da mulher na igreja.

O impacto da ordenação de mulheres e da entrada das mulheres nos ambientes acadêmicos teológicos deram novo tom à discussão sobre o lugar da mulher nas igrejas. Tentava-se nessa discussão garantir o processo de ordenação das mulheres, especialmente nas igrejas que iniciaram a prática, ampliar a participação das leigas e formar uma comunidade de apoio. Esses processos buscaram legitimação, bases bíblicas, formulação de modelo pastoral próprio e reconhecimento institucional. Eles extrapolaram o âmbito confessional e ganharam fôlego em nível ecumênico. (OLIVEIRA, 1995, p.11)

No ano de 2001 mais uma mulher foi ordenada no meio batista, dessa vez em Pernambuco, a pastora Eridinaide Alves da Cunha, que posteriormente passou a atuar em Fernando de Noronha (GETÃO, 2003, p. 136). A convenção pernambucana não desligou a igreja que a ordenou e entendeu que a consagração de mulheres pastoras contribuía para a visão bíblica de igualdade e com a eliminação de injustiças.

A partir de então, em diversos estados brasileiros o desejo das mulheres vocacionadas foi crescendo e muitas pastoras foram consagradas ao ministério, apesar dos padrões patriarcais que reinavam na CBB. Atualmente de acordo com Zenilda Cintra, pastora e jornalista que reúne informações sobre a situação das mulheres da convenção, entre os

Batistas da CBB, em um universo de cerca de 13 mil pastores, existem em torno de 400 pastoras, ou seja, 3% em comparação aos pastores homens (CINTRA, 2021), um número mínimo que só demonstra que ainda há muito a ser feito.

### **2.3 Paraíba, um estado pioneiro na luta das vocacionadas**

Assim como a nível nacional, na Paraíba as vocacionadas estavam em busca de justiça e da possibilidade de exercer a sua vocação livremente. Assim, também era comum a ocorrência de debates e discussões sobre a temática, tendo o seminário batista paraibano como palco de vários embates teológicos.

O primeiro passo, ao descobrir a vocação para o pastoreio, é se matricular em um seminário e começar os estudos e a preparação para assumir o episcopado. Lá, os vocacionados irão aprender os princípios básicos da sua fé e as instruções a serem seguidas enquanto líder batista.

Os diversos seminários batistas espalhados pelo Brasil são conhecidos por serem os centros de produção do pensamento e doutrina da denominação. O Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil localizado em Recife, por exemplo, foi a primeira instituição de ensino teológico batista criada no país em 1 de Abril de 1902 (YAMABUCHI, 2009, p. 169). Ao longo da história, várias questões alimentavam o problema de gênero da instituição, como por exemplo, uma grade curricular hierarquizada a partir da cultura patriarcal, que privilegiava professores homens nas matérias consideradas mais importantes, colocando as discentes em disciplinas mais periféricas.

Na Paraíba, o Instituto Teológico Batista de Ensino (ITEBES), foi fundado há trinta anos com a missão de equipar os vocacionados com as ferramentas necessárias para o exercício do Ministério Pastoral, Missionário e do Ensino. De forma semelhante, o instituto também apresentava disfunções de gênero em sua essência, percebidas pelas mulheres que lá estudavam. A *Pastora C*, uma das suas alunas fundadoras, conta que quando começou a levantar a possibilidade de pastoras no seminário, muitos colegas se incomodaram e começaram a rebater suas colocações e dúvidas de todas as formas possíveis, fazendo-a se sentir oprimida.

Então eu passei a conversar com meus professores, meus colegas sobre essa então possibilidade de não ser missionária, mas ter o título de pastora. Isso

acarretou um burburinho, uma confusão. Os meninos subiam em cima das cadeiras para discursar, subiam em cima de um banquinho de cimento na área comum do seminário para discursar e foi uma chacota geral. Eu me senti tão oprimida ali, mas ao mesmo tempo em que eu me sentia oprimida eu me sentia motivada.

Um famoso livro religioso sobre feminilidade, ou seja, que trata dos deveres da mulher cristã, fala sobre uma situação em que uma aluna de um seminário percebeu e contestou as disfunções de gênero lá ocorridas, principalmente em relação ao currículo lá disponível. O conselho da autora para a seminarista foi o seguinte:

(...) uma mulher que escolhe entrar no seminário deveria saber de antemão que os alunos seriam majoritariamente homens e que o currículo naturalmente enfatizaria isso. Ela deveria preparar-se para estar em minoria e aceitar as limitações impostas por isso. (ELLIOT, 2021, p. 105)

Felizmente a *Pastora C* e suas colegas não seguiram conselhos como esse, tão difundidos no meio religioso. Ironicamente, o processo de transformação da CBPB iniciou em um seminário, no ITEBES, apesar de sua estrutura nada favorável. O centro do saber teológico batista paraibano começou a ser desafiado pelas ideias que surgiam através de mulheres que decidiram não “aceitar as limitações” e, nesse meio, estudos foram feitos dos dois lados para basear bíblicamente os argumentos. Como afirma a *Pastora C*, o desejo por mudanças estruturais entre os batistas:

Começou no seminário e as mulheres começaram a se levantar para o cargo em si e isso causou o desconforto e começou então a discussão. Então foi basicamente lá no seminário onde começou tudo, o seminário teológico batista daqui, do qual eu sou aluna fundadora. Então as igrejas despertaram também, porque é a igreja que pede a ordenação. Então a igreja começou a querer a sua pastora e isso pipocou no Brasil inteiro, então era necessário bater o martelo se podia ou se não podia.

A necessidade urgente de um posicionamento levou a CBB a decidir entregar a responsabilidade de tal decisão a cada convenção estadual, que se comprometeriam a estudar e discutir o assunto para se posicionar de acordo com cada realidade. No contexto paraibano, três encontros foram marcantes na tomada dessa decisão.

Na 76ª Assembleia Anual da Convenção Batista Paraibana, ocorrida em abril 2002, foi dada a incumbência de que na próxima reunião deveria ser apresentado um parecer acerca da ordenação de mulheres ao pastoreio. No período entre os dois encontros, ou seja, entre 2002 e 2003, foram realizados várias reuniões da seccional, bem como encontros das sub-seccionais,

para tratar do assunto, debater teologicamente e assim encontrar a melhor solução possível (ANEXO 01). No ano seguinte, na 77ª assembleia, foi sugerido novamente que o debate acerca do tema fosse adiado para o próximo ano, mas tal proposta não foi acatada e, após ratificar a autonomia e o autogoverno de cada igreja batista, foi dado o seguinte parecer:

A OPBB-PB aprovou a imposição de mãos em mulheres para o exercício do ministério pastoral batista. No entanto, sugere a esta Assembleia que recomende as igrejas, que com ela cooperam, estudos para esclarecimento do assunto, no âmbito da Igreja local, tendo em vista que o tema é por demais delicado e que para tanto se faz necessário uma reflexão mais aprofundada; (ANEXO 02)

Já em sua 78ª Assembleia Anual da Convenção Batista Paraibana, realizada em maio de 2003, foi discutido novamente o tema e, através de voto (22 pastores a favor, 20 contra e 2 abstinências) foi aprovada a ordenação de mulheres (LIMA, 2011, p. 59). Desse modo, a convenção paraibana foi a primeira a reconhecer oficialmente o pastorado feminino nas instâncias de poder dessa denominação. Apesar disso, o assunto não foi veiculado pelo O Jornal Batista, órgão responsável pelas divulgações em todo o Brasil e considerado porta voz da denominação.

O processo de votação nas assembleias era árduo para as vocacionadas e, nesse contexto a *Pastora C* revelou como elas se organizavam, mesmo que informalmente, para conseguir apoio.

As convenções estatuais usavam de um artifício na época de adiar as coisas, mas um ano é muito tempo, então nós ficávamos assim “nossa, mais um ano”. E adiava mais um ano e adiavam mais um ano até que nós, as mulheres vocacionadas, percebemos o seguinte: nós tínhamos que entrar no jogo político. Nós tínhamos que dizer “você vai votar favorável! Você é favorável? Então vai para a assembleia”, nem que fosse pegar pela mão e buscar com o carro para a pessoa ir para a assembleia e para dizer lá que votava favorável. Porque senão os contrários iriam e ia ser mais um ano. Então nós despertamos para esse jogo político, que não é um jogo desonesto, era simplesmente dizer “você é favorável? Então você vai comigo. Saia de cima do muro.

As mulheres perceberam que, ano após ano, o debate era adiado como uma forma de resistência à mudança. Além disso, a quantidade de pessoas contrárias à ordenação feminina era maior nas reuniões e, por ser maioria, acabavam prevalecendo na manutenção do status quo. Sendo assim, elas chegaram à conclusão que precisavam unir a maior quantidade de apoiadores possível para que a votação fosse favorável. Para enfrentar uma estrutura patriarcal

alicerçada em anos de doutrinas e práticas que impediam o protagonismo feminino, era necessária uma ação efetiva por parte das vocacionadas. Assim, a *Pastora C* explicou melhor como funcionava a sororidade construída entre elas.

Então nós não nos organizamos, nós não temos um partido ou uma ordem paralela de mulheres, nós nos conhecemos e nos confraternizamos e organizamos, dentro das nossas possibilidades, maneiras de estarmos presentes nessas assembleias. Isso foi feito desde lá de trás e continua sendo feito até hoje. As mulheres se organizam mais informalmente porque nós não queremos uma ordem feminina, ninguém tem interesse nisso, porque se nós cremos que pastor e pastora são a mesma coisa diante de Deus, para que fazer uma ordem feminina e uma ordem masculina? É colocar no imaginário da igreja que realmente há uma diferença, então nós não somos algo formal, nós somos um grupo de pessoas que tem o mesmo objetivo.

O objetivo, então, era mostrar que homens e mulheres eram iguais e poderiam exercer seus ministérios sem nenhuma diferença por conta do gênero. Assim, o processo de legitimação do ministério pastoral batista paraibano para mulheres foi árduo e repleto de divergências entre os líderes, como mostra os próprios números da votação.

A *Pastora C* contou que nesse processo de luta pela ordenação, a maior dificuldade das vocacionadas era simplesmente serem ouvida. O silenciamento envolvendo o tema era uma tentativa de impedir que o desejo de mudança emergente se tornasse realidade.

Nós queríamos ser ouvidas, não davam a palavra para a gente. Levávamos cartas para as assembleias para serem ouvidas dentro do que a gente chama de assuntos eventuais e não liam as cartas. Encaminhavam nossos pedidos para comissões e nunca davam o parecer. Tudo era muito adiado, muito engavetado. Procuravam entre nós escândalos e coisas que pudessem travar tudo. Queriam achar um erro nas pastoras, um erro doutrinário, um erro moral. Vasculharam a vida da gente ao extremo, sabe? Nós éramos observadas o tempo todo para ver se não tínhamos alguma coisa que não fosse batista. As portas foram fechadas e a gente teve que praticamente chutá-las para poder sermos pelo menos ouvidas.

O silêncio muitas vezes é imposto como uma forma de preconceito, um modo de atribuir insignificância a algo. Sobre isso, Saffioti (1987, p. 28) afirma que o poder discriminatório do preconceito tem como objetivo manter posições sociais de “mando” de indivíduos ou grupos que de alguma forma sentem-se ameaçados no “jogo de interesses” sociais. Ou seja, o impedimento para que as mulheres vocacionadas fossem ouvidas em sua busca por justiça residia no interesse social da manutenção de poderes na religião. Além disso, Gebara (2000, p. 116) afirma que o silêncio ou a ocultação das mulheres nas ações públicas reflete o

privilégio do ator masculino e sua centralidade histórica, além de uma escala de valores estabelecida a partir do que a cultura considera superior.

O silêncio conseguiu ser rompido e as estruturas revisadas a partir do momento em que as mulheres foram ouvidas e seu pedido levado em consideração. O próximo passo após a aprovação foi o início da ordenação das vocacionadas.

## **2.4 Enfim ordenadas, porém ainda resistindo**

Após passar pela revelação pessoal do chamado divino, obter a aprovação da igreja local e se preparar formalmente no seminário, finalmente chega o momento do exercício oficial da sua vocação. Antes da ordenação em si, o pastor pode solicitar um período de experiência prática na própria comunidade sede, no interior ou em algum ministério específico. Caso contrário o concílio pode ser solicitado para que possa ser consagrada ao ministério da palavra e ser vista como pastora oficialmente.

As decisões para convocar um concílio onde a candidata será examinada, partem do pastor titular da igreja, que apresentará a proposta à igreja em assembleia – reunião dos membros da igreja para votar, o que pode ser feito através do voto aberto para ver se a comunidade apóia ou não essa decisão. Apoiada a decisão de concílio, o pastor titular enviará carta à Ordem dos pastores que fará um pré-concílio, onde será feita uma avaliação prévia com a candidata e caso esta seja casada, com seu esposo também. Na admissão do candidato do gênero masculino ocorre o mesmo. (LIMA, 2011, p. 63)

No pré-concílio são verificadas questões de cunho pessoal do candidato, como o apoio do cônjuge, da família, e a área teológica que segue. Além disso, é perguntado sobre a vocação e o chamado do examinando, de modo a verificar se realmente aquele chamado veio de Deus. A *Pastora B* conta uma experiência que vivenciou nessa etapa. Apesar da aprovação ao pastoreio feminino já ter ocorrido, ela ainda foi questionada quanto a isso pelo seu avaliador, percebendo uma diferença no tratamento entre homens e mulheres.

Eu lembro de uma pergunta que me foi feita no pré-concílio. O pastor perguntou assim pra mim “Glorinha, hoje sou eu e sou totalmente favorável à ordenação pastoral feminino, se por acaso de repente chegar outro presidente da ordem que disser que não é bíblico, eu é contra e que não apoia. E aí, o que você vai responder?”. Ai eu disse “eu vou dizer pra ele que o chamado é meu e não dele”.

Após a aprovação no concílio prévio será finalmente marcado o Concílio Examinatório, um ato aberto ao público e geralmente desenvolvido na igreja do candidato. No mínimo sete pastores são requisitados para fazer parte da banca e avaliar os requisitos pessoais, como vocação e chamado, e depois o conhecimento bíblico e teológico do aspirante. Por fim são perguntadas questões referentes à eclesiologia, ou seja, conceitos de igreja e organização da instituição. O presidente da banca geralmente é o próprio pastor do conciliado.

Após as arguições, o candidato se retira da sala para que a banca decida se a avaliação foi positiva ou negativa. Dependendo da conclusão dos pastores examinadores, ao retornar à sala, haverá ou não a comunicação da posse da função de pastor, sendo possível haver ainda algumas recomendações para serem cursadas algumas disciplinas no seminário (LIMA, 2011, p. 64).

Após a aprovação no concílio é comum haver o Culto da Ordenação, uma celebração de comemoração e ação de graças pelo mais novo membro do corpo pastoral. A festividade ocorre, na maioria das vezes, na própria igreja onde se vai pastorear, com a celebração de todos e as boas vindas por parte da comunidade.

As duas primeiras pastoras batistas paraibanas ordenadas pela convenção obtiveram seu título no mesmo ano, em 2003. A *Pastora A* foi uma delas e, apesar do seu grande desejo de ser pastora, para ela seria importantíssimo que tal realização ocorresse na denominação em que ela se identificava, ou seja, a batista. Ao ser aprovado o pastoreio de mulheres ela sentiu como uma confirmação divina e conta qual foi a sensação vivenciada em seu concílio.

Foi uma sensação tremenda para a gente né. Eu quero dizer a você que em nenhum momento eu me senti diferenciada de uma ordenação pastoral masculina. Quando a gente foi... nós tivemos um culto... Tivemos primeiro o concílio e depois do concílio nós tivemos o culto de ordenação, e durante o processo do culto não foi algo de conquista de uma mulher, mas de um cumprimento de um estabelecer de Deus na vida de alguém, que por acaso era uma mulher.

Para ela, não havia diferença entre uma ordenação masculina ou feminina, pois enxergava apenas como uma pessoa, independente do sexo, cumprindo a vontade de Deus em sua vida e abraçando a sua vocação. Porém, para as mulheres da convenção paraibana, era um dia histórico de vitória.

A *Pastora D* conta que como foi a sua experiência no seu concílio, já anos após a aprovação. Ela relata que se preparou bastante e no momento respondeu prontamente todas as perguntas feitas. Ela já exercia a função pastoral na sua igreja e, inclusive, já era chamada de

pastora pelos membros, então aquele momento foi bastante esperado por ela e pela congregação. Apesar disso, ela diz que a mulher vocacionada deve ter muita convicção, pois as dúvidas e dificuldade aparecem em meio a um campo com o predomínio masculino.

Na verdade, quando a banca ficou pronta, quando chegou o dia, quando foi a minha vez de responder eu não respondi, eu despejei Bíblia, porque eu estava com uma ânsia de responder e de passar por aquele momento, porque aquilo ali é uma certificação que nós estamos preparadas de forma prática e teórica. A parte prática é em cima de oração, de amor ao próximo, de você perseverar naquilo que você entende que é o seu chamado. Não adianta você achar que tem um chamado se você não passa pelas etapas e existem etapas de dificuldade que da vontade de você desistir. Tem etapas da dúvida, será que realmente é isso. Houve vários momentos em que eu tive dúvidas e outros que as pessoas questionavam. Então quando chegou no concílio foi aquela certeza e convicção de que eu tinha chegado, que eu estava preparada, falei tudo o que tinha que falar. Para mim foi uma emoção, eu não tinha palavras para descrever o que eu senti. (...) Um chamado pastoral não é da noite para o dia, e de uma mulher em meio a uma nação chamada Brasil e em meio a uma região chamada Nordeste, ela tem que ter muita convicção em Deus e naquilo que Deus te chamou, para você ganhar tempo para a sua vida, porque a vida é preciosa. (...) Todas as vezes que eu queria fugir, pensando que daria muito problema, porque você entra em um campo que quem predomina são os homens, quem predomina são vozes masculinas, só que Deus fala pela voz feminina. Deus me escolheu e eu disse eis-me aqui e tem sido uma bênção do meu jeitinho.

A *Pastora C* recorda que o seu concílio foi bastante rígido quanto à cobrança teológica por parte da banca examinadora, deixando-a apreensiva. Os pastores amigos e apoiadores do pastoreio feminino estavam lá e, segundo ela, foi uma experiência única e de entrega total àquela vocação que ela tanto lutou para que se concretizasse.

Os amigos conquistados se fizeram presente no concílio e foi um quórum grande. Os contrários se fizeram presente também e foi um verdadeiro massacre teológico na época. Mas como mulher não é boba eu me preparei bem para enfrentar aquele momento. Eu era muito jovem, eu tinha 26 anos e para um pastor isso é jovem, quanto mais para uma mulher. Então eu estava apavorada, mas depois que eu passei no concílio ficou mais tranquilo e a festa de ordenação foi lá na igreja que eu já “pastoreava” e foi uma das experiências mais bonitas da minha vida. Minha vontade era me jogar no chão mesmo, literalmente. Porque quando nós somos ordenados ficamos de joelhos e recebemos uma imposição de mãos dos pastores, mas eu queria me deitar no chão, sabe? Oferecer a Deus o que eu tinha ali, que era eu. Eu não tinha nada, mas eu dediquei aquele momento ao Senhor como se eu estivesse dedicando tudo o que tinha e a minha vida ali. Foi marcante demais. Talvez as pessoas não entendam, mas é um marco porque você sabe que muita coisa mudou, tanto no mundo físico como no espiritual. É diferente, é inexplicável. É tão comum e corriqueiro, mas para quem está ali no momento não é, é mágico. Eu senti o peso da responsabilidade, porque você

não é mais a missionária ou a professora, você é a pastora. Vão olhar para você e requerer muito de você, tanto os favoráveis quanto os contrários. Porque os favoráveis vão dizer “eu ordenei você” e os contrários vão dizer “eu não disse que não ia da certo”. Então você vive como se tivesse uma espada sobre a cabeça que a qualquer momento pode cair, mas você sabe que quem segura não é você, é o Senhor, então a gente sai e toca em frente.

Da mesma forma que o chamado divino é marcante na vida de uma vocacionada, o momento da ordenação também é, sendo o encerramento de um ciclo de incertezas e lutas e o início de uma jornada de dedicação e serviço. Apesar da sensação de vitória, ela descreve o peso que sentiu ao finalmente conquistar o título de pastora, pois agora as mulheres seriam mais cobradas, tanto pelos opositores quanto pelos apoiadores. Os primeiros estariam esperando apenas uma oportunidade para deslegitimar aquela conquista, enquanto os segundos estariam esperando a concretização de competência dos votos confiados.

A partir daquele momento, apesar das dificuldades ainda existentes, elas teriam mais liberdade para o exercício dos seus chamados e para participarem ativamente da convenção em si, ocupando o lugar que lhe era de direito. Após o procedimento formal, o próximo passo era ganhar credibilidade e fazer valer toda a luta. A *Pastora C* conta como foi o início da sua caminhada enquanto mulher ordenada.

Eu fui degrau por degrau chutando esses obstáculos até ser legalmente ordenada. Passei por concílio examinatório, toda a documentação necessária, um quórum de pastores enorme que eu nunca vi igual. Depois dessa legalidade dentro da denominação eu não quis saber mais de nada, quem quiser que achasse ruim, onde tinha coisa batista eu estava. Se era assembleia, se era convenção, se era aniversário de igreja, se era aniversário de seminário onde tinha coisa eu ia. E as pessoas começam a conhecer você, vão vendo quem você é de fato e os obstáculos vão caindo, porque o preconceito cai, o estereotipo muda e você vai se encaixando onde eles percebem que você sempre deveria estar. Não que os obstáculos tenham acabado.

Após a tão sonhada conquista a pastora se dedicou totalmente às atividades da denominação, pois agora ela teria maior liberdade e influência na instituição, como direito atrelado ao próprio ministério exercido. Apesar disso ela relata que os obstáculos não cessaram.

Todas as polêmicas e opiniões controvertidas acerca da ordenação pastoral de mulheres podem ser colocadas à luz da definição de cargo tratada por Bourdieu (2012, p. 78). Segundo o autor, tal definição, sobretudo de autoridade, inclui todo tipo de capacitações e aptidões sexualmente conotadas, ou seja, se tantas posições dificilmente são ocupadas por

mulheres é porque elas são talhadas sob medida para homens cuja virilidade mesma se construiu como oposta às mulheres tais como elas são hoje. Ou seja, as aptidões e características esperadas para um cargo de liderança eclesiástica geralmente repousam na figura masculina e essa expectativa já se coloca como um obstáculo para as mulheres.

A *Pastora C* mostra o quando o imaginário masculino que envolve o cargo pastoral afetou o início do seu ministério, pois os membros da sua igreja esperavam a liderança de um homem.

O imaginário do pastor é um homem de terno gravata, com a sua esposa e os seus filhinhos... ai chega uma mulher... toca fogo em tudo o que se imaginou. E uma igreja antiga, com mais de 60 anos de existência sempre com pastores, com homens. Então você chega e é natural esperar o espanto, nos mais velhos causou com força. Nessa igreja que eu fui ordenada eu tive oposição de uma família a vida inteira, os 10 anos. Era como se eles não me engolissem e queriam que eu saísse dali, mas Deus ia confirmando o ministério e a igreja ia crescendo de uma forma sadia. Isso foi solidificando o nosso trabalho lá, mas essa oposição perdurou todos os 10 anos em que eu pastoreei lá.

Além da ligação instantânea com a figura masculina, o título de pastor já vem carregado de um simbolismo que o diferencia dos demais membros. Apesar das constantes pregações a respeito da igualdade de todos os cristãos perante Deus, há uma hierarquia relacionada à função exercida. Assim, além do cargo já vir automaticamente ligado a uma figura masculina, ainda há essa diferença quanto à unção pastoral. Dessa forma,

O título de pastor é um tipo de investidura simbólica resultante de um rito de instituição, que transforma a representação social do homem investido e o coloca do outro lado de uma linha que instaura uma divisão da ordem simbólica, separando-o dos demais homens e principalmente do mundo das mulheres. Ele passa a participar do sagrado como realidade distinta do mundo natural, profano e, assim, constrói “um espaço sagrado” que é “eficiente à medida que ele reproduz a obra dos deuses”. Embora separado para servir a sua comunidade, o pastor exerce na verdade, conforme observou Foucault, um tipo especial de poder, que não pode ser exercido sem o conhecimento e o controle das almas de seu rebanho. (YAMABUCHI, 2009, p. 296)

Assim, à medida que ao longo dos anos as mulheres foram consideradas como inferiores e inadequadas para o cargo de pastor, o simbolismo por trás da figura masculina foi se perpetuando ao longo dos anos. Dessa forma, mesmo com a aceitação do ministério pastoral feminino, o imaginário que predominava dificultou uma real transformação, causando dificuldades e impasses até hoje.

### **3. HUMILDADE E HUMILHAÇÃO: A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA E A DOMINAÇÃO RELIGIOSA**

No decorrer das entrevistas realizadas com as pastoras, a constante utilização da palavra “humildade” chamou a atenção por conta do contexto onde ela estava inserida. O relato da *Pastora D* foi muito marcante para a construção do presente capítulo, pois, ao falar acerca dos conflitos existentes entre homens e mulheres no exercício do ministério pastoral, ela conta que aprendeu a lidar com atos discriminatórios praticando a humildade.

Eu aprendi a lidar com a palavra humildade, que passou a fazer parte da minha vida depois do pastorado. Ser humilde é, mesmo quando você é esquecido, quando você não é honrado, quando você não é lembrado e ainda assim você agir com humildade, continuar a dar honra ao outro e deixar que Deus te honre. Ser humilde é você ser contente com aquilo que você é e tem e não se magoar quando, muitas vezes, era para você ter a honra, não recebe. Então com humildade eu espero o meu tempo. Então ser humilde é muito mais do que ter o contentamento, mas também aprender a dar honra. A Bíblia ensina isso para a gente e eu vim aprender isso na prática no dia a dia, nos momentos grandes e pequenos. Deixe que o outro se alegre, que o outro seja honrado, aquiete-se.

Segundo o trecho acima mencionado, quando ela assumiu o pastorado precisou se adaptar e encontrar a melhor forma de reagir às constantes agressões e ao desrespeito de sofria. A adequação a tudo isso, através de uma atitude submissa e de silêncio, logo se estabeleceu sob o pretexto da dita humildade.

Ivone Gebara (2017), em sua obra chamada “Mulheres, religião e poder: ensaios feministas”, dedica um tópico inteiro para tratar acerca da confusão semântica existente nas igrejas entre as palavras humildade e humilhação. A autora fala que tal questão se reflete especialmente ao olhar para a realidade das mulheres no ambiente religioso, tendo essa falta de clareza ocasionado uma série de desvios comportamentais, chegando ao ponto de identificar uma pessoa humilhada por viver em condições sociais injustas como sendo uma pessoa humilde.

São diversos os versículos bíblicos que tratam acerca da humildade enquanto uma virtude digna de ser buscada e cultivada. Em Provérbios, capítulo 15 e versículo 33, o rei Salomão ensina que “O temor do Senhor ensina a sabedoria, e a humildade antecede a honra”. No livro de Filipenses, capítulo 2 e versículo 3, o apóstolo Paulo dá a seguinte instrução: “Nada façam por ambição egoísta ou por vaidade, mas humildemente considerem os outros superiores a

vocês mesmos” (BÍBLIA, 2018). Os exemplos expostos mostram o quanto tal característica é buscada pelos cristãos, mas para evitar qualquer compreensão equivocada, é essencial buscar o seu real significado.

Uma pessoa que se dedicou ao estudo da temática foi Santo Agostinho, homem que influenciou, e até hoje influencia, a construção da doutrina cristã. Para ele, a humildade é o oposto da soberba e funciona como um remédio para esta. Foi por causa do primeiro pecado do homem ter sido provocado pela soberba, se referindo aos relatos do livro de Gênesis, que a encarnação de Cristo ocorreu, tendo como principal marca a humildade (VARGAS, 2011, p. 51). Assim, seguindo esse raciocínio,

É todo o mistério da encarnação de Cristo, concebido desde o ser concebido do seio de uma mulher e adquirir um corpo humano, através do qual sofreria morte injusta e compraria novamente a justiça para o homem pecador, que constitui o remédio eficaz contra o pecado da soberba. (VARGAS, 2011, p. 52)

Dessa forma, segundo a explicação de Santo Agostinho, a humildade é a solução para a falsa sensação de liberdade e domínio que a soberba provoca. É algo que nos liberta de comportamentos nocivos, mas não nos aprisiona.

Através dessa breve observação do real sentido da palavra pode-se entender melhor o argumento utilizado por Ivone Gebara, que afirma que a confusão semântica entre humildade e humilhação foi útil, em grande parte, aos mantenedores das relações sociais hierárquicas de dominação. Segundo ela, ao não poderem se identificar à pessoa de Jesus, as mulheres se identificavam ao seu sofrimento, esperando por meio dele fazer a vontade de Deus. Assim, tal interpretação da realidade,

De forma especial atingiu a vida das mulheres às quais se aconselhava a humildade, significando muitas vezes a manutenção da humilhação servil ou o silêncio em relação às injustiças das quais eram vítimas. Da mesma forma, aconselhava-se às mulheres silêncio nos espaços públicos, o olhar baixo, o recato no vestir e a cabeça coberta como expressões de humildade e reconhecimento da inferior condição feminina. (...) Não havia escolha, mas apenas a submissão a uma ordem existente no mundo. Era vontade de Deus ou estava escrito na natureza das coisas e das relações humanas que as mulheres deveriam permanecer no lugar em que Deus as colocara. Esse lugar era a casa, o lar, as coisas relativas à vida privada, ao cuidado da casa e da família, ou seja, o lugar que garantia a manutenção das leis sociais em vigor. (GEBARA, 2017, p. 48-49)

Nesse contexto, as mulheres humilhadas, tratadas como objetos, acreditavam (ou ainda acreditam) estar cumprindo os mandamentos divinos. Diante disso, não havia escolha para elas, apenas a submissão a uma ordem existente no mundo, afinal de contas, era vontade de Deus ou estava escrito na natureza das relações humanas que as mulheres deveriam permanecer nesse lugar (GEBARA, 2017, p. 49).

Através da ideia de uma ordem imutável e inquestionável, percebe-se a teoria de Bourdieu explicitada quando ele afirma que a Igreja é um dos propagadores da violência simbólica. Esta, por sua vez, é uma forma sorrateira de controle, tendo em vista que não se manifesta através de agressões físicas ou muito explícitas, mas sim através de uma contínua construção de crenças que influenciam na posição do indivíduo em sociedade e legitimam o discurso dominante pelos próprios dominados. Dentro desse contexto, pode-se dizer que

O discurso religioso é um dos instrumentos mais significativos de dominação nas relações de gênero, pois, mediante a sacralização das relações sociais de sexo, a violência é produzida, mantida e legitimada, alcança status de validade suprema, sendo considerada fenômeno sagrado. As construções sociais humanas assumem o caráter sacro, o sagrado institui papéis sociais, normas e leis às vidas das fiéis e dos fiéis, por meio da força simbólica. (LEMOS, 2002, p.112)

Ao ditar o que significa ser mulher de uma maneira estereotipada, essas doutrinas foram exercendo uma força simbólica sob as mulheres. Essa força é uma forma de poder que exerce sobre os corpos diretamente e sem qualquer coação física, como que por magia (BOURDIEU, 2012, p. 50). Ocorre que essa magia, segundo Bourdieu (2012, p.50), só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos, funcionando muitas vezes através das próprias normas religiosas propagadas.

É nesse contexto que entra a discussão acerca da violência simbólica nos espaços religiosos e, mais especificamente, no processo de ordenação pastoral pela CBPB. Tal tipo de violência se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (BOURDIEU, 2012, p. 47), pois de algum modo a primazia do masculino e sua dominação passam a serem vistas como algo natural e, no caso em questão, desígnio de Deus. Sendo assim,

Isso significava igualmente a manutenção dos lugares masculinos e femininos, como se esses reproduzissem uma ordem divina ou um desígnio superior imutável. Tentar alguma mudança era considerado uma transgressão à ordem natural das coisas, uma espécie de pecado contra a natureza e contra a vontade de Deus. (GEBARA, 2017, p. 49)

Assim, é apenas neste contexto de violência simbólica que se pode falar em contribuição de mulheres para a produção da violência de gênero, sendo um fenômeno situado aquém da consciência, pois como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum (SAFFIOTI, 2016, p. 119). Nesse contexto, o capítulo irá tratar como tal fenômeno esteve presente no processo de aprovação do pastoreio feminino.

### **3.1. A violência simbólica no imaginário das vocacionadas**

A partir do momento da conversão à determinada religião, ou até mesmo se a pessoa nasceu e cresceu em um ambiente religioso, todo um imaginário social vai sendo formado a partir das doutrinas e princípios que são transmitidos aos fiéis. Essa construção afeta as representações da realidade e, conseqüentemente, o modo como cada um se localiza socialmente e em sua relação com o sagrado.

Com base nessa lógica, inúmeras mulheres cristãs evangélicas possuem uma imagem distorcida do que é ser mulher e de qual é o seu papel na sociedade. Os discursos que promovem hierarquias desproporcionais e que incentivam relações sociais desiguais e de dominação são vistos como sagrados, como parte da “vontade de Deus” e, dessa forma, como algo natural, imutável e inquestionável.

Até mesmo as próprias vocacionadas ao pastoreio, apesar da força do chamado divino em suas vidas, muitas vezes se viram confusas quanto às funções que lhes eram permitidas e se, enquanto mulheres, poderiam exercer cargos de liderança.

A *Pastora A* conta que, após a sua experiência de conversão, passou a observar com clareza a forte presença masculina na igreja que fazia parte. A ausência de representatividade feminina nos cultos a fez duvidar se mulheres realmente poderiam ser pastoras.

Eu acho que as mulheres hoje tem um conhecimento que, em uma geração de 20 ou 30 anos atrás não tinha nunca. Então a gente entendia as coisas e acatava as coisas porque não tinha como discutir, não tinha como dizer “não, é ao contrário”, né. Então, quando eu entrei no universo religioso, algumas coisas eu observei. Observei primeiro que eram geralmente as mesmas pessoas fazendo as mesmas coisas, então sempre via muito os homens fazendo. Os homens sempre estavam à frente, sempre estavam exercendo e no púlpito só tinha homens, não cabia uma mulher, não tinha espaço para uma mulher a não ser que fosse uma pianista, na área da música. Mas ali terminava, acabou. Então quando eu recebi o chamado, eu entendi que Deus

estava me chamando, eu relutei contra isso, porque eu achei que não era, que era loucura da minha cabeça. Não podia. Como é que eu, uma mulher, podia ser tal coisa?

É interessante observar que, ao alegar a falta de entendimento das mulheres à época, a *Pastora A* conta que todas acatavam as coisas sem discutir ou contestar, ou seja, tal proceder era considerado como algo proveniente do divino e, portanto, era algo incontestável.

Através do relato da pastora, pode-se observar que existia uma consciência da dominação masculina no ambiente religioso, quando ela verificou a presença unicamente de homens, e uma vontade de ocupar aquele lugar de liderança, até então, proibido para mulheres. Apesar disso, Bourdieu afirma que é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida com consciência e vontade, pois os seus efeitos e condições de eficácia estão inscritas no mais íntimo dos corpos (BOURDIEU, 2012, p. 51). Segundo o autor,

Não se pode, portanto, pensar esta forma particular de dominação senão ultrapassando a alternativa da pressão (pelas forças) e do consentimento (às razões), da coerção mecânica e da submissão voluntária, livre e deliberada, ou até mesmo calculada. O efeito da dominação simbólica (seja de etnia, de gênero, de cultura, de língua, etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos do *habitus* e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. (BOURDIEU, 2012, p. 50)

Por esse motivo a violência simbólica é considerada um fenômeno discreto, que passa despercebido pelos dominados, tendo em vista a sutileza da sua ocorrência e a dificuldade de quebrar o ciclo de dominação. Sobre isso, Bourdieu afirma que as meninas são ensinadas desde cedo pelos pais, professores e colegas a experimentar o mundo através de uma ordem social “sexualmente” ordenada, levando-as a incorporar os princípios da visão dominante (BOURDIEU, 2012, p. 114). Pode-se concluir que o mesmo acontece com as meninas e mulheres que iniciam sua vida religiosa em algumas igrejas, pois elas aprendem essa ordem e são levadas a acharem normal, ou mesmo natural, a estrutura hierárquica estabelecida, chegando ao ponto de recusar até mesmo posições ou carreiras de que estão sistematicamente excluídas e encaminhando-se para as que lhes são destinadas ou permitidas.

A *Pastora D* vivenciou uma situação semelhante no despertar para o seu chamado. Ao ser questionada acerca das dificuldades que enfrentou no momento em que se descobriu

vocacionada, ela apontou a falta de referências de pastoras na sua realidade, além das constantes indagações e contestações que eram feitas, deixando margem para dúvidas.

As dificuldades que eu vislumbrava, que eu acho que eu passei, são as dúvidas. Por ser mulher, você não vê referenciais em quantidade. Hoje é diferente, mas assim, há duas décadas, uma década atrás, não se via muitos referenciais e os poucos que eu vi não me apontava um caminho de paz. Houve quem dizia “mas uma mulher”, “você tem certeza?”, “será que não é outra área?”. Então sempre vêm indagações, mas eu sou uma pessoa muito focada e eu sempre foco em ouvir quem esta hierarquicamente acima de mim ou ao meu lado. Então sempre ouvi minha família que está ao meu lado, meus pais, meu marido e o meu pastor. Então essas vozes me traziam paz.

Apenas pelo fato de ser uma mulher o chamado ao pastoreio era posto à prova de diversas maneiras, influenciando até a possibilidade de seguimento por outra área. Os questionamentos eram frequentes, mas pode-se ver o quanto foi importante o apoio de pessoas importantes para ela e que, na sua perspectiva, exerciam influência em sua vida. Quando uma mulher se levanta para almejar uma posição que, anteriormente, era ocupada, em sua maioria, por homens, tal atitude é repreendida e vista como uma transgressão.

Já a *Pastora B*, mesmo após a sua ordenação pastoral e exercício no ministério, chegou a questionar se realmente estava fazendo o certo ao ser pastora. Segundo ela, nunca houve dúvidas quanto ao seu chamado divino, mas as afrontas eram tantas que ela foi para um “a sós” com Deus, ou seja, recorreu ao auxílio de Deus para mostra-la se estava ocupando um cargo que não lhe era permitido.

Olha, em um momento, de tanto eu ouvir coisas eu orei a Deus. Foi bem interessante. Eu tinha uma ovelha<sup>11</sup>, ele congregava com a gente e ele fez todo o preparo e queria se batizar. Daí ele chegou pra mim e disse assim “Irmã, eu gosto demais das suas pregações, eu gosto demais aqui do meio batista, eu gosto de ser batista, mas assim, eu não queria pecar contra Deus, então a senhora poderia chamar um pastor para me batizar?”. Eu disse “O irmão esta no lugar errado, porque o irmão está em uma igreja onde uma mulher é pastora, então se o irmão não aceita ser batizado por uma pastora, jamais vai ser submisso as minhas orientações. Então eu indico que o irmão procure uma igreja que o irmão se identifique e que seja um pastor”. Isso foi muito forte para mim. Primeiro já havia sido questionado se o batismo que eu fiz era válido, e eu respondi “olha, eu não batizei no meu nome, eu batizei

---

<sup>11</sup> Ovelha é um termo designado para descrever os membros de uma igreja que são liderados pelo pastor presidente. Na Bíblia, o próprio Jesus, ao relatar sua relação com os seus seguidores, se autodescreve como pastor das ovelhas, como esta lá no evangelho de João 10: 14-15, que diz: "Eu sou o bom pastor; conheço as minhas ovelhas, e elas me conhecem, assim como o Pai me conhece e eu conheço o Pai; e dou a minha vida pelas ovelhas". O pastor das igrejas, como representando de Jesus no cuidado das pessoas, é comparado ao pastor, e os membros, à suas ovelhas.

em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” e o outro momento foi esse. E eu confesso que eu fui para um a sós com Deus, não que eu duvidasse do meu chamado, mas eu disse “Deus, fala comigo, se eu estou indo contra a tua palavra e não percebi isso fala comigo de uma maneira muito clara que eu não tenha dúvida nenhuma”.

A situação vivenciada pela pastora com o membro da sua igreja reflete um problema estrutural de gênero presente em muitos grupos religiosos. O fiel acreditava que estaria pecando contra Deus se o seu batismo fosse realizado por uma mulher, tendo, assim, pedido para que ela chamasse um pastor, como se a ordenança praticada por uma mulher não fosse válida. O fato comprova como esses pensamentos, introjetados estruturalmente através de uma cultura patriarcal, refletem diretamente no cotidiano das pastoras, deslegitimando suas ações e suas atuações. De forma semelhante com o que aconteceu com a entrevistada, pouco se vê, no meio batista, pastoras celebrando casamentos, cultos festivos e assembleias. Tendo em vista a importância de tais ritos, é priorizada a realização por uma figura masculina, mesmo que as mulheres sejam tão capazes quanto.

Apesar da forte convicção da vocação ao pastoreio, vemos o quanto à violência simbólica, em um contexto de dominação religiosa, possui um poder penetrante na mente dos dominados, tendo em vista que a perspectiva da realidade é questionada e as próprias decisões e crenças pessoais também.

Nesse contexto, é comum as vocacionadas ouvirem questionamentos acerca da legitimidade do título de pastora, com o intuito de retirar a autoridade concedida às mulheres. A *Pastora B* continua o seu relato descrevendo perguntas frequentes que ouvia, afirmando que essa abordagem é comum perante as pastoras.

“A Bíblia não tem respaldo, não tem respaldo bíblico pra isso”. Na verdade eu acredito que esse é o que mais se ouve. Às vezes acontecia coisas no ministério que eu ficava “Senhor, será que é porque eu sou mulher?”. E aí quando eu comecei a conversar com outros pastores, com o meu pastor e ele dizia assim “ah amada, não se preocupa não, é assim mesmo”. E pasmem, as pessoas lá de fora, que não congregam em lugar nenhum, as pessoas ímpias, diziam assim “você é da igreja daquela mulher que é pastora? E tem pastora na Bíblia?”. Então as pessoas de fora incitavam as ovelhas. Então houve isso e a frase que eu mais ouvia é “tem respaldo Bíblico?”. Até que um dia eu disse “o vento sopra onde o Senhor quer, ele usa quem ele quer, da forma que ele quer” e acabou, entendeu?

A pastora, ao se deparar com situações desconfortáveis em sua atuação, logo associou ao fato dela ser uma mulher no ministério, pois não percebia o mesmo padrão com os seus colegas homens. Ao expor a realidade e pedir conselho ao seu pastor, incomodada com o que

estava vivenciando, o mesmo falou que “é assim mesmo”, normalizando uma série de atitudes misóginas e violentas que ocorriam diariamente com a sua colega, como se fosse algo que ela tivesse que enfrentar estando naquela posição.

A *Pastora C* confirma, através da sua experiência, como é comum a ocorrência de desrespeito e agressividade voltada para as mulheres vocacionadas. A diferença é que o seu relato apresenta declarações ainda mais chocantes.

Eu ouvia muito as pessoas dizerem “mulher fique calada na igreja, é bíblico” ou então “como é que ela pode ser pastora se ela tem um marido? Como é que vai ser em casa? Ela vai mandar em casa como manda na igreja? Não sabe que o homem é o cabeça da família?”. Eu ouvi tantos absurdos como “e vai pregar como menstruada? Vai pregar como com TPM? Quando tiver grávida como é que vai ser? A gente não pode nem ser contra nem a favor, nem de um grito que ela vai começar a chorar”, sabe? A mulher como a parte mais frágil, eles pensavam que a gente não tinha capacidade nem equilíbrio emocional para ser pastora. Então eu ouvi absurdos. Os absurdos de hoje são diferentes, são mais grosseiros. Hoje eles nos chamam de bruxas, de pessoas que querem acabar com a denominação, de interesseiras porque nós queremos o cargo por causa de prestígio ou dinheiro. Na minha época de ordenação não tinha isso, a preocupação maior era com o fato de ser mulher e conciliar isso com a autoridade dentro da igreja, porque o mundo inteiro pensava naquela época que autoridade dentro da igreja era masculina e que por eu enveredar por esse caminho ia acabar com a minha vida em casa.

De acordo com o exposto na entrevista, a utilização de versículos bíblicos isolados e de doutrinas específicas em algumas denominações é comum quando se tenta desconsiderar o título de pastora. Fatores biológicos, como a menstruação e a gravidez, também foram citados de forma discriminatória para duvidar da capacidade de uma mulher atuar como líder religiosa, desqualificando características femininas. Ainda mais chocante é perceber argumentos que apontam para uma ideia de fragilidade e falta de equilíbrio emocional atrelado ao feminino como um impedimento ao exercício da função.

Felizmente, as mulheres entrevistadas, apesar das dúvidas e questionamentos que ainda surgiam em suas mentes, enfrentaram os obstáculos e conseguiram conquistar o tão sonhado título de pastoras batistas. Apesar disso, sabe-se que nem todas as mulheres tiveram a mesma oportunidade, tendo os seus chamados apagados e seus talentos escondidos diante do que lhes é imposto no contexto religioso.

### **3.2. A violência simbólica no cotidiano das pastoras**

A violência simbólica não atua na ordem das intenções conscientes (BOURDIEU, 2012, p. 74), ou seja, sem perceber os homens mais bem intencionados podem realizar atos discriminatórios e excluir as mulheres de posições de autoridade. Isso se torna uma prática bastante comum no ambiente religioso, onde líderes e membros atuam dessa forma sem sequer ter conhecimento da gravidade dos seus atos na dinâmica social.

A *Pastora A* conta a sua experiência na prática do pastoreio através de algumas situações vivenciadas em que, mesmo que discretamente, percebeu atos discriminatórios vindos dos homens detentores do poder na igreja.

O pastor sempre deixou muito claro que a nossa função pastoral é igual à de um homem na igreja. Porém, existem algumas barreiras que eu acho que são promovidas, não pela capacidade que nós venhamos ter, quanto teológica ou intelectual. Mas digamos, em um culto na formatura de um curso de direito; um culto de ação de graças de direito, onde a grande maioria é homem, a gente vê nitidamente que se prefere colocar um homem para estar lá realizando o culto de ação de graças, ministrando nesse culto. Então pra mim isso é uma coisa muito clara, e isso eu vejo que isso está dentro disso aí: será que aqueles homens vão querer ouvir uma mulher falando, principalmente em uma igreja? Porque esse homens vão se estar diante de uma juíza, eles vão advogar, se eles forem advogar, eles vão se deparar com uma juíza. Mas na igreja a cultura religiosa da igreja, ela mesma criou uma barreira que o mundo não cria.

Apesar de afirmar claramente que homens e mulheres são iguais no exercício dessa função específica na igreja, nota-se que há certa diferença no tratamento e na distribuição de funções no corpo pastoral. Em cultos festivos as mulheres geralmente não são convidadas para pregar e estarem na liderança. Mais tarde, a mesma pastora relatou que em uma reunião onde todos os pastores estavam reunidos, as pastoras foram convocadas pelo pastor presidente a servir o lanche aos seus colegas homens de ministério, mostrando na prática que a atribuição às mulheres dos afazeres domésticos ainda está intrínseco e o quanto uma igualdade, de fato, ainda é uma realidade distante diante da noção enraizada da subserviência feminina.

Esses atos discriminatórios podem acontecer das mais variadas formas, revelando o que Bourdieu (2012, p. 75) afirma ao comparar a masculinidade como uma espécie de nobreza. De acordo com a lógica do autor, as mesmas tarefas podem ser nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis quando são realizadas por mulheres (BOURDIEU, 2012, p. 75). Semelhantemente, o homem não pode realizar tarefas que são consideradas inferiores ou de menor valor, que mancham, de certa forma, a sua nobre constituição masculina.

A *Pastora D*, em sua vivência, relata outros tipos de discriminação sofrida em algumas ocasiões. Ao ser questionada se já sentiu agressividade ou violência por parte de pessoas contrárias à ordenação pastoral de mulheres, ela afirma que existe certa constância em relação a isso; nem sempre palavras violentas são percebidas, mas outros tipos de comportamentos que causam constrangimento. A situação mais comum, segundo a entrevistada, é a negação ao reconhecimento do título de pastora.

Eu já ouvi muito abafar o nome pastora; não chamar para não evidenciar o ministério, principalmente locais que não se aceita ainda o pastorado feminino. Não são poucos, são muitos, então quando você sai do seu contexto local e viaja ou convive por vídeo conferência, que é o meu caso, você percebe sim. Não só palavras violentas, mas existem muitos tipos de violência, não existe só a física, pode ser verbal, emocional, psicológica. Então quando negam a sua função ou patente, não deixa de ser uma forma de você violar algo que é instituído, algo que você tem. É a mesma coisa que chegar uma embaixadora, por ser uma mulher, a gente não chamar de embaixadora e usar todo o termo. Mas ela tem, por honra, que ser chamada por embaixadora. Quem assim não faz viola um direito que é dela e que foi instituído legalmente na terra. Só que antes de ser legalmente na terra, primeiro foi no céu. Então já senti sim. Já fui chamada de palestrante, de tantos nomes, mas eu senti que era para não usar o nome de pastora. Isso é uma forma de violar, entendeu? Existem violências que machucam muito mais do que a física.

A Convenção Batista institui princípios básicos e regras de doutrina que todas as igrejas filiadas pelo Brasil devem seguir, porém, para os diversos temas, cada estado possui autonomia em relação às suas decisões. Nesse contexto, algumas convenções estaduais ainda não aprovaram a ordenação pastoral de mulheres e, conseqüentemente, não reconhecem o título. Assim, muitas pastoras sofrem ao viajar para outros estados e perceberem uma resistência por parte de pastores. A *Pastora D* diz que se sente violentada cada vez que visita outra igreja e não é chamada de pastora, não é reconhecida pelo título que lhe foi conferido. De fato, existem violências que machucam mais do que a violência física e, certamente, as mulheres têm sofrido em silêncio durante anos. Rachel Soihet (1997) explica essa realidade com precisão ao afirmar que

a violência não se resume a atos de agressão física, decorrendo igualmente, de uma normatização na cultura, da discriminação e submissão feminina. Aliás, o avanço do processo de civilização, entre os séculos XVI e XVIII, corresponderia a um recuo da violência bruta, substituindo-se os enfrentamentos corporais por lutas simbólicas. Nesse período, a construção da identidade feminina se pautaria na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; fato correspondente a uma

violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. (SOIHET, 1997, p. 4)

A *Pastora B*, ao ser questionada acerca da igualdade no tratamento entre homens e mulheres no exercício do ministério, conta experiências similares à sua colega anteriormente citada. Ela reconhece a sutileza dos atos discriminatórios e também percebe que alguns líderes religiosos relutam em chama-la de pastora.

Assim, eu percebo de uma maneira sutil porque há um respeito né, mas eu percebo assim, por exemplo, eu estou em um congresso, eu estou em uma convenção, tem uns pastores que falam comigo assim “olá, tudo bom?”, mas que nunca se dirige a mim como pastora, mas tranquilo eu respeito assim mesmo. Eu lembro que o pastor falou assim “no ministério pastoral, você acha que deve ser tratada diferente por você ser mulher ou da mesma forma que os homens?”. Ai eu disse “No braço eu sou mais fraca, em questão de estrutura, de força física, mas no lado espiritual não, tenho joelhos, eu creio na palavra”, entendeu?

A sutileza citada na entrevista faz parte do perfil da violência simbólica, que é tão discreta que consegue ocorrer e passar despercebida. Porém, nem sempre as ações seguem esse padrão de discrição e acaba provocando situações desconfortáveis com abordagens diretas. A *Pastora B*, prosseguindo com a sua fala, nos conta acerca de uma ocasião que, em suas palavras, foi “a maior afronta” já vivida e que a feriu profundamente. Em um evento religioso da sua cidade, com líderes de várias igrejas, um determinado pastor desconsiderou a sua presença e não lhe dirigiu a palavra.

Agora a maior afronta, que eu fiquei chocada e que me feriu mesmo, foi esse momento em que ele passou, cumprimentou todas as pessoas e nem boa noite ele me deu, para mim foi uma agressão. Mas a gente supera, levanta a cabeça e só desce para orar. Se a pastora não tiver convicção do seu chamado ela desiste. Se ela for dar importância aos olhares, ao que as pessoas pensam... é mais chocante quando é do meio mas cada um tem a sua opinião. Então ou ela é convicta, ela aprende a amar, tratar bem independente de como ela seja tratada, ou ela vai se frustrar. É complicado isso ai.

Devido ao grande número de igrejas diferentes que se reúnem em congressos batistas, tais eventos são bastante citados como um ambiente onde é percebida discriminação com as mulheres e uma visível diferença de tratamento. A *Pastora C* apresenta outra perspectiva acerca do que costuma ocorrer nos congressos que envolvem a denominação batista, desta vez apontando para a ausência da participação feminina nas palestras e pregações.

Presta atenção nos congressos da internet, nos congressos da nossa denominação, quantas mulheres você vê participando do quadro de preletores? É muito reduzido. Você é chamada para o culto rosa, mas para o aniversário da igreja não. Você é chamada para uma palestra sobre suicídio, mas para uma sucessão pastoral você não é. Você às vezes tem a mesma qualificação ou até melhor do que muitos homens, mas o seu nome nem entra na lista de uma sucessão pastoral só pelo fato de você ser mulher.

A observação da pastora quanto à ausência de representatividade feminina em eventos e congressos é bastante pertinente, tendo em vista a constância em que isso ocorre. Um exemplo recente foi a comemoração do Dia do Pastor Batista, promovida pela Convenção Batista Paraibana e pela Ordem dos Pastores Batistas da Paraíba, que ocorreu através de uma *live* transmitida pelo aplicativo Zoom no dia 13 de junho de 2020 (ANEXO 03). Apesar da presença de mulheres no quadro de pastores batistas, apenas homens foram chamados para participar ativamente do evento.

### **3.3. Sussurros de esperança em meio ao silenciamento**

Diante dos depoimentos e de tanta violência sofrida, parece impossível esperar que as pastoras incentivem outras mulheres a ocuparem esse lugar. Mas, mesmo em meio a tantas barreiras e preconceitos enfrentados diariamente, a força da vocação das pastoras é admirável. Apesar da dolorosa realidade vivenciada, elas são otimistas na esperança de um futuro melhor. Além disso, reproduzem palavras de apoio e incentivo a outras vocacionadas que se sentem chamadas para assumir esse cargo de tanta importância, mas que irão se deparar com as mesmas dificuldades.

Para todas as pastoras entrevistadas a seguinte pergunta foi feita: “O que você diria para uma mulher que se sente vocacionada ao ministério pastoral, mas está encontrando dificuldades e preconceito por parte dos demais cristãos?”. As respostas foram surpreendentes e representam sussurros de esperança em meio a um silêncio ensurdecedor.

A *Pastora C* afirmou que estar nessa posição é um grande privilégio e que a coisa mais importante para as vocacionadas é a certeza do chamado divino. Essa experiência com o sagrado, segundo ela, é determinante para fortalecer e dar ânimo diante de um contexto machista.

Eu diria para ela o seguinte: põe o joelho no chão, tenha certeza de que Deus te chamou para isso, porque a multiforme graça de Deus nos chamou para

várias coisas, mas se foi para isso não arrede o pé, porque se ele confiou em você para isso, se ele escolheu você para isso, você é privilegiada, apesar do que você irá enfrentar. Não existe nada tão bom que não seja tão fácil né? Você deve ser forte e não perder a sua docilidade. Deve ser forte, mas não querer ser um homem, porque você não é um homem. Você será autoridade na igreja, mas não em casa. Deus queira que a vocacionada tenha filhos e saiba cuidar deles. Se ela tiver também uma profissão, que seja a melhor no que faz. E saiba que apesar de tudo isso Deus há de recompensar no final por todas as perdas e todas as dores que ela venha a passar, porque quem almeja o episcopado, excelente obra almeja.

Ela aconselha as iniciantes à serem fortes, porém sem perder a doçura e sem querer ser um homem. Ao vislumbrar a realidade onde os homens estão em posições de dominação e privilégios, é natural a mulher desenvolver a tendência a invejar a liberdade inerente à nobreza masculina e até mesmo objetivar ocupar aquele lugar de poder. Mas, ao mesmo tempo, é importante reconhecer que a inversão dos polos, ou seja, oprimido buscando a posição do opressor, não constitui uma dinâmica saudável. Um verdadeiro empoderamento não funciona seguindo a essa lógica, mas sim, a busca pela igualdade de condições.

A *Pastora B*, assim como a sua colega, também aponta para a importância da convicção diante da fé em Deus. Ela incentiva as vocacionadas a não olharem para os lados, ou seja, não levar em consideração as opiniões das pessoas nem os posicionamentos contrários, mas sim, a focar na missão divina a que foram comissionadas.

Então, se alguma mulher se sente chamada, se sente vocacionada, se ela sente paixão pelo ministério, se ela quer contribuir com o Reino do Senhor pastoreando, liderando... minha filha, somente ore, não olhe para quem está a tua direita nem para a tua esquerda. Vai em frente sabe? Não desiste, porque o importante é o que Deus pensa a seu respeito, é o que Deus fala a seu respeito, o que você tem convicção que ele quer e não desiste não. É desafiador, não vou dizer para você que são flores, agora eu sou bem resolvida. Eu acredito que, se de fato alguma mulher pensa e almeja o ministério pastoral, não desiste, somente ora, seja humilde; é muito a questão de humildade também e respeitar a opinião do outro. Se capacite, vá ao seminário, dê bom testemunho que o Senhor vai levar você onde ele quer te levar. Então ora, se capacita, espera o tempo de Deus e vá pastorear, cuidar de ovelhas que é muito bom.

Além da certeza do chamado pastoral, ela também frisa a capacitação como algo essencial, tanto intelectualmente quanto espiritualmente. Ela exemplifica alguns pontos importantes como frequentar um bom seminário, estudar, mergulhar na disciplina da oração e na prática de virtudes cristãs, como humildade e respeito.

A *Pastora A* também fala sobre a dificuldade existente no exercício do ministério pastoral, sendo uma função que, por si só, já é desafiadora. Porém, ela afirma que ser mulher é um fator que torna essa trajetória ainda mais difícil.

É algo muito especial, mas ao mesmo tempo muito delicado, muda toda a vida, meche com todas as áreas da vida da gente. Então ela primeiro tem que ter convicção do que realmente Deus quer, se Deus quer a vida dela dedicada ao ministério. Depois ter uma estrutura familiar, tanto para homem quanto para a mulher, mas eu digo assim quando a gente esta falando de mulher, ela tem uma sensibilidade que é dela, que não adianta, a mulher não quer e nem deve querer um lugar do homem, a questão é ser realizada e realizar o que Deus quer sendo mulher né. (...) E outra coisa que eu acrescentaria é a autoestima, porque a gente precisa compreender quem somos para Deus. Quando entendemos que somos preciosas para Deus, que somos realmente meninas aos olhos do Senhor, que Deus nos ama... se a gente veste mesmo desse amor a gente fica mais forte.

Novamente a convicção vinda de Deus é apontada como essencial para as vocacionadas, contribuindo para a concessão de incentivo e força, assim como a não propensão em absolver características masculinas. Porém, ela acrescenta um novo fator: uma autoestima preservada. Sobre isso, Bourdieu (2012, p. 75) afirma que é comum reduzir às mulheres, de algum modo, à sua feminilidade, desviando a atenção para penteados, traços corporais e até mesmo termos familiares e informais para se dirigir a elas, contribuindo para uma diminuta representação delas nas posições de poder. Essa tentativa de menosprezar a mulher por conta da sua condição de gênero funciona como uma forma de controle e dominação, levando-a a duvidar da sua capacidade e estima. Assim, o conselho da pastora é de extrema importância nesse contexto, para que as mulheres possam ter segurança e ver nobreza também na sua condição feminina.

Já a *Pastora D*, em sua resposta, aponta para outros fatores que ela considera essenciais na vida da vocacionada.

Essas duas palavras precisam ser estruturais para os pilares emocionais dela, e também para os espirituais: continuar em obediência e humildade. É na obediência e na humildade que a gente aprende tanto com Deus. Não ter vergonha se passar por uma situação em que se sentir humilhada, não parar, ficar em silêncio, deixar Deus ser a resposta. Toda mulher precisa aprender a usar as suas ferramentas. Deus nos deu a ferramenta da oração, da palavra, dos relacionamentos. Então ter bons relacionamentos, não romper relacionamentos, ficar na posição do “eis-me aqui”, porque o tempo não é nosso, é de Deus.

A virtude da humildade é ressaltada como fundamental na jornada de uma pastora, não como sinônimo de humilhação, mas como o oposto da soberba e do orgulho, sendo o agir com simplicidade e passividade. A obediência aos mandamentos divinos também é posta como importante, assim como orar e estudar as Escrituras Sagradas. Além disso, a pastora fala da importância de manter “bons relacionamentos” no meio religioso, como também de não criar desavenças entre os colegas.

O conjunto de características mencionadas pela pastora demonstra o quanto a estratégia de permanência feminina no pastorado é através do não enfrentamento às possíveis situações desconfortáveis, mas sim de um comportamento discreto, amigável e pacífico. Esse modo de agir diante das disfunções de gênero pode ser encarada como uma forma de resistência, simplesmente pela presença de cada uma delas nos espaços eclesiais. De acordo com Raquel Sohiet (1997), a incorporação da dominação não exclui a presença de variações por parte dos dominados, assim,

O que significa que a aceitação, pela maioria das mulheres, de determinados cânones não significa, apenas, vergarem-se a uma submissão alienante, mas, igualmente, construir um recurso que lhes permitam deslocar ou subverter a relação de dominação. Compreende, dessa forma, uma tática que mobiliza para seus próprios fins uma representação imposta - aceita, mas desviada contra a ordem que a produziu. (SOHIET, 1997, p. 6)

A autora aponta que muitas vezes há uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina contra o próprio dominador (1997, p.6). Assim, através de atitudes que demonstram humildade, discrição e até, muitas vezes, o silêncio, as pastoras transformam o que poderia ser encarado como táticas de dominação, na oportunidade de continuarem resistindo em seus espaços, mantendo a sua presença e ampliando seus campos de atuação.

As palavras das pastoras, carregadas de experiência e sabedoria, funcionam como um bálsamo para os corações de mulheres que almejam o pastorado. Suas histórias de lutas e superações são resistência em meio a uma estrutura que tentou silenciar, por tantos anos, a voz feminina na liderança eclesial. É preciso tornar essas vozes audíveis e os legados conhecidos para que, nas próximas gerações, outras pessoas possam se inspirar nos testemunhos aqui relatados.

Porém, contar essas histórias passa a não ser suficiente quando, na realidade diária de muitas mulheres, a violência simbólica funciona como um meio de fazê-las acreditar que, de fato, não podem ultrapassar os limites que lhes foram impostos. A naturalização da

inferioridade feminina é estabelecida por meio de ensinamentos, conselhos, sermões e doutrinas travestidos de “vontade de Deus”. Sendo assim, é preciso modificar a forma como a religião tem sido usada tornar as fiéis ativas em sua própria fé.

A participação ativa das mulheres na sua fé pode contribuir para uma realidade transformadora, resgatando a igualdade propagada pelo ministério de Jesus e criando estruturas mais democráticas para o exercício da espiritualidade de cada uma.

Melhor do que falar sobre igualdade entre homens e mulheres, é tal discurso ser real nas doutrinas pregadas, no respeito diário e nas oportunidades oferecidas. Mais do que promover eventos e cultos para o público feminino, reduzindo-as a um nicho específico e separado, é preciso modificar o modo como elas são vistas e tratadas nas igrejas, incluindo-as na construção da sua fé e na dinâmica da congregação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiadora Michelle Perrot (2017, p. 33), afirma que as religiões podem, ao mesmo tempo, ser poder sobre as mulheres e poder das mulheres. Funciona como poder sobre as mulheres quando usa as suas doutrinas e a sua autoridade para manipular, convencer e estabelecer relações de dominação e discriminação entre os gêneros. Porém, atua como poder das mulheres cada vez que é usada para dignificar, valorizar e empoderar as fiéis, através de ações diárias de reconhecimento e investimento.

Durante muito tempo, na história do cristianismo, líderes religiosos têm visto as mulheres apenas como objeto de debate e matéria a ser estudada. Foi contestado se elas possuíam alma, se eram mais espirituais ou carnis, se foram as responsáveis pela entrada do pecado no mundo ou se eram capazes de ter uma relação com o sagrado. Elas pouco apareciam nos relatos históricos, mas nos escritos religiosos eram colocadas como pauta de debates, sendo imaginadas e representadas, ao invés de descritas ou contadas (PERROT, 2017, p. 17).

O comportamento dos líderes e teólogos desde os seus primeiros anos de existência da religião cristã não segue o padrão que o próprio Jesus estabeleceu com os seus ensinamentos e ações. O legado deixado por Cristo envolve a subversão de uma ordem patriarcal que considerava as mulheres cidadãs de segunda classe e menos dignas do contato com o sagrado. Observa-se, através dos relatos descritos na Bíblia, que o Messias agiu incentivando uma mudança drástica nas tradições com relação ao feminino, pois ele mesmo teve amigas, discípulas, mantenedoras e pregadoras da sua Palavra.

Anos se passaram e atualmente, no cenário evangélico, muitos pastores continuam a abandonar os ensinamentos de Jesus quando o assunto é o tratamento direcionado às mulheres. Muitas vezes elas continuam por trás do véu da invisibilidade, tendo o seu papel negligenciado dentro das igrejas e sendo pautas de debates ferrenhos entre teólogos e estudiosos, principalmente quando se trata da sua atuação dentro das igrejas. Ao observar esse contexto, observa-se que as palavras de Cristo foram esquecidas quando se substituiu a hierarquia religiosa judaica masculina pela hierarquia religiosa predominantemente branca, masculina e bem-assalariada da maioria das igrejas (MALCOLM, 2003, p. 56).

Esse cenário inóspito poderia ter levado à acomodação das mulheres na situação de dominadas, mas, felizmente, muitas se sentiram encorajadas a romper com as correntes da discriminação. Simultaneamente ao que era desenvolvido no imaginário de boa parte dos

cristãos, mulheres de várias gerações e nacionalidades foram despertadas por um chamado que, de acordo com seus relatos, é divino e maior que todos os obstáculos. Elas foram desafiando as estruturas de poder e dominação masculina, conquistando aos poucos os seus espaços de atuação no cristianismo. Algumas obtiveram êxito e conseguiram exercer seus dons com liberdade, enquanto outras foram esquecidas no decorrer do tempo.

No Brasil não foi diferente e na denominação batista também não. Organizados através de convenções, os batistas sempre dispuseram os seus princípios, doutrinas e estipularam normas e pré-requisitos para a atuação dos seus líderes e participantes. Nesse meio, e apesar de contarem com uma participação feminina muito marcante, durante anos as mulheres foram privadas de algumas funções como, por exemplo, a de pastora. Muitas exerciam as mesmas tarefas, realizavam as mesmas atividades e cuidavam de pessoas diretamente, mas eram chamadas, no máximo, como missionárias, não tendo o direito de serem reconhecidas enquanto pastoras.

Ocorre que, mais uma vez, o contexto desanimador não foi capaz de parar as mulheres que, pela força das suas vocações, começaram a reivindicar os seus direitos e lutar por igualdade de oportunidade e espaços. A história da Convenção Batista Brasileira demonstra o quanto o processo de ordenação pastoral de mulheres na denominação foi árduo. Vocacionadas em todo o Brasil tentaram tornar suas vozes audíveis, mas foram silenciadas durante anos através da proibição da existência do pastorado feminino. Os argumentos utilizados para embasar tal posicionamento eram muitos e, na maioria das vezes, apontavam para versículos da Bíblia utilizados sob uma hermenêutica complementarista. A divergência das opiniões altamente polarizadas sobre o assunto levou a CBB a decidir por conceder autonomia a cada convenção estadual para que, de acordo com a realidade de cada local e com a escolha da maioria, pudesse decidir qual seria a melhor alternativa para o embate.

No âmbito da Convenção Batista Paraibana, a polarização foi uma característica marcante desde o princípio, quando o anseio ainda estava no campo das ideias. Nos seminários, locais que explicitavam grandes problemas de gênero, os debates começaram a ocorrer e, conseqüentemente, os discursos agressivos contra a nova ideia que surgia. O anseio das estudantes se tornou motivo de chacota e o ambiente opressor, de acordo com uma das entrevistadas. Quando o tema saiu dos corredores dos seminários e alcançou maior publicidade, foram necessários três assembleias da convenção para que uma decisão formal fosse tomada em favor das mulheres que almejavam o título de pastora. Os relatos colhidos mostram que a análise do assunto foi adiada várias vezes e que a maior dificuldade das

mulheres era conseguir uma oportunidade de, simplesmente, serem ouvidas. Essa tentativa de silenciamento expõe o preconceito e os padrões patriarcais que predominavam, além da resistência a mudanças de paradigmas internos.

Após vencer todos os percalços e um longo período de reivindicações, a denominação finalmente agiu como poder das mulheres com o seu pioneirismo quanto à ordenação feminina. A Convenção Batista Paraibana, por exemplo, ainda é uma das poucas no contexto nacional a ter aceitado que as mulheres, assim como os homens, podem ser chamadas e vocacionadas para o exercício do pastoreio. Tal reconhecimento foi essencial para que a tão sonhada igualdade de condições fosse uma realidade cada vez mais próxima. Porém, essa batalha foi vencida por pouco, com uma diferença de apenas dois votos na assembleia, relativos a pastores que não se posicionaram, mostrando que os líderes tinham opiniões divididas e que a quantidade de opositores era considerável.

Através das entrevistas, pude perceber respostas similares e sentimentos compartilhados entre essas mulheres, apesar das suas vivências diferenciadas. Todas elas citam uma falta de representatividade feminina nos púlpitos e comentários que visavam deslegitimar o título a elas conferido, tudo isso as levando, muitas vezes, a desenvolver dúvidas e questionamentos internos. Esse contexto mostra que, independente das origens, do local ou da função que cada pastora exerce, elas compartilham experiências que, apesar de sutis, demonstram um padrão de violência simbólica que tem atingido vocacionadas, fazendo-as duvidar até mesmo das suas convicções.

Além das demonstrações sutis de oposição que eram percebidas, algumas pastoras descrevem situações nas quais foram ofendidas diretamente por líderes, seja através de palavras ríspidas ou da recusa ao reconhecimento do título de pastora. Eventos da denominação e congressos são ambientes em que muitas percebem atos discriminatórios evidentes de diversas formas.

Mesmo após a vitória tão marcante que aprovou a ordenação feminina na Paraíba, as atitudes presenciadas pelas pastoras demonstram uma contradição comportamental. Enquanto há, de um lado, a conquista de um objetivo na luta das mulheres batistas por igualdade de oportunidades, de outro, percebe-se formas de discriminação e rejeição constantemente. Tais padrões que continuam a se repetir são totalmente contrários ao chamado que Jesus fez para que sejamos servos uns dos outros e, desse modo, são construídas hierarquias de autoridade que nos separam, enquanto Jesus nos chama à unidade por meio do serviço amoroso (MALCOLM, 2003, p. 56).

Apesar da hostilidade que percorreu o processo de aprovação da ordenação de mulheres pela Convenção Batista Paraibana, além dos problemas estruturais e de gênero ainda remanescentes, não se pode negar o pioneirismo dos batistas ao aceitar o pastoreio feminino, tendo em vista a grande quantidade de igrejas e denominações que ainda negam esse direito às vocacionadas.

Diante de tudo o que foi visto e atestado, através da pesquisa construída com base em fontes bibliográficas, documentais e relatos pessoais, vê que, de fato, o processo de aprovação da ordenação feminina foi construído com base na luta e no esforço de mulheres em uma estrutural rígida e patriarcal. As várias fases descritas mostram que os textos bíblicos foram usados para criar doutrinas que embasam a dominação masculina, abrindo espaço para que a violência simbólica, sutilmente, ocorresse em muitos espaços. Porém, as dificuldades encontradas não foram suficiente para que elas desistissem do seu sonho e, para que até hoje vivam resistindo pois, apesar dos avanços, ainda há muito a ser transformado.

Com a aprovação da ordenação, as mulheres batistas tiveram um ganho simbólico na religião para ocupar lugares anteriormente masculinos. Apesar disso, ainda é perceptível na fala das pastoras a reprodução de estereótipos de gênero, principalmente quando se trata do papel da mulher na sociedade, na família e na igreja. Isso demonstra o quanto a violência simbólica é potente em introjetar pensamentos que acabam moldando a percepção que a mulher tem de si mesma e do seu lugar no mundo, incorporando as representações dominantes que garantem as diferenças entre os sexos (SOHIET, 1997, p. 18). Também é possível observar que, ao mesmo tempo em que reproduzem os entendimentos a elas ensinados, seus comportamentos são reprimidos apenas pela força do controle que essas “verdades absolutas” provocam.

As pastoras pioneiras na corrida pela igualdade de oportunidades e reconhecimento do chamado divino na denominação batista foram cruciais para que uma chama poderosa fosse acesa. Apesar da adoção de uma postura mais pacífica, com ênfase em atos de humildade e obediência, elas conseguiram adentrar em um contexto antes proibido.

Observar como essas pastoras descobriram seus chamados, buscaram concretizá-lo acima de todas as barreiras e discriminações, lutaram pela aprovação da ordenação feminina e até hoje resistem no meio evangélico cheio de oposição e, principalmente, no meio batista onde predomina a presença masculina, é testemunhar uma trajetória de empoderamento impressionante. Esse processo de se empoderar, embora possa receber estímulos externos, é uma movimentação interna de tomada de consciência ou do despertar das diversas

potencialidades (BERTH, 2019, p. 25), ou seja, cada pastora passou por esse despertar individualmente e juntas tiveram um papel fundamental na construção de um legado que marcou a história da Paraíba evangélica.

Olhando para os exemplos dessas mulheres que inauguraram um novo tempo na Convenção Batista Paraibana, fica um desafio para as cristãs das próximas gerações continuarem a lutar nessa batalha que está apenas começando e imporem seus lugares com firmeza.

Para que um real progresso seja feito na vida das pastoras, vocacionadas e das cristãs de modo geral, um retorno urgente ao que foi ensinado por Jesus deve ser feito. Um homem que, segundo a tradição crista, carregava uma natureza divina, mas não buscou instituir dominação ou controle, liderando com amor, humildade e serviço. Um homem que, em uma sociedade que tratava as mulheres como cidadãs de segunda classe, chamou-as para perto e as fez participantes do seu ministério. Um homem que não se importou com o julgamento da sociedade e trouxe as mulheres para se tornarem protagonistas logo no princípio da religião cristã que surgia naquele momento. De acordo com os relatos bíblicos, elas foram as últimas a deixar a cruz na hora da sua morte e as primeiras a chegar ao túmulo e presenciar o milagre da ressurreição, enquanto os demais discípulos se escondiam amedrontados. Definitivamente, essa coragem veio do fato de que elas jamais haviam conhecido um homem como aquele e, talvez por isso, até hoje mulheres encontram forças para continuar lutando pelos seus ideais.

Muito antes do apóstolo Paulo, em Gálatas 3:28, afirmar que não há mais homem nem mulher, pois todos são um em Cristo, outro homem entregou ao povo uma profecia de cunho libertador. Joel, um dos profetas bíblicos do Antigo Testamento, afirma que, uma vez que o Espírito Santo descer sobre todos os povos, os seus filhos e as suas filhas profetizarão, os velhos terão sonhos e os jovens terão visões (Joel 2:28). Já nos relatos bíblicos de Atos 2, acerca dos primeiros momentos daquela religião que surgia, vemos a concretização disso quando todos, sem distinção, foram atingidos por aquela conexão sobrenatural com o sagrado. A pregadora metodista Jennie Fowler chamou o Pentecostes de o “Dia da Emancipação Feminina”, afirmando que aquele momento de epifania feriu com um machado a raiz da árvore da injustiça social (MALCOLM, 2003, p. 130). Uma nova era para as mulheres surgia, mas o impacto social desse acontecimento não pode ser esquecido hoje.

Uma visão decolonial da fé cristã leva a uma hermenêutica bíblica sensível às mulheres e aos seus anseios, revisitando as Escrituras Sagradas com um olhar libertador; incentiva à utilização da religião como poder das mulheres para livrá-las de qualquer domínio

injusto; promove a visibilidade de histórias como as que aqui foram relatadas; proporciona a abertura de oportunidades para que elas possam, assim como os homens, concretizarem as suas vocações através de um serviço amoroso e sem distinção de qualquer maneira.

## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Monique. Do anúncio do reino à igreja: papéis, ministérios, poderes femininos. Tradução: Teresa Joaquim. **In:** DUBY, Georges; PERROT, Michelle (coord.). História das mulheres: a Antiguidade. Direção de Paulinne Schmitt Pantel. Tradução de Alberto Couto et al. Porto: Afrontamento, 1990.

ALMEIDA, Rute Salviano. **Uma voz feminina na Reforma**. São Paulo: Hagnos, 2010.

\_\_\_\_\_. **Vozes femininas nos avivamentos: Europa e Estados Unidos: séculos 18, 19 e início do século 20**. Viçosa: Ultimato, 2020.

ARMSTRONG, Karen. **Uma história de Deus: quatro milênios de busca do judaísmo, cristianismo e islamismo**. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BARBOSA, Anderson Alves. **A participação das mulheres na expansão do cristianismo primitivo: um estudo sociológico**. Disponível em: <https://asfacesdosagrado.blogspot.com/2017/03/a-contribuicao-das-mulheres-na-expansao.html>. Acesso em: 30 de abril de 2019.

BARROS, Odja Santos. **“Outro gênero” de Igreja: Um estudo sobre a prática comunitária de Leitura Popular e Feminista da Bíblia**. Tese (doutorado) – Faculdade EST. Programa de Pós Graduação. Doutorado em teologia. São Leopoldo, 2019; Disponível em: [http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/1010/1/santos\\_ob\\_td192.pdf](http://dspace.est.edu.br:8080/jspui/bitstream/BR-SIFE/1010/1/santos_ob_td192.pdf). Acesso em: 03 de outubro de 2020.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BERGESH, Karen. Falas de violência e o imaginário religioso. **In:** NEUENFELDT, Elaine Gleci; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara Sandra (Orgs.). Epistemologia, violência e sexualidade: olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2008.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Pólen, 2019.

BIBLIA. **Bíblia de Estudos NAA**. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2018

BICALHO, Elizabete. Gênero, violência e religião – uma alquimia “perfeita”. **In:** Revista Mandrágora. v. 7/8, n. 7, . 2001/2002. São Bernardo do Campo: SP.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BUCKER, Bárbara P. **O feminino da igreja e o conflito**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CARMO, Sandra Ramos. **Discurso e memória: o pastorado feminino nas Convenções Batista Brasileira e Batista Nacional**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória da Conquista, 2017.

Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppglin//defesas/2017/Dissertac%CC%A7a%CC%83o%20-%20Sandra%20Ramos%20Carmo.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

CINTRA, Zenilda Reggiani. **Mulheres São Maioria nas Igrejas**. Disponível em: <http://pastorazenilda.blogspot.com/2021/06/mulheres-sao-maioria-nas-igrejas.html>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

CONVENÇÃO BATISTA BRASILEIRA. **Quem somos**. Disponível em: [http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN\\_ID=19](http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=19). Acesso em: 15 de novembro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Doutrinária da Convenção Batista Brasileira**. Disponível em: [http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN\\_ID=22](http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?MEN_ID=22). Acesso em: 19 de novembro de 2019.

\_\_\_\_\_. **92ª Assembleia da Convenção Batista Pioneira é realizada totalmente online**. Disponível em: [http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?NOT\\_ID=576](http://www.convencaobatista.com.br/siteNovo/pagina.php?NOT_ID=576). Acesso em: 21 de novembro de 2020.

CONVENÇÃO BATISTA PARAIBANA. **Estatuto da Convenção Batista Paraibana**. Disponível em: <https://paraibatista.org/estatuto/>. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

DALARUM, Jacques. Regards de clercs. **In: DUBY, George; PERROT, Michelle (dir.). Histoire des Femmes en Occident**. Paris: Plon, 1991.

DATAFOLHA. **Mulheres e negros compõem maioria de evangélicos e católicos**. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/religiao/datafolha-mulheres-e-negros-compoem-maioria-de-evangelicos-e-catolicos/>. Acesso em: 12 de agosto de 2021.

DEIFELT, Wanda. Da cruz à árvore da vida: epistemologia, violência e sexualidade. **In: NEUENFELDT, Elaine Gleci; BERGESCH, Karen; PARLOW, Mara Sandra (Orgs.). Epistemologia, violência e sexualidade: olhares do II Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião**. São Leopoldo: Sinodal, Faculdades EST, 2008.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DURANT, Will. **História da civilização**. 4ª parte. Tomo IV. A idade da fé. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e outros. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1957.

ELLIOT, Elisabeth. **Deixe-me ser mulher: lições à minha filha sobre o significado de feminilidade**. São Paulo: Fiel, 2021.

FERREIRA, João Gomes. Pastora? **O Jornal Batista**. Rio de Janeiro, 30 de out. de 1976.

FILORAMO, Giovanni; PRANDI, Carlo. **As ciências das religiões**. São Paulo: Paulus, 1999.

Fiorenza, Elisabeth Schüssler. **But She Said: Feminist Practices of Biblical Interpretation**. Boston: Beacon Press, 1992.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*.

GEBARA, Ivone. **Filosofia feminista**: uma brevíssima introdução. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

GETÃO, Eduardo. **Ordenação ao ministério feminino**: estudo de caso na Convenção Batista Paranaense na perspectiva da teologia prática. 2003. 172 f. Dissertação (Mestrado em 1. Ciências Sociais e Religião 2. Literatura e Religião no Mundo Bíblico 3. Práxis Religiosa e Socie) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2003. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/366/1/Eduardo%20Getao.pdf>. Acesso em: 04 de outubro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Mulheres, religião e poder**: ensaios feministas. São Paulo: Edições Terceira Via, 2017.

\_\_\_\_\_. **Rompendo o silêncio** (Tradução de Lúcia Mathilde E. Orth). Petropópolis: Vozes, 2000.

GRENZ, Stanley; KJESBO, Denise Muir. **Women in the church**: a biblical theology of women in ministry. Illinois: InterVarsity Press, 1995. Paginação irregular.

GRUDEN, Wayne. **Confrontando o feminismo evangélico**: respostas bíblicas para perguntas cruciais. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

HINSON, E. Glenn; SIEPIERSKI, Paulo D. **Vozes do cristianismo primitivo**. São Paulo: Sepal, [s.d].

HOLANDA, Adriano. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. **In**: *Análise Psicológica*, Lisboa, v. 24, n. 3, p. 363-372, jul. 2006. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0870-82312006000300010&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0870-82312006000300010&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 de julho 2020.

JÚLIO, Estevão. **Conselho Geral da Convenção Batista Brasileira apresenta relatórios de 2020**. O Jornal Batista. Disponível em: [https://issuu.com/jornalbatista/docs/ojb\\_17-\\_revisado\\_3](https://issuu.com/jornalbatista/docs/ojb_17-_revisado_3). Acesso em: 25 de maio de 2021.

KROEGER, Richard; KROEGER, Catherine Clark. **Pandemonium and Silence at Corinth**. Disponível em: <https://www.cbeinternational.org/resource/article/pandemonium-and-silence-corinth>. Acesso em: 15 de outubro de 2020.

LACELLE, Elizabeth J. As Ciências Religiosas Feministas: estado da questão. **In**: *Revista de Estudos da Religião*, n. 1. p. 12-55. 2002. Disponível em: [https://www.pucsp.br/rever/rv1\\_2002/p\\_lacell.pdf](https://www.pucsp.br/rever/rv1_2002/p_lacell.pdf). Acesso em: 12 de janeiro de 2020.

LERNER, Gerda. **A Criação do Patriarcado**: História da Opressão das Mulheres pelos Homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LEMOS, Fernanda. Discurso religioso e violência de gênero – uma análise da linguagem episcopal no periódico Conexão. **In:** Revista Mandrágora. v. 7/8, n. 7, . 2001/2002. São Bernardo do Campo: SP.

LIMA, Wamberto Queiroz de. **Gênero e poder:** pastorado feminino na Igreja Batista. 131f. Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4170>. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Carismáticos e Pentecostais – Adesão religiosa na esfera familiar.** Campinas, SP, Autores Associados ANPOCS, 1996.

MALCOLM, Kari Torjesen. **A identidade feminina segundo Jesus:** princípios relevantes para a mulher de hoje. São Paulo: Editora Vida, 2003.

MEIRA, Vanessa Raquel. Cristianismo e Feminismo podem coexistir? Lições da Primeira Onda do Feminismo. **In:** Kerygma, v. 14, n 1, 2019. Disponível em: <https://unasp.emnuvens.com.br/kerygma/article/download/975/1125/>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

MELO, Hildete Pereira de; SCHUMAHER, Shuma. **A segunda onda feminista no Brasil.** Disponível em: [http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3\\_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf](http://www.mulher500.org.br/wp-content/uploads/2017/06/3_A-segunda-onda-feminista-no-Brasil.pdf). Acesso em: 28 de junho de 2021.

O'CONNOR, June. The Epistemological Significance of Feminist Research in Religion. **In:** KING, Ursula (ed.). Religion and Gender. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1995.

OLIVEIRA, Rosângela Soares. **Sonhos e rupturas no jogo entre imagens e conceitos de ekklesia.** Dissertação de Mestrado. Seminário Bíblico Latinoamericano, San José, 1995.

PEREIRA, J. dos Reis. **Vamos consagrar mulheres ao ministério?** O Jornal Batista. Rio de Janeiro, 18 jul. 1976, p. 3.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2019.

PETERSEN, Luciana. **Reconhecimento comunitário e ordenação feminina da Igreja Batista:** Entrevista com Pastora Silvia Nogueira. Disponível em: <http://projetoredomas.com/reconhecimento-comunitario-e-ordenacao-feminina-na-igreja-batista-entrevista-com-para-silva-nogueira-parte-1/>. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

REIMER, Ivoni Richter. **Maria, Jesus e Paulo com as mulheres:** Textos, interpretações e História. São Paulo: Editora Paulus, 2014.

ROMA, Gil de, apud. REHERMANN, Carlos. **Cant os a la Dama Amor:** Místicas y trovadoras de la Edad Media. Disponível em: <http://henciclopedia.org.uy/autores/Rehermann/Literaturafemenina.htm>. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **In:** Cadernos Pagu, v. 1, n. 16, mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>. Acesso: 29 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_. **O poder do macho**. 2ª. Edição. São Paulo: Moderna, 1987.

SAMPIERE, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *In:* Educação & Realidade, v. 1, n. 2, jul./dez. 1990. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 15 de janeiro de 2020.

SOIHET, Rachel. **Violência Simbólica: Saberes Masculinos e Representações Femininas**. *In:* Revista Estudos Feministas, v. 5, n. 1, 1997. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/12558/11703>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

TAVARES NETO, José Querino. Espaços privilegiados do poder religioso evangélico. **In:** SIEPIERSKI, Paulo; GIL, Benedito M. Religião no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2003.

TEPEDINO, Ana Maria. A mulher: aquela que começa a “desconhecer o seu lugar”. **In:** Perspectiva Teológica, v. 17, n. 43, set/dez, 1985. Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/1922>. Acesso em: 01 de outubro de 2020.

TERRA, Marlene Gomes; SILVA, Laura Cristina da; CAMPONOGARA, Silviomar; SANTOS, Evangelia Kotzias Atherino dos; SOUZA, Ana Isabel Jatobá de; ERDMANN, Alacoque Lorenzini. Na trilha da fenomenologia: um caminho para a pesquisa em enfermagem. **In:** Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2006 Out-Dez; 15(4): 672-8. Disponível em: <<http://www.index-f.com/textocontexto/2006pdf/2006-672.pdf>>. Acesso em: 23 de julho de 2020.

TOLDY, Teresa Martinho. A violência e o poder da(s) palavra(s): A religião cristã e as mulheres. **In:** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 89, 2010. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/3761>. Acesso em: 16 de outubro de 2020.

UNIÃO FEMININA MISSIONÁRIA BATISTA DO BRASIL. **Quem somos**. Disponível em: <https://www.ufmbb.org.br/quem-somos>. Acesso em: 19 de novembro de 2019.

VALLOTTON, Kris. **Fashioned to Reign: empowering women to fulfill their divine destiny**. Minnesota: Chosen, 2013. Paginação irregular.

VARGAS, Walterson José. **Soberba e humildade em Agostinho de Hipona**. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-25112011-164917/publico/2011\\_WaltersonJoseVargas.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-25112011-164917/publico/2011_WaltersonJoseVargas.pdf). Acesso em: 06 de agosto de 2020.

WESLEY, John. **The Letters of John Wesley**. Disponível em: <http://wesley.nnu.edu/john-wesley/the-letters-of-john-wesley/wesleys-letters-1748/>. Acesso em: 14 de outubro de 2020.

WOLF, Virginia. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre: L&PM, 2020.

\_\_\_\_\_. **Um teto todo seu**. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

YAMABUCHI, Alberto Kenji. **O debate sobre a história das origens do trabalho Batista no Brasil**: Uma análise das relações e dos conflitos de gênero e poder na Convenção Batista Brasileira dos anos 1960-1980. 387 f. Tese (Doutorado em 1. Ciências Sociais e Religião 2. Literatura e Religião no Mundo Bíblico 3. Práxis Religiosa e Socie) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2009.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: Pastoras vinculadas à Convenção Batista Paraibana

Entrevistada:

Nome: \_\_\_\_\_

Data de nascimento: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_ Local de Nascimento: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_ Profissão: \_\_\_\_\_

Estado Civil: \_\_\_\_\_ Comunidade: \_\_\_\_\_

Tempo de comunidade: \_\_\_\_\_ Tempo de pastoreio: \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

- 1- Como e quando você descobriu a sua vocação para ser pastora? Como foi esse processo de chamado e de decisão?
- 2- Ao ter certeza do seu chamado ministerial, você se deparou com obstáculos que a fizesse desistir? Se sim, quais foram eles e como você lidou com eles?
- 3- O pastor da sua comunidade local te apoiou no processo de ordenação?
- 4- Você é ordenada pela Convenção Batista Paraibana? Quando aconteceu e qual foi a sensação vivenciada no momento da sua ordenação pastoral?
- 5- Como foi a aceitação da sua ordenação por parte da sua comunidade local? Houve resistência de alguns membros?
- 6- Se sim, quais eram os argumentos mais utilizados para deslegitimar o seu título de pastora?
- 7- Você acha que a condição de mulher se apresenta como uma dificuldade para a aceitação do ministério pastoral?
- 8- Você percebe conflitos entre homens e mulheres no exercício do ministério pastoral? De que tipo?
- 9- Você sente que é tratada ou respeitada da mesma forma que os pastores homens da sua igreja ou percebe certa diferença no tratamento?
- 10- O que você acha de líderes e fiéis que utilizam versículos específicos da Bíblia, como 1 Timóteo 3.11-15 ou 1 Coríntios 14.34-35, para deslegitimarem o título de pastora?
- 11- Você sente ou já sentiu certo nível de violência ou agressividade nos discursos e argumentos contrários à atuação de mulheres ensinando ou exercendo função pastoral nas igrejas?

12- Em algum momento da sua jornada cristã você acreditou realmente que mulheres não poderiam ser pastoras ou exercer função de liderança na igreja? Se sim, como você se sentia em relação a isso e como você mudou de percepção em relação ao assunto?

13- Você já se sentiu diretamente insultada ao defender o seu atual posicionamento favorável ao pastoreio feminino?

14- O que você pensa a respeito das pessoas que se posicionam contrárias à atuação das mulheres enquanto pastoras na igreja?

15- O que você diria para uma mulher que se sente vocacionada ao ministério pastoral mas está encontrando dificuldades e preconceito por parte dos demais cristãos?

**Para as pastoras que participaram da luta pela ordenação de mulheres na Convenção Batista Paraibana:**

16- Antes de ser aprovada a ordenação de mulheres pela convenção, como você lidava com a sensação de ser vocacionada ao ministério pastoral e não poder exercê-lo?

17- Você sentia que aquele cenário poderia vir a mudar para que, enfim, mulheres pudessem ser pastoras?

18- Como foi o início do debate acerca da ordenação de mulheres? Ocorreu algum fato específico para que fosse desencadeado esse processo de mudança?

19- Como foi a sua participação em todo esse processo? Como as mulheres se organizaram para lutar pelo reconhecimento de suas vocações?

20- Quais foram os maiores desafios enfrentados durante esse processo?

21- Quais foram as principais reuniões utilizadas para o debate do tema e como aconteceram as votações?

22- O clima entre os grupos com opiniões contrárias era tranquilo ou existiu alguma animosidade entre os envolvidos?

23- Após a aprovação, como foi a reação entre os pastores contrários à ordenação de mulheres?

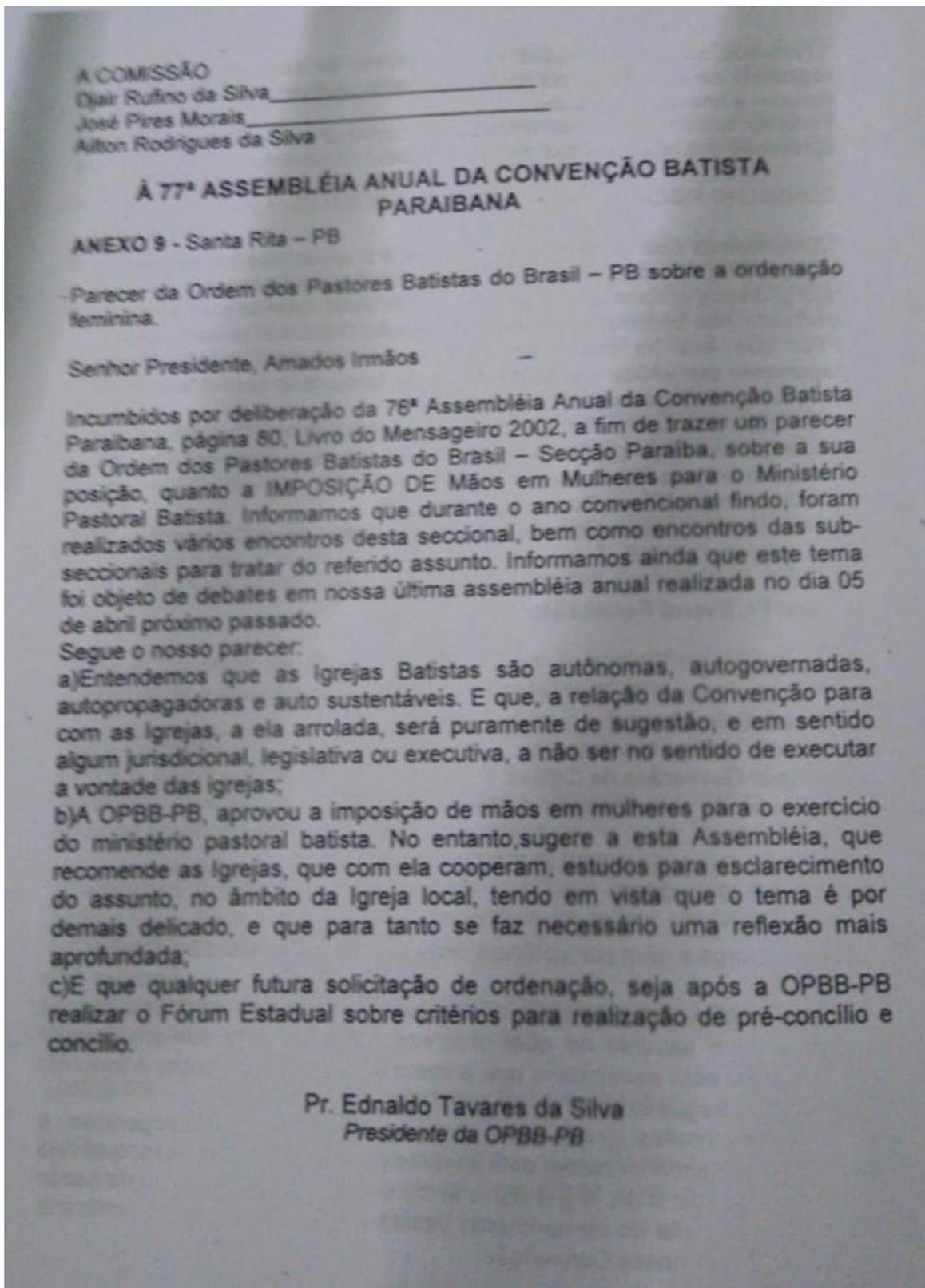
24- Qual é a condição da mulher atualmente na Convenção Batista Paraibana?

## **ANEXOS**

## ANEXO 01: Ata da 76ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira

...rio através do seu relator Pastor Ofaiz Rufino de Silva, após a leitura do parecer, antes de qualquer discussão, devido ao adiantado da hora, foi proposto e apoiado que a sessão seja suspensa, e continue no período da tarde. Às 13 horas foi suspensa a 4ª sessão, que teve seu reinício com o cântico pela congregação do hino "Saudai o Nome de Jesus", às 14 horas e 15 minutos. Retorna o parecer da Comissão de Assuntos Eventuais que consta anexo 8/07/04/2002. O parecer foi aprovado com o acréscimo de que num período de 2 anos se consulte as Igrejas, e se busque um entendimento, visando a integração destas Igrejas com a Convenção. O plenário foi informado que já há uma comissão do Conselho de Planejamento e Coordenação que já está agindo nesta direção. O presidente fala sobre o próximo assunto da ordem do dia, que trata do Parecer da Ordem dos Pastores Batistas do Brasil, Seção Paraíba, sobre Ordenação de Mulheres ao Ministério Pastoral. Houve uma proposta para que o assunto fosse enviado, ou melhor ficasse sobre a mesa para ser examinado (para) na próxima Assembleia, mas o plenário decidiu que se ouvisse nesta Assembleia o referido parecer, que consta anexo 9/07/04/2002. O Pastor Ednaldo Tavares da Silva leu o parecer perante a Assembleia, discutido ponto por ponto a matéria foi aprovada, tendo um acréscimo de que seja dado um prazo de 1 ano para que as Igrejas locais estudem o assunto e tenham uma posição clara sobre a matéria. Este acréscimo ou aditiva é do ponto (alínea) b. Foi

## ANEXO 02: Ata da 77ª Assembleia da Convenção Batista Brasileira



Fonte: O documento, referente à assembleia ocorrida em 2003, foi conseguido diretamente na Convenção Batista Paraibana, através do contato com o atual pastor presidente.

**ANEXO 03:** Foto de divulgação do evento em comemoração ao Dia do Pastor Batista

CONVENÇÃO BATISTA PARAIBANA

OPBB PARAÍBA

# DIA DO PASTOR BATISTA

EVENTO COMEMORATIVO

**PALAVRA**

**Pr. Daniel Ventura**  
Diretor executivo da OPBB

**TESTEMUNHO**

**Pr. Antonio Porfírio**  
Presidente emérito da CBPB e IBC

**LOUVOR**

**Pr. Desly Leanse**  
Pastor da IEB Paulista-PB

13 / 06 JUNHO 2020

19h30 / NOITE

zoom

zoom.us/join/3040306656054909

www.paraibatista.org

Material publicitário desenvolvido por Rodees Publicidade

Fonte: Página do Facebook da OPPB. Disponível em: <https://www.facebook.com/307839439301658/photos/a.317195271699408/3040306656054909/>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

## ANEXO 04: Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética

CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** SACERDÓCIO FEMININO: UMA ANÁLISE DE GÊNERO EM TORNO DO PROCESSO DE ORDENAÇÃO PASTORAL FEMININA NA CONVENÇÃO BATISTA PARAIBANA

**Pesquisador:** ALANA CARLA LUCENA FARIAS

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 38674820.1.0000.5188

**Instituição Proponente:** CENTRO DE EDUCAÇÃO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.354.405

#### Apresentação do Projeto:

Projeto do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões (Mestrado)/CE/UFPB. De acordo com os objetivos da pesquisa apresentados, no presente estudo irá recorrer à análise de documentos e a investigação do ambiente e o desenvolvimento do trabalho. Dessa forma, de acordo com as circunstâncias, será utilizado a natureza qualitativa da pesquisa.

#### Objetivo da Pesquisa:

Apontar como se deu o processo de aceitação do ordenamento pastoral feminino na Convenção Batista Paraibana, de acordo com os discursos e argumentos apresentados nas votações, verificando se foi permeado por violência simbólica. A busca pelo estudo dos posicionamentos polarizados que envolvem a discussão do tema traz à tona uma realidade envolvendo as mulheres cristãs que não deve ser esquecida.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Os riscos provenientes da pesquisa podem ser concretizados com a negativa de liberação da documentação por parte da Convenção Batista Paraibana; as entrevistadas não sentirem segurança em relatar todos os meandros de suas ordenações; entretanto, tais riscos podem ser mitigados por meios alternativos de obtenção das informações, seja diretamente com pastoras que possuam estes documentos, seja meios de comunicação que documentaram tal processo. Ainda em relação às entrevistas, pode-se mitigar tal problemática ao garantir o anonimato e com

**Endereço:** UNIVERSITARIO S/N

**Bairro:** CASTELO BRANCO

**CEP:** 58.051-900

**UF:** PB

**Município:** JOAO PESSOA

**Telefone:** (83)3216-7791

**Fax:** (83)3216-7791

**E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB



Continuação do Parecer: 4.354.405

formulários de pergunta inteligentes.

**Benefícios:** Os benefícios que envolvem a pesquisa são inúmeros e de grande contribuição para o meio científico. Atualmente grande porção da sociedade se intitula cristã evangélica e sua influência é forte ao ditar princípios e regras de vida. Assim, analisar a violência simbólica sofrida por mulheres dentro dessas instituições é relevante de modo a identificar possíveis violações aos direitos fundamentais das mulheres. Além disso, focar na situação das vocacionadas e ouvi-las é uma forma de empoderá-las para viverem os seus sonhos e projetos.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

De comum acordo com os objetivos, referencial teórico, metodologia e referências.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Apresenta a documentação de praxe.

**Recomendações:**

Divulgar resultados.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

APROVADO.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Certifico que o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba – CEP/CCS aprovou a execução do referido projeto de pesquisa. Outrossim, informo que a autorização para posterior publicação fica condicionada à submissão do Relatório Final na Plataforma Brasil, via Notificação, para fins de apreciação e aprovação por este egrégio Comitê.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1613977.pdf	29/09/2020 10:32:41		Aceito
Outros	8_INSTRUMENTO_PARA_COLETA_DE_DADOS.pdf	29/09/2020 10:24:16	ALANA CARLA LUCENA FARIAS	Aceito
TCLE / Termos de	7_TERMOS_DE_CONSENTIMENTO_LIV	29/09/2020	ALANA CARLA	Aceito

**Endereço:** UNIVERSITARIO S/N  
**Bairro:** CASTELO BRANCO **CEP:** 58.051-900  
**UF:** PB **Município:** JOAO PESSOA  
**Telefone:** (83)3216-7791 **Fax:** (83)3216-7791 **E-mail:** comitedeetica@ccs.ufpb.br

**CENTRO DE CIÊNCIAS DA  
SAÚDE DA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA -  
CCS/UFPB**



Continuação do Parecer: 4.354.405

Assentimento / Justificativa de <u>Ausência</u>	E_E_ESCLARECIDO.pdf	10:24:01	LUCENA FARIAS	Aceito
Orçamento	6_PREVISA0_ORCAMENTARIA.pdf	29/09/2020 10:23:48	ALANA CARLA LUCENA FARIAS	Aceito
Cronograma	5_CRONOGRAMA_DE_EXECUCAO.pdf	29/09/2020 10:23:36	ALANA CARLA LUCENA FARIAS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura <u>Investigador</u>	4_PROJETO_DETALHADO.pdf	29/09/2020 10:23:21	ALANA CARLA LUCENA FARIAS	Aceito
Declaração de Instituição e <u>Infraestrutura</u>	3_TERMO_DE_ANUENCIA.pdf	29/09/2020 10:15:39	ALANA CARLA LUCENA FARIAS	Aceito
Outros	2_CERTIDAO_DE_APROVACAO_DO_PROJETO.pdf	23/09/2020 09:58:43	ALANA CARLA LUCENA FARIAS	Aceito
Folha de Rosto	1_FOLHA_DE_ROSTO.pdf	23/09/2020 09:58:29	ALANA CARLA LUCENA FARIAS	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

JOAO PESSOA, 22 de Outubro de 2020

---

**Assinado por:**  
**Eliane Marques Duarte de Sousa**  
**(Coordenador(a))**

<b>Endereço:</b> UNIVERSITARIO S/N	<b>CEP:</b> 58.051-900
<b>Bairro:</b> CASTELO BRANCO	
<b>UF:</b> PB	<b>Município:</b> JOAO PESSOA
<b>Telefone:</b> (83)3216-7791	<b>Fax:</b> (83)3216-7791
	<b>E-mail:</b> comitedeetica@ccs.ufpb.br